



GABRIELA BERTHOU DE ALMEIDA

***Jogos de Poderes: o Seminário de Mariana como espaço de  
disputas políticas, religiosas e educacionais (1821-1835)***

CAMPINAS

2015





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

GABRIELA BERTHOU DE ALMEIDA

***Jogos de Poderes: o Seminário de Mariana como espaço de disputas  
políticas, religiosas e educacionais (1821-1835)***

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lis Franco Schiavinatto**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para obtenção do título de Mestra em História, na Área de Política, Memória e Cidade.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Gabriela Berthou de Almeida e orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Lis Franco Schiavinatto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

CAMPINAS  
2015

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

AL64j Almeida, Gabriela Berthou, 1987-  
Jogos de poderes : o Seminário de Mariana como espaço de disputas  
políticas, religiosas e educacionais (1821-1835) / Gabriela Berthou de Almeida. –  
Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Iara Lis Franco Schiavinatto.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte. 2. Educação - História -  
Mariana (MG). 3. Política e educação - Mariana (MG) . 4. Igreja Católica - Mariana  
(MG). I. Schiavinatto, Iara Lis Franco, 1964-. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "Powers Plays" : Marianas's Seminary as a space of political, religious  
and educational debates

Palavras-chave em inglês:

Education - History - Mariana (MG)

Education and politics - Mariana (MG)

Catholic Church - Mariana (MG)

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Iara Lis Franco Schiavinatto [Orientador]

Carlota Josefina M Cardozo dos Reis Boto

Leila Mezan Algranti

Data de defesa: 12-02-2015

Programa de Pós-Graduação: História

## FOLHA DE APROVAÇÃO

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 12 de fevereiro de 2014, considerou a candidata GABRIELA BERTHOU DE ALMEIDA aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto

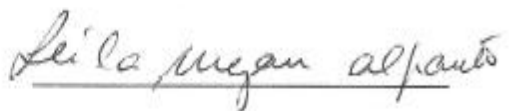


Profa. Dra. Carlota Josefina M Cardozo dos Reis



Boto

Profa. Dra. leila Mezan Algranti



Profa. Dra. Regina Horta Duarte



Profa. Dra. Izabel Andrade Marson



### ERRATA:

Onde constou: "12 de fevereiro de 2014"  
constar: "12 de fevereiro de 2015"



## RESUMO

Objetivou-se abordar as propostas políticas e educacionais debatidas para o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, situado em Mariana, sede do bispado mineiro, nas décadas de 1820 e 1830. Para tanto, foram analisadas as disputas travadas entre o bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade e o padre e professor de Filosofia Antonio José Ribeiro Bhering em torno da instituição. Ambos depositavam esperanças no Seminário de Mariana por ser um dos poucos estabelecimentos de ensino de Minas Gerais responsáveis por oferecer formação educacional aos sujeitos que almejavam tornarem-se padres e aos que precisavam cursar aulas preparatórias para ingresso nos cursos superiores do Império. Contudo, divergiam a respeito da instância que devia estabelecer as regras de regência e o quadro de professores do colégio, bem como acerca dos conteúdos ensinados. As discordâncias não se resumiam a um debate local, mas associavam-se a problemas mais amplos surgidos nas décadas iniciais do processo de construção do Estado e da nação brasileiros. Ademais, o estudo permite perceber como foram estabelecidas as relações entre formação educacional, a inclusão a organização dos espaços institucionais voltados a esses fins, e atuação política e religiosa no contexto analisado.





## **ABSTRACT**

One aimed to approach the political and educational purposes discussed for the Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte located in Mariana, which was the diocese headquarters of Minas Gerais, in the 1820s and 1830s decades. In order to do so, one analysed the disputes between the bishop Dom Frei José da Santíssima Trindade and the priest and professor of Philosophy Antonio José Ribeiro Bhering around such institution. Both of them had great expectations about the Seminary once it was one of the few educational institutions in Minas Gerais responsible for offering education to the ones who aimed to become priests and also to the ones in need of introductory classes to join higher education courses from the Empire. However, they disagreed about the instance which should establish the rules for regency and also about the faculty team at the school, as well as about the content taught. The disagreements were not only placed in a local debate, but they were associated to deeper problems raised in the first decades of the construction of the State and Brazilian nation. Moreover, the study enables the awareness of how the connections between education were established, including the organization of the institutional areas created to this end, the political and religious activities in such context.



## Sumário

|                                                                                                        |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                | <b>1</b>  |
| <b>CAPÍTULO I – O ESPAÇO EM DISPUTA E AS TRAJETÓRIAS .....</b>                                         | <b>13</b> |
| 1.1.O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana como centro educacional de Minas Gerais .....   | 13        |
| 1.2.Um bispo franciscano nas Minas: trajetória de Dom Frei José da Santíssima Trindade.....            | 27        |
| 1.3. Educação, política e espaços públicos: trajetória de Antônio José Ribeiro Bhering .....           | 41        |
| <b>CAPÍTULO II – PODER POLÍTICO E RELIGIOSO NA ADMINISTRAÇÃO DO SEMINÁRIO DE MARIANA .....</b>         | <b>55</b> |
| 2.1. O redefinir das fronteiras dos poderes.....                                                       | 55        |
| 2.2.Os Estatutos do Seminário de Mariana: Diocese <i>versus</i> Conselho Provincial de Minas .....     | 66        |
| 2.3.Os franciscanos expulsos: intervenção no quadro de professores do Seminário .....                  | 83        |
| <b>CAPÍTULO III – DISPUTA PELA MOCIDADE: O QUE ENSINAR NO SEMINÁRIO DE MARIANA .....</b>               | <b>95</b> |
| 3.1. Educar e instruir no Brasil entre as décadas de 1820 e 1830 .....                                 | 95        |
| 3.2. Contra a “liberdade desenfreada” de pensar: os conteúdos permitidos no Seminário de Mariana ..... | 105       |

|                                                                                   |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.3.Educação para padres e curso preparatório como lados de uma mesma moeda ..... | 125        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                 | <b>137</b> |
| <b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>                                                 | <b>143</b> |
| 5.1. Fontes .....                                                                 | 143        |
| 5.2. Bibliografia .....                                                           | 146        |

*Aos meus pais, Renato e Lenita, exemplos de luta.*

*Ao Marco pelo imenso amor e constante incentivo.*

*À Rê pela amizade sincera.*



## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em História da Unicamp, especialmente à linha de Política, Cultura e Cidade, por ter acolhido minha proposta de pesquisa.

À professora Iara Lis Schiavinatto, que com competência e generosidade intelectual soube me fazer indicações precisas nos momentos em que eu me encontrava perdida no “labirinto” da pesquisa. Devo mencionar suas minuciosas leituras, seguidas de instigantes e sempre muito alegres conversas. Agradeço também por ter me estimulado a solicitar a bolsa regular de mestrado e de estágio de pesquisa no exterior à Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). Sem dúvida, os financiamentos concedidos – os quais agradeço juntamente com os meses que fui contemplada com a bolsa do CNPq – abriram horizontes de pesquisas e me deram tranquilidade para seguir em frente.

Ao professor Pedro Cardim, da Universidade Nova de Lisboa, por ter me acolhido em terras lusas e me orientado no período que pesquisei em Portugal.

Às leitoras críticas desse trabalho: Izabel Marson, Leila Algranti e Carlota Boto pelas importantes considerações, indicações bibliográficas e de fontes. Além disso, a produção intelectual das mesmas me serviu como constante inspiração.

Ao professor Sidney Chalhoub por ter me aceito como estagiária na disciplina de Brasil Império. Suas aulas fizeram reforçar minha ideia de que pesquisa, docência e engajamento para além da academia, mas também dentro dela são atividades que precisam ser conciliadas.

À jovem e querida professora Aline Vieira de Carvalho pela confiança, amizade e pelos momentos descontraídos. Em seu nome, agradeço a equipe do LAP, com a qual tive o prazer de trabalhar e muito aprender.

À professora Cláudia Maria das Graças Chaves por ter sido a primeira a vislumbrar potencial de estudo no tema que trabalhei nessa dissertação.

Ao professor Marco Antonio Silveira por suas estimulantes e complexas aulas na graduação e por nossas agradáveis conversas que muito ensinam sobre a vida.

À professora Virgínia Buarque por ter me contagiado com sua paixão pelo ensino e divulgação do conhecimento histórico.

Ao professor Álvaro Araújo Antunes por ter me socorrido em diversos momentos ao longo da pesquisa, me ajudando a pensar sobre bibliotecas e educação em Minas e no Império português.

Ao professor Luiz (Duda) Estevam por ter me estimulado na reta final da graduação, quando as dúvidas e incertezas se colocaram com intensidade.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas que passei. Agradeço em especial os do Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana, os do Arquivo Público Mineiro, os das bibliotecas da Unicamp, os da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca e Arquivo da Universidade de Coimbra.

Aos meus pais, Lenita e Renato, por terem se dedicado ao longo de uma vida para garantir a mim e minha irmã acesso a uma educação de qualidade. Tenho muito orgulho de nossa condição social nunca ter servido como barreira para realização de sonhos. A eles dedico este trabalho por tudo que já fizeram por mim, mas, especialmente, por terem me acolhido em momentos difíceis da escrita. Eles souberam respeitar minhas muitas horas de estudos, permeadas de leitura alta e momentos de desespero e mau humor. Além disso, foram companhias agradáveis e divertidas nas pausas para descanso. Sou grata também à Capitu por me acompanhar nas caminhadas e por ter deixado nossas vidas mais alegres.

À Rê, minha querida e única irmã, pela amizade sincera e cumplicidade. Foi com ela que sempre partilhei minhas alegrias, dúvidas e angústias. Sou grata por ter aceitado dividir casa comigo e com o Marco por alguns meses. Lembrarei com carinho dessa fase boa e sentirei saudade dos jantares, das conversas na rede e de seu mau humor que nos faz rir.

Ao Marco pelo imenso amor que nos últimos sete anos tem me dado força para seguir em frente. Companheiro de ofício e apaixonado pela história me ouviu falar sobre as descobertas da pesquisa, me permitiu ler trechos, respeitou minhas dificuldades na escrita, leu e comentou meus textos, me acompanhou em congressos e soube me estimular em momentos que eu já não mais me sentia capaz. Fico feliz quando olho para trás e vejo o quanto já caminhamos juntos e como estar ao seu lado me faz bem e, sobretudo, uma



pessoa melhor. Prometo dias mais tranquilos, sem falar de padres e bispos... e que venham os naturalistas!

Aos meus sogros, Cleire e Gustavo, pelo apoio em momentos de dificuldades, dúvidas e incertezas e pelos sempre alegres encontros. À tia Ciça e a Lady pelas animadas recepções em Ribeirão e pelas prazerosas conversas. Ao (Zé) Lucas pelo carinho e pela amizade construída ao longo dos anos.

À família Berthou e Almeida e aos amigos de Pinda pela torcida e incentivo. Ao tio Carlinhos (*in memoriam*) por ter sido companheiro de lida e a pessoa que mais ajudou meu pai (e consequentemente toda a nossa família) ao longo de muitos anos. À (tia) Ligia por estar sempre por perto. À (prima) Julia pelas instigantes conversas e pelos escassos, mas muito prazerosos encontros.

Aos amigos de turma de mestrado: Raíssa Paz, Tiago Pires e Ligia Guido pela sincera amizade e pelas reflexivas (e engraçadas) conversas nos dias de disciplina, ou melhor, nos “dias de César”. À Fayga Madeira e Bea Andreotti por terem me recebido carinhosamente em suas casas e por me proporcionarem momentos alegres. Ainda entre os amigos feitos em Campinas, devo agradecer ao César Augusto Cruz por ser uma pessoa sempre disposta a ajudar a todos, inclusive a mim.

Às queridas moradoras da República Ploc (Mariana-MG) pelo imenso carinho e amizade franca. Às atuais, agradeço por terem me recebido com hospitalidade mineira nos períodos que precisei pesquisar em Mariana; às veteranas sou grata pelo aprendizado e por nossas longas e divertidas conversas mesmo a distância. No que se refere diretamente a essa dissertação, devo mencionar o nome de Pauline Freire que me auxiliou na revisão gramatical, o de Carolina Frade pelos “abstracts” e os de Vanessa Petruz e Bárbara Mançanares por ouvirem meus angustiados desabafos.

Aos amigos Natiele de Oliveira, Rodrigo Machado, João Paulo Martins (Butão), Daniel Precioso (Zangado), Manuela Areias, “Warte” Lowande, Nayhara Vieira, Everton Pimenta (Qblz), Tadeu (Tite), Mimi, que ao compartilharem suas experiências, conquistas e sonhos ajudam a manter viva nossa amizade.

Por fim, às pessoas que por falha da memória não mencionei aqui, mas que me prestaram auxílio e me ensinaram algo ao longo deste trabalho.





Burmeister, Hermann (1807-1892). "Seminar bei Marianne". In: *Landschaftliche Bilder Brasiliens und Portraits einiger Urvölker; als Atlas zu seiner Reise durch die Provinzen von Rio de Janeiro und Minas geraës entworfen und herausgegeben von Dr, Herm Burmeister.. XI Tafeln*. Berlin: Verlag von Georg Reimer, 1853. (litografia color; dimensões da imagem: 2408 x 3488 pixels; 240 dpi, disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/003612-009>)



**Abreviaturas:**

**AECM:** Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana

**ACSM:** Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

**ACPOP:** Arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto

**APM:** Arquivo Público Mineiro

**RAPM:** Revista do Arquivo Público Mineiro

**BN:** Biblioteca Nacional

## INTRODUÇÃO

Em outubro de 1829, o jornal *O Universal* – folha autodesignada liberal e com maior circulação na província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX – noticiou em mais de um número, com tom de indignação, a exoneração de Antonio José Ribeiro Bhering do quadro de professores do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte.<sup>1</sup> Era ele mestre de Filosofia quando recebeu um ofício, datado de 5 de outubro e assinado por Dom Frei José da Santíssima Trindade, bispo de Minas Gerais entre 1820 e 1835, informando que suas aulas estavam suspensas “por motivos muito poderosos e conhecidos por todos”.<sup>2</sup> Ao reitor do Seminário foi enviado outro documento, no qual era ordenado que fosse tornada pública a resolução aos estudantes que frequentavam o curso. O bispo argumentou que a expulsão foi necessária, pois “ensoberbecido por sua ciência desandou o improvisado lente de Filosofia a pregar em sua cadeira novidades filosóficas”, mostrando-se, de tal modo, disposto a corromper os alunos que não lhe restou outra saída senão a de lançá-lo fora.<sup>3</sup>

Antonio José Ribeiro Bhering nasceu em Ouro Preto e pertencia a uma família modesta, a qual o enviou no início da década de 1820 para estudar no Seminário de Mariana. Foi ordenado padre pelo próprio Dom Frei José da Santíssima Trindade, em 1826. No mesmo ano, fora nomeado professor de Filosofia do estabelecimento, sendo demitido do cargo três anos depois. Ele não aceitou a expulsão e empreendeu uma ampla campanha contra Dom Frei José, exposta a princípio na imprensa, mas que se expandiu para outros

---

<sup>1</sup> Segundo o historiador Wlamir Silva, o jornal que deu ênfase à expulsão de Ribeiro Bhering do Seminário “foi o periódico de referência da capital da província representando o pensamento liberal moderado mineiro e marcando o panorama cultural da província: *O Universal* é o que refletirá, durante 17 anos, de 1825 a 1842, o pensamento filosófico, político e o ambiente filosófico mineiro.” Um dos seus principais redatores foi Bernardo Pereira de Vasconcelos. SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo. A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo, Editora: Hucitec, 2009. p. 130

<sup>2</sup> AECM: Arquivo 2; gaveta 2; pasta 2.

<sup>3</sup> TRINDADE, Raimundo. *Breve Notícia dos Seminários de Mariana*. Editada sob os auspícios da Arquidiocese de Mariana, 1951.

espaços, como o Conselho Geral da província de Minas Gerais. A partir de 1829, passou a ocupar de maneira recorrente cargos políticos e administrativos, se inseriu nos crescentes “espaços públicos de sociabilidade”<sup>4</sup> (foi redator de jornais, membro de sociedades e mantenedor de espaços de leitura), sem, com isso, abandonar a profissão de professor.<sup>5</sup> Os espaços de fala conquistados e as redes de relações estabelecidas foram utilizados por ele para investir contra a mais alta autoridade eclesiástica de Minas Gerais. Dom Frei José, por sua vez, não deixou de responder aos ataques que recebia e alinhou-se a homens e espaços de poder que legitimavam e aprovavam suas ideias e discursos.

O objetivo de nosso estudo foi, portanto, matizar os aspectos que geraram o rompimento entre esses homens e as disputas travadas em torno do Seminário de Mariana. Posto isto, as seguintes questões ocuparam o cerne da investigação: quais projetos políticos e educacionais Ribeiro Bhering e Dom Frei José defendiam? Como eles se articularam e com quais pessoas e instâncias dialogaram para defendê-los? De que maneira as distintas propostas educacionais estavam relacionadas com atuações e projeções igualmente díspares no campo religioso e político?

No que se refere às fontes da pesquisa, o caminho foi trilhado a partir das trajetórias dos mencionados sujeitos. Partindo das atividades que desempenharam ao longo da vida, mapeamos as reflexões e pronunciamento de ambos acerca do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Assim, os principais fundos documentais pesquisados foram: 1) o acervo pessoal de Dom Frei José, disponível no Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana, onde estão arquivadas as correspondências expedidas e recebidas pelo bispo no período em que esteve à frente da diocese mineira (1820-35).<sup>6</sup> Nesse fundo, encontram-se também

---

<sup>4</sup> Remetemo-nos a espaços públicos enquanto: “cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta na expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos e locais onde se configuram estas cenas públicas.” MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial*. São Paulo, Editora Hucitec, 2003.

<sup>5</sup> Aliás, no mesmo mês em que foi afastado do Seminário, fora nomeado mestre de Filosofia e Francês da capital da província. A rápida acolhida em Ouro Preto, bem como o imediato alarde causado por sua expulsão na principal folha de tendência liberal de Minas, nos leva a crer que Ribeiro Bhering já possuía alguma ligação com homens que o apoiariam na ofensiva movida contra Frei José.

<sup>6</sup> AECM: Arquivo pessoal do Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade (1820-1835): Arquivo2/ gaveta 2/ pasta 1 a 35. Em termos metodológicos foram relevantes as considerações feitas por Ângela de Castro Gomes

traduções de encíclicas papais e os Estatutos de Regência do Seminário de Mariana (1821)<sup>7</sup>; 2) o relatório elaborado por Frei José com descrição dos bens do Seminário (1831), que incluía sua biblioteca, disponível na Revista do Arquivo Público Mineiro;<sup>8</sup> 3) as atas do Conselho Geral da província de Minas, do qual Ribeiro Bhering foi membro no início da década de 1830;<sup>9</sup> 4) os jornais *O Novo Argos* (1829-1834) e *O Homem Social* (1832-34), que tiveram Ribeiro Bhering como redator.<sup>10</sup> Outros documentos, como edições dos jornais *O Telégrafo* (1828-30), *O Universal* (1825-42) e *Estrela Marianense* (1829-34) e as transcrições realizadas pelo cônego Raimundo Trindade e pelos historiadores Ronald Polito e José Arnaldo Coêlho também foram utilizados para traçar as trajetórias.<sup>11</sup> A análise crítica e contextualizada desse material, em diálogo com a produção historiográfica, possibilitou apreender os projetos articulados pelos homens em conflito e as redes de sociabilidade que eles estavam imersos e ajudavam a conformar, notando seus significados políticos.<sup>12</sup>

De início, é preciso dizer que tanto Antonio José Ribeiro Bhering como Dom Frei José depositavam esperanças no Seminário de Mariana por ser um dos poucos estabelecimentos de ensino de Minas Gerais responsáveis por formar padres e oferecer ensino secundário aos jovens que seguiriam carreira em outras áreas. Na primeira metade

---

sobre os cuidados particulares que exigem o trabalho com correspondências. A autora considera a chamada “escrita de si” como um fenômeno que ganhou expressão a partir do século XVIII e associa tal movimento ao processo de individualismo e da emergência de um cidadão moderno, dotado de direitos civis e políticos. Gomes salienta que interessa ao historiador, diante desse material, muitas vezes fragmentado e que aborda temas diversificados, buscar a ótica assumida no registro e como seu autor a expressa. GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>7</sup> Os Estatutos contemplavam as regras de regência do Seminário. No documento estavam inclusas as disciplinas oferecidas na instituição, as diretrizes comportamentais que deveriam ser seguidas pelos alunos e mestres e definições de ordem econômica e administrativa.

<sup>8</sup> RAPM: CD 1; volume 4. Seminário de Mariana em 1831. P. 769/770.

<sup>9</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, 1828-1834 (as séries, subséries e notações utilizadas encontram-se arroladas no fim dessa dissertação).

<sup>10</sup> BN: *O Novo Argos*, Ouro Preto 1829-34 e *O Homem Social*, Mariana 1832-34. Microfilme: PR SOR 01827/PRSOR 01828.

<sup>11</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. LIMA, José Arnaldo Coelho de Aguiar; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (orgs.). *Op. Cit.* 1998.

<sup>12</sup> Carlo Ginzburg sugere que o nome próprio seja utilizado como instrumento para reconstrução de relações sociais. Segundo o autor, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.” GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico” IN: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989. p. 175.



do século XIX, instituições como esta extrapolavam a função religiosa e se projetavam como locais de ensino frequentados pelos filhos das elites desejosos de prosseguirem os estudos nos cursos superiores do Império ou até mesmo na Europa.<sup>13</sup> Contudo, divergiam a respeito da instância que devia estabelecer os Estatutos e o quadro de professores do Seminário e sobre os conteúdos a serem ensinados. As discordâncias não se resumiam a um debate local, mas estavam associadas a impasses mais amplos surgidos nas décadas iniciais do processo de construção do Estado e da nação brasileiros. Um dos aspectos que fomentava os embates esteve relacionado com o redefinir das fronteiras e campos de atuação dos poderes políticos e religiosos após a Independência. O outro se atrelava ao debate acerca da formação educacional a ser oferecida à mocidade que conformava a sociedade em questão. Tratemos individualmente dessas problemáticas.

O restabelecimento das fronteiras entre os poderes esteve relacionado ao novo contexto político vivido no Brasil após a emancipação política. O regime monárquico constitucional apresentava-se como caminho escolhido pela maioria dos homens envolvidos na experiência de autonomização do Brasil. A Constituição outorgada em 1824 representava essa opção. Nela, a religião católica foi definida como oficial do Império e tomada como um dos pilares de sustentação identitária e de conformação moral da nação. Contudo, o grau de autonomia que os religiosos e seus espaços institucionais gozariam em relação aos poderes públicos e como seriam estabelecidas as relações com a Santa Sé, onde estava instalado o centro unificador da Igreja católica, foram temas controversos. No mais, o Estado brasileiro começava a se inserir em campos, como o da educação, sobretudo através da elaboração de leis e garantias de direitos, historicamente controlados pela Igreja.

---

<sup>13</sup> Não relacionamos o conceito de elite somente ao poder econômico, mas o atribuímos aos homens que desfrutavam, por motivos variados, de prestígio político, social e simbólico, capaz de dar-lhes visibilidade e distinção nos espaços que habitavam e de garantir-lhes o “direito” do exercício do poder. No que concerne aos estudos recentes sobre as elites, as considerações de Manuel Hespánha são relevantes para este trabalho. Para o estudioso português: “A história das elites (...) procura fixar rostos individuais. Identificar indivíduos antes de lugares institucionais, ou antes, de posição de classe. Olhar para poderes efetivos, antes de olhar para o direito ou para o “sistema social.”” HESPANHA, António Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia (orgs). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 40.

Nos anos que se estenderam entre primeiro reinado e período das regências, o estabelecimento das relações entre os poderes foi tema de frequentes discussões. As questões eram complexas e provocavam clivagens no interior do próprio corpo eclesiástico, o qual se dividiu, *grosso modo*, em duas tendências. Numa delas, cujo nome de mais destacada atuação foi Diogo Feijó, considerava-se que as adequações pelas quais precisava passar a Igreja católica no Brasil deveriam ser definidas pelo Estado. O grupo de padres recorreu ao Legislativo para propor reformas na vida religiosa brasileira e em suas instituições. O objetivo era adequá-las ao que julgava ser pertinente às “circunstâncias nacionais”. Considerava, por fim, que os eclesiásticos deveriam estar submetidos à monarquia brasileira em primeira instância. De forma oposta, outro setor eclesiástico, no qual se destacavam o arcebispo da Bahia Dom Romualdo Seixas e o bispo do Maranhão Marcos Antonio de Souza, considerava as propostas articuladas no Legislativo uma intromissão nos assuntos religiosos. O grupo comungava da ideia de que era necessário empreender reformas na jurisdição da Igreja e na vida eclesiástica brasileira. No entanto, assegurava que as mudanças deveriam ser realizadas pelas autoridades católicas, em diálogo com as diretrizes estabelecidas pela Santa Sé. Defendia, portanto, uma autonomia das instâncias religiosas em relação ao Estado nacional.

Antonio José Ribeiro Bhering e Dom Frei José da Santíssima Trindade mostravam-se sintonizados com as divergências surgidas em âmbito nacional. Eles não concordavam acerca da instância que deveriam definir os Estatutos de Regência, a incluir as disciplinas oferecidas, e o quadro de professores do Seminário de Mariana. Dom Frei José considerava que o colégio episcopal deveria estar exclusivamente sob os cuidados do bispo. Por ser autoridade suprema da diocese, cabia a ele todas as resoluções necessárias. Reconhecia que os bispos eram indicados pelo monarca e demonstrava adesão ao mesmo. Contudo, asseverava que as autoridades diocesanas deveriam gozar de autonomia em assuntos estritamente religiosos, como era em sua concepção o Seminário. Considerava também que os eclesiásticos deveriam manter-se fiéis à hierarquia da Igreja e estar afinados com os ditames de Roma. De maneira distinta, Ribeiro Bhering defendia que o Seminário deveria ter suas regras, disciplinas e mestres definidos pelo Conselho Geral da província de Minas

Gerais com aprovação da Assembleia Geral Legislativa.<sup>14</sup> A justificativa apresentada era que a formação educacional oferecida no Seminário correspondia a um “interesse nacional”, e que o corpo eclesiástico e seus espaços institucionais deveriam ser regidos pelas Leis do Império.

As discordâncias em torno do Seminário de Mariana não se relacionavam somente a um conflito de poderes. Dom Frei José e Antonio José Ribeiro Bhering tinham também propostas educacionais distintas e discordavam sobre os conteúdos disciplinares oferecidos no colégio. Como salientou o historiador Ilmar de Mattos em seu clássico estudo sobre a formação do Estado Imperial, educar e instruir eram ações que estavam relacionadas com a direção que se desejava imprimir na sociedade.<sup>15</sup> A divulgação de conhecimentos e preceitos morais específicos era vislumbrada como uma forma de inserir o Brasil entre as nações “cultas e civilizadas”, de manter a ordem e a coesão social. Por isso, foram temas de recorrente preocupação das elites políticas Oitocentistas. Na imprensa e nos espaços formais de política, falava-se da necessidade de “derramar instrução a todas as classes”. Contudo, tal “derramamento” era idealizado de maneira desigual, pois a distribuição do ensino se entrecruzava com a organização da sociedade marcadamente hierarquizada, a qual os grupos dirigentes desejavam ver mantida. Para Mattos, a análise das propostas voltadas a esse campo permite “compreender o tipo de Povo que se pretendia formar e avaliar a força de uma ação que participa do processo de construção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem trocas de símbolos, bens e poderes que constituem uma sociedade.”<sup>16</sup>

Em Minas Gerais, entre as décadas de 1820 e 1830, período que nos interessa, os jornais e o Conselho Geral da província foram importantes espaços para articulação de projetos destinados à educação. Como sinaliza a estudiosa Zeli Efigênia Sales, consolidou-

---

<sup>14</sup> Os Conselhos provinciais não possuíam capacidade legislativa. Eram responsáveis por elaborar projetos a partir das necessidades da província, os quais eram encaminhados para Assembleia Geral Legislativa. A esta instância de poder instalada na Corte competia à aprovação ou não das propostas.

<sup>15</sup> Como esclareceu Ilmar de Mattos, educar complementava o ato de instruir, de ensinar determinados conteúdos disciplinares, em vista que era “a ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais a convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação.” MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990. pp. 264-265

<sup>16</sup> *Idem*, p. 272

se nesses espaços públicos um discurso que apontava para a precariedade da instrução oferecida à mocidade mineira.<sup>17</sup> Propunha-se, diante disso, a criação de novas aulas que iam das primeiras letras ao ensino de ciências, bem como reformas nas instituições educacionais já existentes. Julgo pertinente colocar em perspectiva que desde a segunda metade do século XVIII vinham sendo estruturadas transformações no campo educativo.<sup>18</sup> No Império português, do qual o Brasil era parte nesse período, foram promovidas reformas no ensino menor e maior que provocaram um redirecionamento no campo dos saberes. O racionalismo e o experimentalismo foram colocados em primeiro plano e serviram de base para estruturação de novas práticas de transmissão e produção de conhecimentos. Ao valorizar a clareza e o rigor metodológico, criticou-se a orientação religiosa e dogmática fortemente presente no ensino luso. Além disso, foi a partir dessa conjuntura que de forma pioneira a Coroa adotou medidas para institucionalização do ensino no reino e em seus domínios.

O Conselho provincial e a imprensa periódica foram justamente os espaços utilizados por Antonio José Ribeiro Bhering para tornar pública sua proposta educativa para o Seminário de Mariana. Ele argumentava que o colégio deveria estar sintonizado com os conteúdos exigidos para o ingresso nos cursos superiores do Império, sem que para isso deixasse de ser um local destinado a formações de eclesiásticos. Em sua percepção, as aulas frequentadas pelos aspirantes ao sacerdócio não deveriam diferir-se das destinadas aos demais jovens. Embora a carreira eclesiástica exigisse habilidades específicas, a estrutura de pensamento que orientaria o sujeito, independente da função que ocupava, deveria ser similar. Partidário do pragmatismo, Bhering valorizava a observação, a experimentação e a

---

<sup>17</sup> SALES, Zeli Efigênia Santos de. O conselho geral da província e a política de instrução pública em Minas Gerais (1825- 1835). IN: OLIVEIRA, Bernardo J. De; VAGO, Tarcísio Mauro (org.). *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 84

<sup>18</sup> Segundo Carlota Boto, um dos aspectos que pode ser considerado unificador do movimento ilustrado Setecentista, consiste na “teia de cumplicidade” construída em torno da República das Letras. Posto isto, a educação organizada pelo Estado – bem como uma nova perspectiva diante da ciência, um conceito próprio de infância e um projeto específico de escolarização – passou a ser vislumbrada como uma estratégia para aprimorar a vida em sociedade. Ademais, tendo como base a crença na razão, a educação torna-se um elemento central para fornecer possibilidades para o desenvolvimento humano. BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. Tese (Livredocência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

comprovação empírica dos temas estudados. A instrução carregava, portanto, um caráter utilitário e era fundamental para formar homens capacitados para atuar numa sociedade regida por uma Constituição e que precisava prosperar econômica, política e culturalmente. Já o discurso educativo assumido por Dom Frei José da Santíssima Trindade foi marcado por métodos e conteúdos que valorizavam a memorização e reprodução de conhecimentos e valores rigidamente controlados pelos mestres. O bispo não restringiu o ingresso ao colégio episcopal aos sujeitos que se tornariam padres, porém, a sua principal preocupação foi a formação de eclesiásticos submissos aos dogmas e a hierarquia da Igreja e fiéis a sua disciplina.

Posicionamentos díspares como os consolidados em torno do Seminário de Mariana foram relativamente comuns nas décadas que sucederam a Independência do Brasil. Nessa conjuntura, foram colocados em disputa projetos, identidades e interesses que apresentavam distintas possibilidades para a construção do Estado, de sua estrutura burocrática e de poderes, e da nação, a ser forjada a partir de laços suficientemente fortes para manter unidas “as peças do mosaico” conformadoras do território.<sup>19</sup> Posto desse modo, o ano de 1822 deixa de ser vislumbrado enquanto marco fundamental do nascimento do Estado e da nação brasileiros. Em contrapartida, as constituições desses aparatos são apreendidas enquanto experiências que se desenrolaram durante o século XIX, e que contaram com projetos das elites políticas espalhadas nas localidades e de outros setores sociais, os quais experimentavam ao seu modo a nova situação.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Ao seguir as proposições de Benedict Anderson, concebemos a nação enquanto uma “comunidade imaginada”, na qual o idioma funciona como um dos principais elementos unificadores das pessoas viventes, nascidas ou naturalizadas em um território definido como nacional. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2008. A expressão “peças de um mosaico” foi retirada do texto de autoria de João Paulo Pimenta e István Jancsó. JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): formação: histórias*. São Paulo: SENAC, 2000. v. 1, p. 127-175.

<sup>20</sup> Há um intenso debate historiográfico no universo acadêmico brasileiro acerca dos temas relacionados às dinâmicas de fundação do Império do Brasil. Destacamos algumas obras coletivas que contemplam a discussão: JANCÓS, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec-Fapesp, 2003. CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia B. (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos*

A presença dos grupos políticos provinciais e locais pode ser verificada em todo o processo de construção do Brasil enquanto corpo político autônomo. A historiadora Iara Lis Schiavinatto chamou atenção para a importância das adesões a *persona* de Dom Pedro I, capazes de torná-lo uma opção política diante das incertezas e restrições trazidas pelas Cortes de Lisboa, na década de 1820. Em tal circunstância, destacaram-se os apoios provenientes das Câmaras municipais, instâncias que congregavam interesses das elites locais e que tiveram importância capital durante o *Antigo Regime*.<sup>21</sup> Segundo a autora,

Armando-se com práticas e representações do passado, as Câmaras e o príncipe celebraram um contrato completamente novo calcado em princípios liberais, instaurando uma descontinuidade em relação as relações de poder anteriormente vigentes entre rei português e a Câmara colonial.<sup>22</sup>

E não foi somente no processo de adesão a Dom Pedro I que a atuação das elites regionais ganhou destaque. Para Miriam Dolhnikoff, esses grupos ressignificaram suas ações, criaram redes de sociabilidade, ocuparam novos espaços de atuação política, como os Conselhos e Assembleias Legislativas provinciais, e marcaram presença durante todo o Oitocentos. A autora dirige críticas às abordagens que atribuem às elites do Rio de Janeiro o status de “única portadora de um projeto nacional, capaz de construir o Estado e impor uma direção, submetendo os grupos regionais, portadores de projetos localistas.”<sup>23</sup> O desejo de autonomia “não era sinônimo de uma suposta miopia localista e estava acoplado a um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional.”<sup>24</sup> O

---

*horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.; GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.), *O Brasil Imperial Vol. I, II e III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

<sup>21</sup> Nuno Gonçalo Monteiro considera que não existia poder formalizado em âmbito regional em Portugal no *Antigo regime*. Isso se explicava pelo fato de ser a esfera local, precisamente os Conselhos Municipais, o principal ponto de apoio dos esforços de centralização da monarquia portuguesa. O poder provincial começou a ser construído somente em 1821, quando instaladas as Juntas Provisórias de Governo posteriormente substituídas pelos Conselhos Gerais e pelo cargo de Presidente da Província. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Os concelhos e as comunidades.” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, v. 4 (O Antigo Regime). Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 303-331.

<sup>22</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. *Pátria Coroadada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 147

<sup>23</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e Construção do Estado Nacional. IN: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec-Fapesp, 2003. p. 432.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 432.

trabalho de Maria de Fátima Gouveia merece ser destacado por caminhar no mesmo sentido. Ao analisar a instalação da Assembleia Legislativa fluminense, em 1834, a historiadora salientou que a política imperial foi mais complexa e sofisticada do que o simples favoritismo e clientelismo gerido a partir da “grande política” que se desenrolava na Corte.<sup>25</sup> Nosso estudo encontra-se, portanto, alinhado às abordagens historiográficas que concedem relevância às experiências e projetos emergentes em âmbito local, provincial e nacional, no momento em que a província estava sendo fundada enquanto “instância de realidade”.

Feitas os esclarecimentos introdutórios, cabe demarcar como está estruturada essa dissertação. No primeiro capítulo, intitulado “O espaço em disputa e as trajetórias”, traçamos um histórico do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, ressaltando, ainda que de maneira sucinta, as posturas assumidas pelos prelados que antecederam Dom Frei José diante da instituição. Buscou-se demonstrar que, mesmo perante de dificuldades de ordem econômica e administrativa, o colégio era um dos principais estabelecimentos de ensino de Minas Gerais, o que fez com que a cidade de Mariana ostentasse não somente o status de centro religioso da capitania e, posteriormente, da província, mas também de centro educacional. Em seguida, apresentamos as trajetórias do bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade e de Antonio José Ribeiro Bhering. Buscou-se destacar os principais debates que eles estiveram inseridos e, conjuntamente, tratar de importantes experiências vivenciadas na primeira metade do século XIX no Brasil.

O segundo capítulo tem como cerne a discussão em torno da administração do Seminário de Mariana. No primeiro tópico, buscamos demarcar, com base na historiografia, os principais aspectos que dividiram os eclesiásticos no que esteve relacionado à redefinição das fronteiras dos poderes políticos e religiosos após a Independência do Brasil. Tal exercício foi de suma importância, pois permitiu apreender as redes de relações e diálogos estabelecidos por Ribeiro Bhering e Frei José da Santíssima Trindade. Em seguida, foi concedido destaque aos argumentos mobilizados e contatos estabelecidos por Frei José, a fim de garantir, como um direito exclusivo seu, a direção do Seminário, e as

---

<sup>25</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima S. *O império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

propostas de Ribeiro Bhering para justificar a intervenção do Conselho da província e da Assembleia Legislativa na definição das aulas e do quadro de professores do colégio. Por fim, tratamos de uma efetiva intervenção do poder público, que muito desagradou o prelado, nos assuntos do Seminário: a expulsão dos franciscanos nomeados pelo bispo para os cargos de professores de Teologia e Filosofia. Tal expulsão se apoiou na ofensiva movida contra as Ordens religiosas no Brasil, as quais foram taxadas por alguns setores políticos e religiosos como “insubmissas ao Estado”, “contrárias à causa nacional”, “conspiradoras” e “usurpadoras do ensino dos jovens”.

O último capítulo, intitulado “Disputas pela mocidade: o que ensinar no Seminário de Mariana”, foi dedicado exclusivamente para analisar os conteúdos que cada um julgava necessário ser ensinado no Seminário de Mariana. A fim de introduzir o assunto, traçamos um panorama da organização do ensino no Brasil, entre as décadas de 1820 e 1830. Em seguida, analisamos as disciplinas descritas por Dom Frei José da Santíssima Trindade nos Estatutos de Regência que elaborou em 1821. Para entendê-las utilizamos, além da descrição do próprio bispo, a lista de livros pertencente à biblioteca do colégio episcopal de Mariana e estabelecemos um paralelo com as disciplinas oferecidas no Seminário de Olinda. Este, criado em 1800, foi considerado um marco no campo educacional por incorporar inovações educacionais que na segunda metade do século XVIII promoveram um reordenamento no campo dos saberes. Por fim, refletiu-se sobre as aulas que Antonio José Ribeiro Bhering considerava que deveriam ser oferecidas no Seminário de Mariana. A partir da análise dos conteúdos em disputa e das posições assumidas no processo de redefinição das fronteiras dos poderes, foi possível vislumbrar as propostas políticas e educacionais debatidas para o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, bem como tecer algumas reflexões sobre os perfis de “homem público” postos em jogo.





## Capítulo I – O ESPAÇO EM DISPUTA E AS TRAJETÓRIAS

### 1.1. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana como centro educacional de Minas Gerais

A história de Mariana difere em alguns sentidos da dos demais centros urbanos surgidos em Minas Gerais. Se em um primeiro momento a região fora povoada devido à extração do ouro, marcado por uma ocupação espontânea em torno do Ribeirão do Carmo, na segunda metade do século XVIII esse quadro se alterou. Dom João V escolheu a então Vila de Nossa Senhora do Carmo<sup>26</sup> para se tornar sede de um novo bispado.<sup>27</sup> A localidade fora elevada à categoria de cidade, sendo conferida a dignidade necessária para abrigar um dos centros religiosos do Império português. O próprio governador da capitania foi quem chamou atenção para a necessidade de fazer reparos nas ruas e edifícios, bem como de realizar novas construções na localidade. Gomes Freire salientou que a Vila do Carmo fora diversas vezes atingida por fortes enchentes. Era, portanto, necessário um planejamento urbano que protegesse os edifícios principais das inundações provenientes do ribeirão que cortava a cidade.

---

<sup>26</sup> Em 1711, o Arraial do Carmo foi elevado à condição de Vila, isso ocorreu devido ao crescimento econômico e populacional e a consequente expansão na ocupação do território. “Transformado um arraial em vila, se aconteciam mudanças físicas, estas não se davam de forma imediata. O povoado mantinha o “tipo de vida modorrento” e a “feição acanhada” que o caracterizara em seus primórdios; continuava a predominar a disposição irregular de suas casas, o “correr de ruas mal delineadas, tortuosas e inconstantes na largura, de pequenas travessas, de terrenos que parecem escorregar desalinhadamente”. Na Vila do Carmo, de fato, as mudanças mais radicais em seu aspecto físico ainda demorariam alguns anos para acontecer”. DAMASCENO, Cláudia. “O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998. p. 32

<sup>27</sup> Nessa mesma conjuntura foi criada a diocese de São Paulo, que assim como a de Minas Gerais foi desmembrada da do Rio de Janeiro, e as prelazias de Goiás e Mato Grosso. Somadas com as já existentes, da Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro, o Brasil passava a contar com cinco sedes de bispados responsáveis por todo o território. Após a Independência, as prelazias foram elevadas a dioceses.

Em 1747, foi expedida uma ordem régia na qual “o rei fazia recomendações expressas acerca das regras a serem respeitadas na urbanização.”<sup>28</sup> A cidade de Mariana adquirira “um valor estratégico, devendo ostentar uma imagem que refletisse a nova ordem social que se desejava impor, (...) regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente e castigada pelas inundações do Ribeirão do Carmo.”<sup>29</sup> A cidade foi transformada a partir de então em um grande canteiro de obras. A Rua Direita e a Rua Nova tornaram-se principais caminhos de Mariana, na última foi edificada a Casa de Câmara e Cadeia e no final da Rua Direita estava situada a igreja da Sé. Ainda no limiar do mesmo século foram construídas outras igrejas, a maioria financiada por irmandades terceiras. Aos poucos, o centro administrativo, político e religioso – em grande parte conservado até os dias atuais – foi se configurando.

Como primeiro bispo da diocese mineira foi nomeado Dom Frei Manuel da Cruz, doutor em sagrada teologia pela Universidade de Coimbra. Na ocasião, ele vivia no Maranhão e sua viagem para Minas Gerais foi considerada um sacrifício: o prelado levou vários meses para percorrer todo o trajeto e esteve doente em parte do período. Quando finalmente chegou ao seu destino foi recebido com uma suntuosa festa narrada no *Áureo Trono Episcopal*.<sup>30</sup> Entre os primeiros feitos de Frei Manuel da Cruz esteve a fundação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, tido como a “primeira casa de educação das Minas.”<sup>31</sup> Raimundo Trindade afirmou que, antes mesmo do prelado chegar ao território mineiro, já tinha escrito a Dom João V solicitando a real permissão para criação de um Colégio episcopal. O bispo argumentava que eram “grandes as despesas que faziam os moradores daquela capitania para mandarem seus filhos aos estudos no Rio de Janeiro e na Bahia.”<sup>32</sup> Ele se preocupava igualmente com a necessidade de regulamentar a formação do clero e seguir as recomendações do Concílio de Trento. Como esclarece Dalila Zanon:

---

<sup>28</sup> DAMASCENO, Cláudia. *Op. Cit.*, 1998. p. 41

<sup>29</sup> *Idem*, p. 42

<sup>30</sup> KANTOR, Íris. “Pacto Festivo em Minas Colonial: a Entrada Triunfal de Dom Frei Manoel da Cruz.” São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado defendida junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>31</sup> Vários autores designam o Seminário assim, destacamos: Sônia Magalhães, Cláudia Damasceno, Maria do Carmo Pires e cônego Raimundo Trindade.

<sup>32</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 7

Durante séculos subsequentes à conclusão do Concílio de Trento, a Igreja Católica Romana buscou implementar as resolução tridentinas na Europa e nas colônias do novo mundo, obtendo resultados de acordo com as especificidades regionais. Todavia, o propósito geral de sua ação teria sido o de estruturar a Igreja, enquanto instituição, reafirmar a autoridade do papa e bispos, implementar o sistema de paróquias, preparando o clero, através de seminários, para realizar a evangelização e ministrar os sacramentos aos fiéis.<sup>33</sup>

O monarca português aprovou a solicitação e colocou sob sua proteção a instituição de ensino. Com isso, a cidade de Mariana se constitui não somente como centro religioso, mas também educacional da capitania e posteriormente da província. Em 1750, o Seminário de Mariana começou a funcionar. Foi instalado em um edifício adquirido pelo bispo “na melhor paragem da cidade, como foi informado à S. Majestade”<sup>34</sup>. Junto ao prédio existia uma capela erigida em homenagem a Nossa Senhora da Boa Morte, que inspirou o nome da instituição. O Seminário também dispunha de uma chácara doada por José da Torres Quintanilha, abastado lavrador mineiro. A casa existente neste terreno “foi ampliada e transformada em Palácio Episcopal (pagando aluguéis ao Seminário), e a casa do Conde de Assumar, que serviu de primeira residência episcopal, ficou conhecida como o “palácio velho dos bispos.”<sup>35</sup> Quintanilha realizou a doação de mais sete moradas, que passaram a ser alugadas e a renda revertida para manutenção do colégio. Frei Manuel contou ainda com doações de outros sujeitos que desejavam ver prosperar o estabelecimento de ensino.

Em 1818, em visita realizada a Mariana, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire vinculou a criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte aos anseios de “alguns mineiros ricos que desejavam educar seus filhos, sem precisar enviá-los a Europa” e responsabilizou-o pela existência, “entre os proprietários de certa idade que habitavam os campos das comarcas de Sabará e Vila Rica” de “homens polidos e com certa instrução.”<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. “A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)”. Dissertação-Mestrado, Departamento de História, Universidade de Campinas, 2001. p. 86

<sup>34</sup> MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A Mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004. pp. 80-81.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 52

<sup>36</sup> SAINT-HILAIRE, A. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1978. pp. 79-80. *Apud* VILLALTA, Luiz Carlos. Educação: nascimento, haveres e

Como já comentado na introdução desse texto, o Seminário se destinava não só aos indivíduos que ambicionavam tornar-se padres, mas oferecia também acesso ao ensino regular, sobretudo aulas de humanidades, a quem tivesse condição de financiar seus estudos.

A direção da instituição fora, “como outros Seminários diocesanos criados em diferentes localidades do Brasil colonial”<sup>37</sup>, confiada aos padres da Companhia de Jesus. O primeiro bispo de Mariana possuía ligação com os inacianos estabelecida quando ainda residia no Maranhão. De acordo com o historiador Leandro Catão, no documento enviado por Frei Manuel da Cruz ao rei Dom João V solicitando permissão para fundar o Seminário, o bispo pediu a concessão da licença real para entrada do padre jesuíta Gabriel Malagrida em Minas Gerais, o qual assentaria na direção do colégio episcopal. A licença era necessária, pois o clero pertencente a Ordens religiosas foi proibido de circular na capitania mineira no período colonial. De forma pioneira, Caio César Boschi analisou as restrições impostas aos regulares na capitania. Esse segmento eclesiástico foi acusado de se instalar na região em busca da exploração do ouro, de desligar-se de suas congregações e de suas obrigações eclesiásticas e, principalmente de incitar o povo a desobedecer às ordens da Coroa. Diante de suposta “insubordinação”, os regulares foram ainda associados ao “contrabando e descaminhos do ouro”.<sup>38</sup> Apesar de ter seu pedido atendido, por motivos desconhecidos Malagrida não se instalou em Mariana. Em seu lugar foi enviado o também

---

gênero. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História das Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 259

<sup>37</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Op. Cit.* 2007. p. 260

<sup>38</sup> O autor considera que as restrições impostas às Ordens religiosas contribuíram para o envolvimento de leigos na vida religiosa da capitania mineira. Isso explicaria em grande medida número expressivo de Irmandades formadas por seculares em Minas Gerais no século XVIII. BOSCHI, Caio César. Como os filhos de Israel no deserto? (ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII). *Varia História*, Belo Horizonte, número especial. n. 21, p. 119-141, 1999; BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986. Em estudo mais recente, Leandro Catão afirma que “não obstante os inúmeros pronunciamentos régios proibindo a entrada e a permanência de religiosos regulares na capitania das Minas, isso não significou que a vontade da Coroa fosse atendida. Ao contrário, a insistente repetição de tais ordens ao longo de toda a primeira metade do século XVIII pode ser interpretada como um indício do não cumprimento das determinações régias a este respeito” CATÃO, Leandro Pena. “Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino”. Tese (Doutorado), Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2005.

jesuíta João Nogueira, que chegou à cidade em 1749, sendo instituído como primeiro reitor do Seminário. De acordo com Villalta, pouco tempo depois o prelado requereu

o envio de mais três padres jesuítas para lecionarem filosofia e teologia, no que foi atendido pelo soberano. Este, no entanto, alguns anos depois, sob influência de Pombal, revogou a autorização de permanência dos inicianos. (...) Antes disso os inicianos chegaram a estabelecer uma residência em Mariana da qual foi superior Manuel Tavares. Tais presenças se deram de fins de 1756 ao início de 1757 até 1758, quando se ordenou que fossem para o Rio de Janeiro os jesuítas residentes no bispado, inclusive o padre João Nogueira.<sup>39</sup>

Os religiosos foram obrigados a se retirar de Minas, mas deixaram sua marca nos Estatutos de Regência organizados por Dom Frei Manuel da Cruz para o Seminário de Mariana.<sup>40</sup> O regulamento, datado de 1760 e vigente até 1821, era “declaradamente decalcados dos vigentes nas escolas da Companhia de Jesus e trazem pistas importantes sobre as normas de comportamento vigentes.”<sup>41</sup> O historiador e cônego Raimundo Trindade sugeriu que as normas de regência foram elaboradas pelo reitor João Nogueira antes dele receber o decreto para se retirar de Minas e mantidas por Frei Manuel da Cruz.<sup>42</sup> Os Estatutos são concisos e ratificavam um ambiente severo de controle que visava impedir contatos entre os estudantes e o mundo externo. Mesmo as idas à cidade ou à catedral só ocorriam mediante o acompanhamento do reitor ou de algum mestre. As disciplinas oferecidas eram as de Latim, Retórica e Filosofia e não foram especificados os conteúdos a serem transmitidos em cada uma delas. Entre os recessos coletivos constava “a festa de

---

<sup>39</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Op. Cit.* 2007. p. 261

<sup>40</sup> Como mencionado na Introdução, Estatutos de Regência (designação utilizada na época) era um documento elaborado predominante pelo bispo diocesano, no qual se definia as regras a serem respeitadas, as matérias ensinadas e as questões administrativas do Seminário de Mariana.

<sup>41</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Op. Cit.* 2007. p. 261

<sup>42</sup> É preciso esclarecer que se a Companhia de Jesus fora expulsa em 1750 do Império português, a Coroa portuguesa levou um tempo até definir e implantar novas regras destinadas à educação. Embora aulas régias tenham sido criadas em território brasileiro já no fim do século XVIII, inclusive em Minas Gerais, o primeiro Seminário diocesano declaradamente adaptado às reformas educacionais no Brasil foi o de Olinda, criada em 1800. A própria reforma na Universidade de Coimbra, que promoveu um reordenamento no campo dos saberes e reestruturou disciplinas como de Teologia e Filosofia, oferecidas no Seminário, só foi iniciada em 1772.

Santo Inácio de Loyola e outros dois feriados e festas comuns aos Colégios da Companhia de Jesus”.<sup>43</sup>

No ano de 1764, Dom Frei Manuel da Cruz faleceu. Um substituto que efetivamente assumiu o bispado mineiro tardou dezesseis anos para chegar. No período de sede vaga o Seminário teve seus bens administrados pelo cabido. O primeiro bispo de Mariana tentou evitar que fosse esse órgão o responsável pela direção do colégio, uma vez que mantivera uma relação conflituosa com o mesmo. Diante disso, estabeleceu que fossem nomeados procuradores, que na ocasião da sua morte seriam colocados à frente do estabelecimento. Logo que o bispo faleceu o cabido escreveu ao rei D. José I para requerer a gerência da instituição de ensino, a autorização foi concedida em 1766. Na visão de Trindade, a presença do cabido na administração do Seminário promoveu uma decadência patrimonial e no campo educativo do mesmo.<sup>44</sup> Ao concordar com isso, o historiador português Luiz Ferreira Carrato afirmou que houve nesse momento um “relaxamento na disciplina sacerdotal” e diversos eclesiásticos foram ordenados “sem muito critério”.<sup>45</sup>

Foi esse o cenário encontrado por Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével quando assumiu o bispado de Minas Gerais, em 1780. O prelado era nascido em Santarém, Patriarcado de Lisboa, e pertencia a Ordem dos Dominicanos. Antes de transferir-se para Mariana, serviu como professor de Teologia e Filosofia por 15 anos à Ordem. Frei Pontével também manteve uma relação conflituosa com o cabido. Tais desavenças teriam feito o bispo abandonar o Palácio Episcopal e transferir residência para Vila Rica, em 1788.<sup>46</sup> Raimundo Trindade elogiou suas ações voltadas ao colégio episcopal e ressaltou as melhorias estruturais realizadas durante o seu governo eclesiástico. O bispo foi responsável pela reforma da capela de Nossa Senhora da Boa Morte, executada por José Pereira Arouca,

---

<sup>43</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Op. Cit.* 2007. p. 261

<sup>44</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 23

<sup>45</sup> CARRATO, Luiz Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ Edusp, 1968.

<sup>46</sup> Alcilene de Oliveira considera que a transferência Frei Pontével para Vila Rica merece ser analisada de forma detalhada. “Seria bastante interessante perceber as questões que implicaram tal transferência e como esse prelado agiu em Vila Rica, sendo esta vila a sede do governo da Capitania e palco de conflitos entre párocos e leigos, e, inclusive, da Inconfidência Mineira, que ocorreu um ano após a instalação do referido prelado na região.” OLIVEIRA, Alcilene. *Op. Cit.* 2001. p. 66.

um dos principais construtores de Mariana no período, e pela ampliação e pintura do prédio destinado às aulas. Para melhorar a economia do Seminário, ele adquiriu uma fazenda situada “na localidade de Paula Moreira, hoje Alvinópolis.”<sup>47</sup> Incorporou à propriedade mais um terreno, conhecido como Palmital, que “chegou a produzir 2.000 alqueires de milho, 200 alqueires de feijão, 100 de arroz e algum de café.”<sup>48</sup>

Não localizamos estudos que abordem o funcionamento interno do Seminário durante o bispado de Frei Pontével, mas sabemos que ele não instituiu novos Estatutos para instituição. A pesquisadora Alcilene de Oliveira considerou a ação pastoral do prelado semelhante à de Frei Manuel da Cruz: ambos ancoraram-se “no programa salvífico da Igreja tridentina”<sup>49</sup>. Possivelmente, Frei Pontével foi defensor de uma educação rigorosa e pautada na reclusão, fornecida em Seminários diocesanos. Para Dalila Zanon:

Na fundação dos seminários ordenados por Trento tinha-se como objetivo retirar os adolescentes do meio da sociedade, considerando que “a idade da adolescência não sendo bem educada, seja propensa a seguir os apetites do mundo...”. Diante dessa inclinação seria necessário que, desde os ternos anos, a mocidade fosse encaminhada à piedade e à religião, antes que os vícios do mundo dela se apoderassem.<sup>50</sup>

Com a morte de Frei Domingos Pontével, o Seminário foi atingido por uma crise financeira que, somada ao novo período de Sé vacante, desta vez com duração de seis anos, e com as dificuldades administrativas enfrentadas pelo cabido, ocasionou a suspensão de suas atividades. Foi com as portas fechadas que o novo bispo de Mariana encontrou a

---

<sup>47</sup> MAGALHÃES, Sonia. “Livros de Contas do Seminário de Mariana: fonte para análise da produção e do consumo de alimentos em Mariana na primeira metade do século XIX.” Belo Horizonte: *Anais X Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002. p. 4

<sup>48</sup> *Idem*, p. 4

<sup>49</sup> “As pastorais emitidas tanto por dom Frei Manuel da Cruz, quanto por Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, além de admoestarem a população das Minas Gerais sobre temas diversos, serviram de instrumento para estimular na capitania Mineira à introjeção da visão de mundo católica, segundo a qual o fiel deveria, na condição de pecador, realizar penitências para conter a ira divina, afastar a ação demoníaca e garantir a salvação de sua alma, perante um mundo do além, fragmentado em paraíso, inferno e purgatório. Portanto, essa visão de mundo, que compõe a pastoral tridentina, foi o suporte da ação pastoral dos bispos de Mariana no século XVIII e, por meio dela, investiu-se, entre outros propósitos, nas práticas religiosas e devocionais na região.” OLIVEIRA, Alcilene. *Op. Cit.* 2001. p. 214.

<sup>50</sup> ZANON, Dalila. A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796). Campinas: Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História Unicamp, 1999. p. 144



instituição. Dom Frei Cipriano de São José, português de nascimento e pertencente à Ordem dos Menores Reformados de São Pedro de Alcântara do Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida, assumiu o bispado mineiro em 1799 e permaneceu na função até 1817. Pelas pistas deixadas por José Ferreira Carrato e seguidas por Moacir Rodrigo de Castro, o prelado demonstrou interesse por temas e leituras que não apareceram em meio às preferências de seus antecessores. Frei Cipriano empenhou-se na construção de um jardim em frente ao palácio episcopal, o qual não passou despercebido das vistas do francês Saint-Hilaire. Outros naturalistas, Spix e Martius, observaram na área verde a aclimação de frutas europeias que “ali davam muito bem”.<sup>51</sup> O historiador Moacir Maia associou a construção do jardim, ao interesse de Frei Cipriano pela História Natural. Como pondera o autor:

É correto afirmar que o interesse nos melhoramentos da área externa da residência oficial ia muito além da continuação das reformas físicas empreendidas pelo antecessor, dom Pontével. O novo bispo empossado pertencia a uma geração que se encantava com a história natural e, principalmente, com os conhecimentos de botânica. Ao chegar a seu bispado, dom frei Cipriano encontrou um dos mais expressivos botânicos do reino português, o padre Joaquim Veloso de Miranda.<sup>52</sup>

O mencionado padre Veloso nasceu no Arraial do Inficionado, pertencente à Mariana, e era membro de uma família mineradora e proprietária de terras na localidade. Depois de se tornar sacerdote seguiu para Portugal, onde iniciou os estudos na Universidade de Coimbra reformada. Envolveu-se com naturalistas, especialmente com Domenico Vandelli,<sup>53</sup> e fascinou-se pela “História Natural, campo que se tornaria pesquisador reconhecido, o que o fez abandonar o estudo de direito canônico”<sup>54</sup>. Depois de

---

<sup>51</sup> CARRATO, José Ferreira. *Op. Cit.* 1968. p. 69

<sup>52</sup> MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou: a saga do ilustrado D. Frei Cipriano e o jardim do antigo Palácio Episcopal no final do século XVIII, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, n.4, out-dez, 2009. p. 890

<sup>53</sup> Vandelli era Italiano e transferiu-se para Portugal a convite de Sebastião José de Carvalho e Melo para ensinar História Natural e Química na Universidade de Coimbra. Foi responsável pelos primeiros projetos para criação do Jardim Botânico e do Museu de História Natural da mesma Universidade. Atuou também no complexo da Ajuda, em Lisboa, espaço utilizado para treinar homens que realizaram expedições científicas pelos domínios portugueses na África e América.

<sup>54</sup> MAIA, Moacir. *Op. Cit.* 2009. p. 890.

formado permaneceu em Lisboa e ocupou a “cátedra de ciências naturais e química como professor substituto.”<sup>55</sup> No fim do século XVIII, padre Veloso retornou para Minas Gerais e continuou a se dedicar ao estudo de botânica e química. Foi nomeado, em 1799, Secretário de Governo da capitania e nesse momento participou da construção do Jardim botânico de Vila Rica. Moacir Maia não especificou qual a efetiva intervenção do naturalista na construção do jardim do palácio episcopal, mas revelou que Frei Cipriano possuía um gabinete de História Natural e herdara do padre Veloso livros sobre o tema.

Dom Frei Cipriano não concedeu muita atenção ao Seminário, embora tenha mantido a mesma média de ordenações de Frei Manuel e Frei Pontével. Logo quando chegou a Mariana lançou um edital convocando os jovens para estudar na instituição, mas logo abandonou a empreitada. Nos anos em que o colégio esteve em funcionamento, até 1811, contou com uma quantidade diminuta, quase insignificante de alunos.<sup>56</sup> Segundo Luiz Ferreira Carrato, o prelado manteve o costume de conceder ordenações sem a necessária passagem pelo Seminário. Oferecia, em contrapartida, aulas no próprio palácio episcopal, frequentadas por aspirantes ao sacerdócio ou não. O mesmo autor interpretou a postura do bispo como uma oposição ao modelo de Seminário tridentino, o que esteve atrelado a sua formação ilustrada e aos conhecimentos valorizados por ele. Em seu já citado relato de viagem em visita realizada a Mariana, Saint-Hilaire não deixou de notar o estado de decadência material do estabelecimento de ensino. O naturalista francês esteve na sede do bispado pouco tempo depois da morte de Dom Frei Cipriano.

Como estão abandonados há vários anos, ameaçam ruínas por todos os lados. Tinham-se anexado ao patrimônio desse estabelecimento terras e escravos, e nada fora esquecido para fazê-lo digno a que se destinava. (...) Entretanto, as terras que o estabelecimento possui esgotaram-se, e os escravos morreram; os mineradores cuja riqueza diminuía, não estavam em condições de fazer novos sacrifícios, e acabaram-se os meios de pagar os professores competentes.<sup>57</sup>

Foi se pautando no estado de abandono do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte que os vereadores da Câmara de Mariana justificaram uma proposta de reforma do

---

<sup>55</sup> *Idem*, p. 890

<sup>56</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 34

<sup>57</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Op. Cit.* p. 80

estabelecimento encaminhada a Dom João VI, em 1818.<sup>58</sup> Os representantes da instância municipal se diziam desejosos de ver prosperar a única casa de educação da cidade, que estava em plena decadência há alguns anos. Para tanto, propunham a criação de um “Colégio de Artes e Disciplinas Eclesiásticas” no antigo prédio do Seminário. Solicitavam a retomada dos cursos de Gramática latina, Filosofia e Teologia, o início do de Retórica e a transferência das aulas de primeiras letras, também já existentes em Mariana, para o edifício. Além disso, recomendavam a criação de uma cadeira de Geometria, “considerada como parte principal da matemática, é de proveito a todos e particularmente aos que professam a vida militar, e por isso parece indispensável nessa capitania.”<sup>59</sup> Os mestres deveriam ser pagos com o subsídio literário, imposto instituído como parte das reformas pombalinas para ser investido exclusivamente na educação.<sup>60</sup> Em relação aos compêndios seriam utilizados os da Universidade de Coimbra, “seguindo-se o mesmo método de ensinar.”<sup>61</sup> Já no que confere à localidade os vereadores ressaltavam que

nenhuma outra parte da capitania oferece melhor comodidade para tais estabelecimentos do que a cidade de Mariana, pela situação geográfica, salubridade do clima, abundância de víveres, baratezas de casas e *muito particularmente por existir já o Seminário* e com as necessárias proporções para ali se reunirem todas as escolas mencionadas, lembrando ao mesmo tempo, que uma vez que o dito Seminário possui, segundo expõe a Câmara, uma fazenda de cultura, e outras propriedades de certo, e fixo rendimento será muito conveniente que essa seja aplicado para reedificação do mesmo Seminário e para o pagamento dos mestres, suprimindo-se pelo subsídio literário a parte que não chegar, bem como

---

<sup>58</sup> Nesse momento a diocese estava novamente com a sede vaga. José Ferreira Carrato sugere que a proposta de criação do “Colégio de Artes e Disciplinas Eclesiásticas” era um desejo de Dom Frei Cipriano. Seria necessário um estudo mais apurado para identificar se realmente o bispo esteve envolvido no projeto.

<sup>59</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 39

<sup>60</sup> Diana de Cássia afirma que “a tentativa de organizar o processo de recolhimento do subsídio literário e a entrega desses valores, a fim de que o pagamento dos mestres e professores fosse realizado, permaneceu como um dos maiores problemas presente na estrutura do subsídio literário. Embora no Brasil, sua extinção tenha ocorrido em 1839, já em 1827 era fato notório que os valores coletados não eram suficientes para manter as escolas criadas. Assim, foi editado um decreto em 26 de julho de 1827 exigindo que cada uma das Províncias brasileiras colocasse em dia os ordenados atrasados dos mestres e professores, mesmo que para isso fosse preciso recorrer as Rendas Gerais das Fazendas quando o valor recolhido pelo subsídio literário não fosse suficiente.” SILVA, Diana de Cássia. O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. p. 58.

<sup>61</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 40

a sua majestade foi servido ordenar para o Seminário da cidade de Olinda em Pernambuco, permitindo-lhe Estatutos por S. Majestade aprovados.<sup>62</sup>

A comparação estabelecida com o Seminário de Nossa Senhora da Graça, instalado em Olinda, em 1800, consiste em um aspecto a ser destacado. O estabelecimento de ensino, fundado pelo bispo Azeredo Coutinho,<sup>63</sup> foi considerado como parte dos esforços da Coroa portuguesa de instituir um novo modelo educacional em seus domínios. Guilherme Pereira das Neves destacou três aspectos que compunham a originalidade dessa instituição: 1º- procurou atualizar os métodos de ensino e conteúdos pedagógicos dando continuidade e até ampliando as reformas pombalinas; 2º- distingue-se pelo apoio prestado pelo Estado a uma iniciativa educacional estabelecida pela diocese; 3º- representa-se como um lugar privilegiado em termos culturais e educacionais, sendo na América Portuguesa o empreendimento ilustrado no campo educativo mais bem acabado. O Seminário de Olinda “não destinava-se unicamente aos candidatos ao sacerdócio, e pretendia engrandecer não apenas o zelo apostólico do prelado e à Igreja, mas também à “Pátria” (no sentido etimológico de lugar natural) e ao Estado.”<sup>64</sup> Almejava-se, assim, formar homens preparados para atuar na nova lógica imperial e instruía-se sujeitos a partir de modernos padrões científicos, fundamentais para compreensão e organização do mundo natural. Além das aulas de humanidades e Teologia, eram oferecidas em Olinda lições de História Natural, Química, Física, Matemática e Desenho, todas acompanhadas de ensino prático e experimental.

---

<sup>62</sup> *Idem*, p. 37. Grifo nosso.

<sup>63</sup> José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho nasceu no Brasil, em 1742, e faleceu em Portugal, em 1821. Formado em Direito Canônico em Coimbra, foi nomeado bispo de Olinda em 1794, onde fundou o Seminário de Nossa Senhora da Graça (1800). Em Pernambuco exerceu, cumulativamente, o cargo de diretor geral dos estudos, presidente da junta da fazenda e governador interino da capitania. Escreveu obras sobre temas relevantes para a organização do Império português, como economia política, comércio, cultivos agrícolas, exploração de minérios, escravidão, entre outros. Regressou para Portugal em 1802, onde atuou como bispo de dioceses lusas. Diversos autores trataram da atuação e/ou da obra de Azeredo Coutinho. Nelson Mendes Cantarino em tese de doutorado defendida na USP arrola a produção historiográfica acerca do letrado luso-brasileiro, além de contribuir com uma análise da trajetória intelectual do mesmo. Ver: CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: O bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e Defesa Ilustrada do Antigo Regime (1742-1821)*. São Paulo, Tese de Doutorado apresentada ao PPGHS. USP. 2012.

<sup>64</sup> NEVES, Guilherme P. C. Pereira das. “O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos tempos modernos.” Universidade Federal Fluminense, dissertação (Mestrado em História). Niterói, 1984. p. 353

Os esforços da Câmara de Mariana não deram resultado e foi com as portas fechadas que Dom Frei José da Santíssima Trindade encontrou o Seminário quando assumiu o bispado, em 1820. Frei José era um franciscano, nascido em Portugal, mas vivia na Bahia quando indicado para assumir a diocese de Minas Gerais, onde permaneceu até sua morte, em 1835. Uma de suas primeiras ações foi reabrir o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, inaugurando uma nova fase da instituição. Em janeiro de 1821, cinco meses após ter se instalado em Mariana, o estabelecimento já estava em funcionamento. Para reabertura, o prelado contou com esmolas e ele próprio realizou a doação de uma soma considerável para reestabelecer o colégio. Além disso, escreveu para o ministro de Estado Tomaz Antonio de Vila Nova Portugal, em dezembro de 1820, a fim de solicitar que fossem aplicadas ações no banco estabelecido na Corte.<sup>65</sup>

No mesmo documento enviado ao Rio de Janeiro, Frei José relatou já ter contratado professores para ministrar as disciplinas. Eram eles: padre Miguel Arcanjo, mestre de Gramática latina, Frei Manuel do Espírito Santo, de Teologia e Frei Antonio da Conceição, de Filosofia. Os dois últimos eram Franciscanos e acompanharam o bispo na comitiva vinda da Bahia. O prelado relatou pretender ainda instituir mais um professor de Retórica e outro de Teologia dogmática e eclesiástica. Como reitor, nomeou o cônego João Antônio de Oliveira, que permaneceu na coordenação da instituição até 1838. Para a fazenda que pertencia ao Seminário, nomeou um administrador e estabeleceu novas normas de funcionamento. Segundo Raimundo Trindade, em pouco tempo a propriedade tornou-se produtiva novamente.

Distinguindo-se dos bispos Frei Pontével e Frei Cipriano, Dom Frei José da Santíssima Trindade elaborou novos Estatutos para o Seminário de Mariana, substituindo os de Frei Manoel da Cruz, em vigência desde 1760. Agiu diferente também de Dom Frei Cipriano e não se aproximou do projeto de transformar o local em um “Colégio de Artes e Disciplinas Eclesiásticas”, como propôs a Câmara de Mariana. As novas normas de

---

<sup>65</sup> “Lembrando-me do banco estabelecido por Vossa Majestade nessa Corte do Rio de Janeiro poderia ficar fixa esta aplicação mantendo nele algumas ações para do seu rendimento sustentarem os empregados do mesmo Seminário. Por isso humildemente recorro à piedade, zelo e religião do nosso Augusto soberano, que digne que se me receber por agora quatro ações que tenho prontas, e que aplico para esse fim.” AECM: Arquivo 2, gaveta2, pasta 36.

regência foram iniciadas dando ênfase à importância dos Seminários diocesanos para manutenção da “boa ordem moral e civil”. Segundo o bispo, esses estabelecimentos eram responsáveis por desenvolver “as ideias dos homens ainda cobertas com as mantilhas da escuridade [*sic*], que por falta de mão hábil ficariam sepultados nas trevas da ignorância: neles aparecem talentos raros”.<sup>66</sup> Eram, então, importantes locais para “regular os costumes” e formar homens capazes de servir os empregos para que são destinados. Como afirmava Dom Frei José:

Foi para este motivo que o Concílio de Trento, e os Sagrados Pontífices nas suas Bulas Apostólicas recomendam aos Senhores Bispos estas pias Instituições, quando que em cada um dos bispados não se admitam estudantes ao Estado eclesiástico, sem que primeiro se instruem, e preparem nestas casas de educação, e deem prova onde melhor conheçam os que fazem dignos pela sua literatura e Deus o chama por tão santa vocação, permitindo ao mesmos bispos, que para criação e conservação dos mesmos Seminários possam pensionar os seus mesmo Párocos e Clero.<sup>67</sup>

Frei José reconheceu a existência do Seminário em Mariana, criado por “seu primeiro bispo de saudosa memória, o Dom Frei Manoel da Cruz com aprovação de sua Majestade Fidelíssima Dom João V, que Deus tem em glória. Mas o seu exercício esfriou nos seus sucessores por falta de fundos e créditos suficientes.”<sup>68</sup> Era com o objetivo de fazer prosperar novamente a instituição de ensino que justificava a elaboração de novos Estatutos. Apesar de associar a necessidade de criação dos Seminários à formação eclesiástica e dizer seguir as recomendações tridentinas, Frei José não restringiu o ingresso ao colégio aos sujeitos que ambicionavam se tornar padres. Poderiam frequentar as aulas jovens que seguiriam outras carreiras, desde que respeitassem regras específicas de comportamento, como sentar-se separado dos aspirantes ao sacerdócio, vestir-se de forma distinta e apresentar atestado de confissão mensalmente aos mestres.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, Dom Frei José dividiu os Estatutos em três partes. Na primeira, intitulada “normas administrativas”, foi deliberado que o Seminário era

---

<sup>66</sup> AECM: Arquivo 2, gaveta 2, pasta 36.

<sup>67</sup> *Idem.*

<sup>68</sup> *Idem.*

de governo privativo do bispo, sendo ele o responsável pelos funcionários e alunos e por gerir as finanças. Foi definida a maneira pela qual os fundos e rendimentos do Seminário e da fazenda seriam geridos, além de estabelecer as atividades do feitor e procurador, incumbidos do espaço reservado à atividade agrícola, cujo rendimento ajudava a complementar as despesas do colégio. Na segunda parte, nomeada “normas de regência”, foram estipuladas as regras que deveriam respeitar os estudantes, as condições de ingresso e as atribuições do pessoal que trabalhava diariamente com eles, como o reitor, vice-reitor, enfermeiro, sacristão e porteiro. O Seminário estava disponível para receber um total de trinta e dois jovens e o ingresso ocorria por volta de 12 anos. Dentre eles, vinte cinco pagavam pensões semestrais, além de arcar com as despesas relativas às roupas e aos livros necessários, podiam morar dentro ou fora do Seminário e optar pela carreira eclesiástica. Sete eram admitidos a título de pobreza, viviam em regime de internato e se tornariam obrigatoriamente padres, em média aos 23 anos. Nenhum deles era admitido sem a permissão do bispo, que analisava o atestado dos párocos com a descrição da vida e costumes dos candidatos. As roupas, formas de recreação e correções permitidas também foram discriminadas nessa seção. Sobre as punições recomendava “ao reverendo reitor toda a sua paciência para corrigir os culpados, ainda que algumas vezes precise usar repreensões e castigos mais humilhantes.”<sup>69</sup> Mas acontecendo da punição não ser suficiente seria permitido, com a aprovação do bispo, que o estudante ou mestre fosse lançado fora do Seminário. Como expresso nos Estatutos: “para alguém ser expulso do Seminário por incorrigível, basta que seja exportado, repreendido, e que o seu crime seja escandaloso, e cometido por três vezes para sofrer a sobredita pena.”<sup>70</sup> Na terceira e última parte, intitulada “Da ordem Escolástica ou Observância Literária”, estabeleceu as disciplinas, o tempo dedicado a cada uma delas e os conteúdos a serem ensinados pelos mestres. As aulas disponíveis eram a de Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Teologia, das quais trataremos em espaço oportuno.

Nos primeiros anos do bispado de Dom Frei José, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte funcionou de forma regular e contou com um número expressivo de matrículas.

---

<sup>69</sup> AECM: Arquivo 2, gaveta 2, pasta 36.

<sup>70</sup> *Idem.*

Contudo, no final da década de 1820, a instituição foi atingida por nova crise. Desta vez a causa principal foi as constantes críticas, cobranças e intervenções provenientes das folhas públicas, do Conselho provincial e em algumas situações da Assembleia Geral Legislativa. Por trás da maioria das investidas contra Frei José, esteve o padre e professor Antonio José Ribeiro Bhering, tido como “incorrigível” e, por isso, exonerado do quadro de professores do colégio, em 1829. Eram questionados os Estatutos elaborados pelo bispo, sua administração e autoridade diante do Seminário, os conteúdos ensinados e os professores instituídos por ele. Como trataremos adiante, foram elaborados projetos de reforma para o Seminário. Nesse momento, foi ressaltado que a cidade consistia em um centro educacional da província, o que se associava também ao fato de ser ali a sede religiosa de Minas Gerais. Antes de matizarmos tais questões, objeto de investigação deste trabalho, serão apresentadas as trajetórias dos sujeitos que serviram como “fios condutores” da pesquisa.

## **1.2. Um bispo franciscano nas Minas: trajetória de Dom Frei José da Santíssima Trindade**

Dom Frei José da Santíssima Trindade era português, mas residia na Bahia desde os 16 anos, idade na qual fora recrutado pelo procurador da Ordem dos franciscanos de sua cidade natal (o Porto) para ir estudar no Convento de Santo Antônio de Paraguaçu. Após ter completado os estudos secundários, passou a atuar como mestre de noviços no mesmo estabelecimento. Como afirma Ronald Polito, “seguindo a disciplina dos franciscanos, Frei José iniciou a fase de sua peregrinação, ocupando, inicialmente, o cargo de companheiro do comissário dos Terceiros Franciscanos em Salvador.”<sup>71</sup> No ano de 1802, passou a exercer a função de dirigente do convento de Santo Antonio de Paraguaçu e pouco tempo mais tarde foi nomeado para dirigir o de Salvador. Se tratando da administração do último, o “Livro

---

<sup>71</sup> POLITO, Ronald. Estudo introdutório. IN: *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 19



dos ‘Guardiões de São Francisco’ da Bahia denotam seu extremo cuidado com o templo (...). Tratou, também, da formação do clero com a compra de livros para a biblioteca dos franciscanos.”<sup>72</sup> Em 1811, ocupou o cargo de definidor e secretário da província franciscana da Bahia e seis anos depois assinou como vigário provincial. Em 1818, teve seu nome apontado por Dom João VI para se tornar bispo de Mariana, cargo de maior projeção em sua carreira eclesiástica e que ocupou até o ano de sua morte, em 1835.

Quando designado para assumir a diocese de Minas Gerais, Frei José já havia conquistado praticamente todos os postos importantes da Ordem franciscana e era uma figura religiosa proeminente na Bahia. Havia sido cogitado para assumir a diocese de Salvador, antes de ser indicado para a de Mariana. Segundo Ronald Polito, ele provavelmente encontrou uma objeção que dificultou sua nomeação para o bispado baiano, um dos principais do período: o fato de não possuir o “grau de mestre”. Para Polito, a tendência era privilegiar os titulados para postos elevados da hierarquia eclesiástica, “assim se verificou no Brasil no período colonial e mesmo além, onde quase todos os bispos possuíam títulos de Teologia, Filosofia ou Direito”.<sup>73</sup> Dentro deste quadro geral, Mariana parece ter sido exceção, os dois bispos que sucederam Dom Frei Manuel da Cruz, doutor em Teologia formado em Coimbra, não possuíam titulação. Tal fato pode ter favorecido Dom Frei José a assumir as funções resguardadas a um prelado.

Antes de aceitar a nomeação, escreveu de próprio punho uma carta ao papa Pio VII a fim de solicitar a aprovação e benção da nomeação. Procurou atestar a “a sujeição espontânea e a obediência”<sup>74</sup> que mantinha em relação ao Sumo Pontífice. Afirmou não possuir pretensão de assumir o “ônus do episcopado, a menos que seja de vosso inteiro beneplácito e tão grande é a conformidade com a vossa soberana vontade que até mesmo a própria anulação desta eleição apostólica e de sua confirmação será um benefício e um sinal de vossa benevolência para comigo.”<sup>75</sup> No mesmo documento, Frei José pediu dispensa pela “falta de graus de magistério para o que [foi] chamado, mas não [aceitou] por ter a

---

<sup>72</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>74</sup> AECM. Arquivo 2, gaveta 2, pasta 30.

<sup>75</sup> *Idem*.

religião [lhe] imposto outros múnus.”<sup>76</sup> O escrito encaminhando ao Santo Padre representava mais do que cumprimento de uma *praxe*. Frei José manifestou durante o seu bispado um frequente alinhamento com a Santa Sé.

Sua sagração episcopal ocorreu na “Capela Real do Rio de Janeiro, no dia 9 abril de 1820, oficiando o bispo diocesano Dom Frei Caetano da Silva Coutinho”<sup>77</sup>, pois a diocese de Salvador estava com a sede vaga. No dia oito de agosto do mesmo ano, Dom Frei José chegou a Mariana e foi recebido com solenidade. Trouxe consigo da Bahia dois frades franciscanos, Frei Antônio da Conceição e Frei Manuel do Espírito Santo. Tais sujeitos, assim como o pelado, eram nascidos em Portugal e o auxiliariam na administração do bispado e do Seminário de Mariana até 1832, quando tiveram, por ordem da Assembleia Geral, que se retirar da província. Em torno da atuação e da saída forçada dos frades de Minas Gerais surgiram calorosos embates, nos quais o bispo esteve imerso. Foi essa uma das polêmicas em que Frei José envolveu-se no decorrer de seu governo eclesiástico.

Não podemos perder de vista que o prelado tomou posse da diocese em um momento de transformações no Império português, as quais atingiram de forma direta sua porção territorial na América. Logo quando chegou a Minas Gerais foi chamado a se posicionar diante das discussões constitucionalistas provenientes das Cortes reunidas em Lisboa, que contavam com o efetivo envolvimento dos homens do ultramar. O “movimento vintista” colocava em pauta os anseios por um reordenamento do Império, ancorada na efetivação de um governo representativo. De acordo com Izabel Marson e Cecília Helena S. de Oliveira, jornais publicados na corte carioca, como *O Reverbero Constitucional Fluminense* e *O Correio do Rio de Janeiro*, deixavam transparecer que tal demanda “vinha acompanhada da certeza de que a nação havia se constituído, simultaneamente nos dois lados do atlântico e que tanto os portugueses da América quanto os portugueses da Europa se encontravam em análoga condição, o que possibilitaria a conciliação de seus interesses.”<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> *Idem*.

<sup>77</sup> POLITO, Ronald. *Op. Cit.* 1998. p. 21

<sup>78</sup> MARSON, Izabel; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo. Edusp. 2013. p. 13

Um dos resultados das Cortes foi a elaboração das bases da Constituição a ser firmada entre Monarca e “as gentes” que compunham o Império. É possível localizar entre as correspondências de Frei José um escrito assinado por Manuel de Castro e Portugal, Governador Geral da capitania, no qual este solicitava que os eclesiásticos jurassem publicamente as diretrizes estabelecidas. Em setembro de 1821, quando estava em período de visita pastoral no Serro, Frei José realizou o juramento. As palavras proferidas foram: “Juro aos Santos Evangelhos guardar e observar as bases da Constituição portuguesa decretadas pelas Cortes Gerais Constituintes congregadas em Lisboa com exceções dos artigos oitavo, nono, décimo, um décimo.”<sup>79</sup> Tratava-se, portanto, do posicionamento da mais alta autoridade eclesiástica de Minas que mostrava-se integrada aos recentes acontecimentos.

É significativo pontuar que ele não estava de acordo com todos os pressupostos abarcados no pacto social. O prelado manifestou repulsa aos artigos que asseguravam a liberdade de imprensa e de difusão de pensamento. Frei José manteve esta posição até sua morte, o que lhe rendeu constantes críticas em um momento em que os espaços públicos de sociabilidade se ampliavam e a livre circulação de ideais se constituía como um dos pressupostos do governo representativo.<sup>80</sup> Na visão da pesquisadora Tássia Nunes, neste jogo de mudanças, “a imprensa era peça-chave para a negação de um sistema no qual a única personalidade pública era o monarca, o que naturalizava a confidencialidade dos negócios da administração pública.”<sup>81</sup> Mas Frei José por mais que aceitasse a monarquia constitucional, via riscos no que ele classificava como “liberdade impune e desenfreada de escrever”. Para o prelado, tal liberdade facilitava a difusão de “escritos e ideias incendiários” e perturbadores da ordem pública.

---

<sup>79</sup> AECM: arquivo 2, gaveta 2, pasta 9.

<sup>80</sup> Como ressalta Tássia T. Nunes, a historiografia recente tem abordado a imprensa consolidada no Brasil a partir da década de 1820, não somente como um espaço em que se digladiavam projetos políticos, mas antes como um exercício da política liberal. “A incorporação do conceito de esfera pública possibilitou novas abordagens nas transformações da cultura política brasileira e, assim, os jornais passaram a ser analisados como construtores de novas identidades políticas e como espaços capazes de agregar forças de agentes politicamente próximos.” NUNES, Tássia. *Liberdade de Imprensa no Brasil Império. Os debates parlamentares (1820-40)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2010. p. 8

<sup>81</sup> *Idem*, p. 17

Com o passar dos meses e perante as posturas assumidas pelas Cortes, entre elas a que exigiu em dezembro de 1821 o retorno de príncipe regente para Portugal, a possibilidade de conciliação entre interesses do reino e da América transformou-se em dúvida. Diante disso, Dom Pedro passava a ser vislumbrado por grupos que possuíam interesses políticos e de negócio enraizados em território brasileiro, especialmente no centro-sul, como a possibilidade de terem mantidas as conquistas provenientes da instalação da Corte no Brasil, em 1808, e da elevação ao status de Reino Unido, em 1815.<sup>82</sup> Vera Lúcia Bittencourt assevera que “naquele momento, numa habilidosa construção de argumentos, a soberania do Reino Unido do Brasil e a importância do Rio de Janeiro foram sobrepostos e estimularam manifestações em torno do príncipe.”<sup>83</sup> Neste movimento, marcado por uma complexa negociação, ocorreu a pública recusa do mesmo de retornar a Lisboa. Frei José mais uma vez mostrava-se a par dos acontecimentos e manifestou, em fevereiro de 1822, apoio à permanência do príncipe. As seguintes palavras foram por ele escritas:

Vossa Alteza apesar da melindrosa circunstancia, que cumpre a conciliar com deveres sagrados lança um golpe de vista sobre os extremos políticos do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e sem hesitar escolhe o meio, que é o ponto mais seguro = Para o Bem de Todos Fico = Quantas felicidades não resultarão desta nobre, e decidida deliberação. O Soberano Congresso decerto, e El Rei Augusto – Pai de Vosso Alteza, o Senhor Dom João Sexto darão o justo valor ao peso, e intenção desta tão prudente, como adequada medida, de que Vossa Alteza lançou mão, como ancora mais segura de nossa futura sorte.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> Marcelo Cheche Galves, em trabalho realizado sobre o Maranhão, salienta que a situação vivida pela província expressava o surgimento de outros projetos, que não o monárquico constitucional delineado a partir do centro-sul. GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e ‘aclamar’: O Império no Maranhão (1823-1826). *Almanack*. Guarulhos. N. 01. p. 105-118. 2011.

<sup>83</sup> BITTENCOURT, Vera Lúcia. “Bases territoriais e ganhos compartilhados: articulações políticas e projeto monárquico-constitucional. IN: MARSON; OLIVEIRA. *Op. Cit.* 2013. p. 153. A autora esclarece que “num jogo de mão dupla, grupo das províncias comprometiam-se com o príncipe, enquanto a este cabia defender a condição de capital para o Rio de Janeiro, e a segurança para o desenvolvimento dos negócios no centro-sul e também assegurar a defesa das fronteiras no Prata. A segurança dos caminhos, o acesso ao negócio na cidade do Rio de Janeiro, a garantia da propriedade, a livre circulação de mercadorias e a monetarização da economia – monetarização esta relacionada, inclusive, com o acesso à prata por meio dos negócios na fronteira sul – eram temas em debate e nos quais a atuação do governo era considerada estratégica.” *Idem*. p. 154

<sup>84</sup> AECM: armário 2, gaveta 2, pasta 9.

O bispo de Mariana consagrou o nove de janeiro como memorável na medida em que vislumbrou no posicionamento “magnífico e heroico” de Dom Pedro a “mais segura de nossa sorte futura”.<sup>85</sup> Deste modo, o fez olhando para o frente e não simplesmente apegando-se a uma tradição monárquica de mando. Tão relevante quanto isso foi como qualificou a ação do príncipe. Este, como um pai dos “saudosos e agradecidos habitantes do Brasil” (nota-se que não se fala em “brasileiros”), escolheu o meio desvinculando-se dos excessos. Ao concluir seu pronunciamento, rogou ao “Deus dos portugueses que aquela mão protetora que Ele pela sua imensa bondade estendeu a Ourique do Primeiro Afonso continue a ser benéfica para este povo, que ainda por brasão e timbre possui a mesma Fé, a mesma Religião, o mesmo Rei, a mesma Fidelidade.”<sup>86</sup> Nunca é demais ressaltar que o pronunciamento do bispo de Mariana não nos leva a crer que ele carregava consigo anseios separatistas imediatos. O prelado parecia fazer coro a homens do centro-sul, que negociavam com Dom Pedro um caminho que não comprometesse seus interesses e garantisse a prosperidade de seus negócios.

Pouco tempo depois, no mês de abril de 1822, era anunciada a entrada de Pedro de Alcântara na cidade de São João Del Rey. Em seguida ele se dirigiria à Vila Rica e Mariana. Na ocasião, Frei José expressou que “sendo muito desejada pelos seus habitantes a presença do mesmo Augusto Senhor propondo manifestá-la com as mais decisivas demonstrações de júbilo, e alegria e com a firme adesão e respeito a sua Augusta pessoa.”<sup>87</sup> A viagem do príncipe para Minas e São Paulo, entre os meses de abril e setembro, esteve ligada ao processo de negociação e movimentação em torno do príncipe. Vera Lúcia Bittencourt traçou o roteiro percorrido por dois homens, Paulo Barbosa da Silva e Pedro Dias Paes Leme, pertencentes a famílias paulistas e mineiras enriquecidas e providas de prestígio, em dezembro de 1821, partindo do Rio de Janeiro para suas províncias de origem. Tal viagem foi realizada com intuito de conquistar apoios que viabilizassem a construção de uma base de poder garantidora da manutenção e ampliação de suas redes de riqueza e relações. O trajeto percorrido por eles fora praticamente feito por Dom Pedro,

---

<sup>85</sup> *Idem.*

<sup>86</sup> *Idem.*

<sup>87</sup> AECM: arquivo 2, gaveta 2, pasta 31.

“sugerindo que negociações previamente estabelecidas sustentavam a viagem do príncipe”.<sup>88</sup> Isso não quer dizer que na ocasião da visita firmara-se de imediato uma unanime “adesão” ao príncipe. A Junta de governo instalada em Vila Rica, por exemplo, demandou, do mesmo, habilidade de negociação.

Essa gente, disposta à atuação política mais decisiva, garantia a D. Pedro o suporte material e estratégico para que ele se aventurasse, pela primeira vez, no interior do Reino que pretendia governar. Mas as movimentações em torno de D. Pedro sinalizam que a afirmação de sua autoridade, bem como as tratativas que o príncipe pode consolidar nas minas, dependia de sua capacidade de demonstrar para a poderosa rede familiar de negócios – estabelecida na Corte e na província do Rio de Janeiro, com ramificações em Minas Gerais e São Paulo – a garantia de segurança de operação nas bases territoriais sobre a qual operava o fluxo de mercadorias das províncias para Corte e da Corte para as províncias, assim como a “liberdade do cidadão”.<sup>89</sup>

Quando as alianças estabelecidas em Minas surtiram efeito, Dom Pedro seguiu para São Paulo. Após ter conquistado apoios no Vale do Paraíba paulista, ficou claro que as redes construídas eram suficientes para articular o controle do poder. “A chegada de D. Pedro a São Paulo viria a ser lembrada posteriormente como o marco da separação de Portugal, simbolicamente materializada no “grito do Ipiranga”.<sup>90</sup> Contudo, ainda havia muito a ser feito, era preciso fundar “simbolicamente” a nação e cativar as demais províncias, nem que para isso fosse necessário utilizar a força. Dom Frei José contribuiu em alguma medida com estes dois processos. O bispo de Mariana deslocou-se até o Rio de Janeiro, em outubro de 1822, para participar da aclamação do Imperador. Na ocasião, permaneceu dois meses na Corte,<sup>91</sup> o que nos leva a crer que ele tenha participado também da coroação do monarca, em 1º de dezembro. Nos dois eventos mais uma vez os homens de negócio do centro-sul se fizeram presentes, financiaram os festejos e disponibilizaram homens para evitar tumultos. De todo modo, ia-se além de financiar e celebrar, tratou-se de pactuar. Os festejos representavam a união entre Dom Pedro I e os princípios constitucionais. Como afirma Iara Schiavinatto,

---

<sup>88</sup> BITTENCOURT, Vera Lúcia. *Op. Cit.* 2013. p. 156

<sup>89</sup> *Idem*, p. 158

<sup>90</sup> *Idem*, p. 160.

<sup>91</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 290

Fazia-se necessário e urgente (re)inventar mecanismos, meios, práticas que contribuíssem e possibilitassem uma integração dentro do Brasil, forjando por um instante uma identidade. O espetáculo público das festas oficiais se revelou uma solução interessante pela sua visibilidade, pela agilidade e, sua expansão, por ser celebrativa do próprio país, porque o processo de adesão se tornava, assim, um público regozijo. Por sua vez, esta gama de festas orientadas e/ou iniciadas pelo estado, intentava configurar uma celebração baseada na soberania popular já que, no ato da aclamação do imperador, formalizava-se aí o contrato social. Ora, no momento da festa, a palavra e o gesto transformavam o mundo, engendrando uma ordem. Por isso, D. Pedro alçava a condição de ser o avesso da anarquia e, no limite, um demiurgo da ordem.<sup>92</sup>

Além de participar da aclamação e coroação, há um segundo registro que expressava o apoio de Dom Frei José ao projeto monárquico representativo articulado em torno de Dom Pedro I. Trata-se de um escrito encaminhado ao bispo de Mariana pelo governo provisório de Minas Gerais, instalado em Vila Rica. Em nome do Imperador e com o intuito de assegurar que a Secretaria de Estado e Negócio da Fazenda e a Junta do Governo Provisório de Minas Gerais caminhavam de “mãos dadas”, os povos da província foram convocados a ajudar na defesa do Império, “com subordinação voluntária”.<sup>93</sup> Segundo o documento, eles deveriam contribuir com as “despesas urgentes de uma Guerra,” sendo o êxito dessa ação retribuído a “todos os mais brasileiros pelos bens, e prosperidades, que se propõe colher depois de firmada e estabelecida a Independência e Liberdade de todo o mesmo vasto e rico Império.”<sup>94</sup> O governo provisório justificava o encaminhamento da solicitação ao prelado por ser o corpo eclesiástico um eficaz canal “para se obter vantajosos resultados daquela diligencia”.<sup>95</sup> Era informado que os donativos arrecadados seriam depositados nos “cofres públicos mais próximos e especialmente nos das Intendências, ou Tesouraria Geral a fim de se reunirem e seguirem para o Tesouro Público da Corte do Rio de Janeiro”.<sup>96</sup> Para encerrar, pediam que fosse comunicado “o

---

<sup>92</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. *Op. Cit.* 1999. A aclamação não se deu no mesmo momento em todas as províncias. Marcelo Cheche afirma que no Maranhão tal evento, que marcava a primeira festa brasileira na província, ocorreu somente em 1826.

<sup>93</sup> AECM: arquivo 2, gaveta 2, pasta 31.

<sup>94</sup> *Idem.*

<sup>95</sup> *Idem.*

<sup>96</sup> *Idem.*

resultado dessa diligência, não só para fazer presente a sua Majestade Imperial, mas para dar a conveniente publicidade.”<sup>97</sup> As intenções foram correspondidas, pouco tempo depois Frei José respondeu afirmando que conseguiu algumas doações, as quais enviara a Corte.

No que se refere especificamente à diocese de Minas Gerais, após esses momentos de agitação, a administração de Frei José entrou em uma fase relativamente tranquila. Nos primeiros cinco anos o prelado dedicou-se às visitas pastorais, as quais “permitiam que se estabelecesse o contato direto do bispo com os fiéis, sendo, portanto um momento privilegiado de legitimação e fortalecimento do poder religioso.”<sup>98</sup> Os detalhados registros realizados por ele foram responsáveis por nos legar relevantes descrições das freguesias e paróquias, sobretudo das condições materiais dos templos. Além disso, nos primeiros anos, Frei José fez intervenções no Recolhimento das Macaúbas e apoiou a criação do Seminário da Serra do Caraça. Sobre o último estabelecimento de ensino, o governo provisório de Minas comunicou a Frei José, em fevereiro de 1824, a determinação responsável por conceder ao colégio da Serra do Caraça o título de Imperial, sendo colocado “na frente do edifício as Armas do Império”. O estabelecimento, mantido pelos padres da Missão ou Lazaristas, deixava de estar subordinado aos representantes da Ordem instalados em Portugal, “devendo finalmente ficar de todo independente e desligado da subordinação ao superior maior da Casa da Congregação de Lisboa”.<sup>99</sup> Para garantir sua prosperidade, definiu-se que o mesmo ficaria isento de “pagar Dízimos dos frutos das terras, que lhe pertencem em atenção a origem de sua doação.”<sup>100</sup>

Mas esse tempo de relativa calma, marcado por uma quantidade significativa de atividades desenvolvidas por Frei José, sobretudo se considerarmos o trecho que percorreu em suas visitas pastorais, durou pouco. A partir de 1827, o bispo se envolveu em um embate que se desenrolou em concomitância com o conflito em torno do Seminário de Mariana. Ele se opôs ao decreto da Assembleia Legislativa, datada de 3 de novembro do ano mencionado, que determinava não ser mais necessária a licença do bispo para um matrimônio ocorrer nos limites diocesanos. Com isso, o pároco era quem passava a ser o

---

<sup>97</sup> *Idem.*

<sup>98</sup> POLÍTO, Ronald. *Op. Cit.* 1998. p. 35.

<sup>99</sup> AECM: arquivo 2, gaveta 2, pasta 31.

<sup>100</sup> *Idem.*



responsável por averiguar se existiam impedimentos canônicos para realização do enlace. Era ainda estabelecida a proibição da cobrança de emolumentos para realização das cerimônias. Frei José expediu uma pastoral, datada de 28 de outubro de 1828 – bastante conhecida na província, principalmente pela aversão que sofreu – se opondo ao decreto. Determinou que os párocos viventes nos limites de seu bispado continuassem respeitando os antigos preceitos que guiavam a realização dos casamentos, não permitido, portanto, a consumação dos mesmos sem o seu aval. A principal justificativa apresentada pelo bispo consistia no fato do matrimônio ser um dos sacramentos e, assim sendo, somente o poder religioso teria o direito de alterar a sua jurisdição. O bispo assegurava:

Pois conhece que entre católicos, o contrato do matrimonio e sacramento são inseparáveis, por isso mesmo o divino salvador eleva este contrato a categoria de sacramentos, e assim o consolidou aperfeiçoou e santificou, marcando com indissolubilidade e de parte a parte com a monogamia, isto é proibindo a multiplicidade em quanto vivos ambos nubentes. Por essa razão e por ser de uma natureza muito diferente dos outros contratos, a Igreja tem acerca dele um poder nato, um poder que recebeu de Jesus Cristo, e que não lhe pode ser contestado, tanto em o conferir, como em rito, e solenidades, que lhe devem preceder, e devem acompanhar, em uma palavra, pode por impedimento. É sim este contrato de uma natureza muito diferente e diversa dos outros contratos: é de instituição divina, foi o autor da natureza que o instituiu.<sup>101</sup>

As vozes contrárias à pastoral ressoaram com mais veemência nos periódicos, tidos como de tendência liberal circulantes na região, e no Conselho Geral da província. O texto intitulado “Resposta categórica ao inimigo do filosofismo”, escrito por ninguém menos que Antonio José Ribeiro Bhering, incendiou os ânimos das partes envolvidas no embate. O artigo publicado no jornal *O Universal* criticava o pronunciamento de Frei Antônio da Conceição, um dos franciscanos que viera com Frei José da Bahia. Saindo em defesa da pastoral do prelado, o frade tornou público um escrito que assinou como “O inimigo do filosofismo destruidor”, no qual considerou impertinente a determinação da Assembleia Legislativa. A ancorava-se no argumento de que em assuntos relacionados à Igreja – como era em sua concepção o caso dos matrimônios – seriam respeitadas as deliberações dos bispos, que deveriam estar, por sua vez, afinados com a Santa Sé. Concluía assegurando

---

<sup>101</sup> AEEM: arquivo 2, gaveta 2, pasta 9.

que na localidade, como de costume, a maioria dos párocos continuava solicitando a licença do prelado para realizar os casamentos.

Já a argumentação de Ribeiro Bhering esteve alinhada a dos membros do Conselho da província que em mais de uma sessão trataram da pastoral do bispo. Um mesmo documento foi enviado duas vezes pelo Conselho à Assembleia legislativa (primeiro em fevereiro de 1829 e três anos mais tarde, em fevereiro de 1832), exigindo a anulação da pastoral por a considerarem abusiva. Ressaltava-se que o prelado não poderia rejeitar uma determinação vinda do órgão supremo legislativo. Ademais, se considerava como expresse no texto enviado a Assembleia, indispensável “a felicidade dos povos desta província o aumento da população, de que tanto necessita, e promover os casamentos, que a experiência tem mostrado ser o único meio profícuo a esse fim, removendo todos os obstáculos introduzidos pelos abusos das leis civis e canônicas.”<sup>102</sup> A questão só teve um ponto final quando, em 1832, Frei José revogou a pastoral emitida quatro anos antes.

Outro tema polêmico que Frei José se envolveu esteve relacionado à suspensão de parte dos dias santos vigentes em Minas Gerais. Em janeiro de 1830, o Conselho Geral da província enviou à Assembleia Legislativa um projeto que defendia a suspensão dos dias dedicados exclusivamente à vida religiosa. Era alegado que tal dispensa já vigorava em outras províncias, como na de São Paulo e na do Rio de Janeiro. A principal justificativa apresentada para a proposta se relacionava ao fato de atividades como a mineração e a agricultura, bastante desenvolvidas no território mineiro, exigirem dias contínuos de trabalho. As datas em que os trabalhadores eram liberados da labuta poderiam, portanto, atrapalhar a prosperidade econômica da província. O projeto foi aprovado na Câmara dos deputados, mas rejeitado no Senado. Fazia parte da última instância José Caetano da Silva Coutinho, bispo capelão mor do Rio de Janeiro e senador. Este escreveu a Frei José e expôs que “alguns senadores estranharam a liberdade com que o poder político se arrogava uma autoridade que é toda espiritual”. Mas outros se pronunciavam favoráveis à demanda a qual livraria

---

<sup>102</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, Série 2, Notação CGP-03.

o pobre povo de Minas do grande número de Dias Santos, que lhes tirava o tempo para trabalhar, e ganhar os meios de sua subsistência, e acrescentavam, devo dizer tudo, que se o Governo não dava esta providencia nunca ela podia se esperar do Bispo, inimigo declarado de tudo quanto fosse para utilidade e benefício do seu povo. Foi então que eu e outros interpusemos a nossa palavra e promessa de que V. Exa. não continuaria a negar uma dispensa que o povo tanto desejava e com isto fizemos que não passasse o escandaloso projeto.<sup>103</sup>

José Caetano Coutinho esclareceu que já permitia o trabalho em dias santos no Rio de Janeiro desde 1811, e que tomara essa decisão com a aprovação do Cardeal Caleppi, na ocasião Nuncio Apostólico instalado na Corte carioca. Em carta escrita por Frei José em resposta ao bispo capelão mor e senador do Império, ele afirmou que até então desconhecia a pastoral que suspendia os dias santos no Rio, mas julgava conveniente a implantação da mesma medida em Minas Gerais, em vista que contava com a aprovação do Nuncio. Contudo, se mostrava indignado com a audácia do Conselho da província que nem ao menos o consultou antes de enviar o projeto para Assembleia legislativa. Em sua percepção, a suspensão dos dias santos via legislativo acarretaria uma intromissão em assuntos espirituais e “poria as almas em grande perturbação”. O prelado afirmava até faltar-lhe palavras para expressar as perturbações que vinha sofrendo, provocadas pelos equivocados anseios dos “reformadores da jurisdição eclesiástica deste bispado de Mariana.”<sup>104</sup> A reação de Frei José nos leva a concluir que em relação aos dias santos ele se opunha mais à intromissão do Conselho em assuntos que em sua opinião estavam restritos ao poder religioso, do que propriamente ao conteúdo do projeto.

A oposição a Dom Pedro I, que se tornou cada vez mais aguda a partir do final da década de 1820, também foi um motivo que impôs desafios a Frei José. O prelado declarou apoio ao monarca e foi responsável por hospedá-lo “em sua visita a Minas Gerais, quando o Imperador foi friamente recebido pelos liberais em Ouro Preto, vitoriosos em Minas nas eleições de 1829.”<sup>105</sup> A viagem de Dom Pedro I coincidiu com a recente morte do jornalista paulista Libero Badaró, fato que acentuou a fissura já manifesta no campo da opinião pública. De um lado, ficavam os que rogavam pela permanência de Dom Pedro I, de outro

---

<sup>103</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 336.

<sup>104</sup> *Idem*, p. 338.

<sup>105</sup> POLITO, Ronald. *Op. Cit.* 1998. p. 31.

os que lutavam pela expansão do regime liberal. Iara Schiavinatto afirma que quando o monarca chegou à Barbacena, “os sinos dobraram em réquiem, e, em alguns lugares gritavam o nome de Líbero Badaró ao invés de saudar o Imperador.”<sup>106</sup> As folhas públicas de tendência liberal circulantes na região de Ouro Preto e Mariana lamentaram insistentemente a morte de Badaró. Já Frei José foi acusado no jornal mineiro *O Novo Argos* de proibir a celebração de missas em homenagem ao “imortal Badaró”, “mártir da liberdade”, “vítima infeliz do ódio dos inimigos da pátria”.<sup>107</sup> Ademais, eram crescentes as críticas pelo apoio prestado ao monarca.

Segundo Raimundo Trindade, quando a notícia da abdicação de Dom Pedro chegou à sede do bispado mineiro, Frei José lamentou o ocorrido e preocupou-se com o seu repercutu. Já os setores da localidade que eram desejosos da saída do monarca organizaram comemorações. Em uma delas seria responsável por proferir um discurso “o Padre Manoel Rodrigues Jardim, membro do Conselho da província e um dos eclesiásticos colhidos, como dizia o Sr. bispo, pelas malhas da demagogia.”<sup>108</sup> Frei José escreveu a Jardim temendo que ele cometesse excessos. O prelado considerava que as palavras pronunciadas em público deveriam ser ponderadas,

a vista do desassossego em que estavam os povos do Brasil, que para contê-los foi necessário que o fundador do Império abdicasse a Coroa. Sem nos metermos em outros discursos em que muito se pode errar, há muitos motivos para darmos graças a Deus, que dá e tira as Coroas como e quando quer pelos meios que lhe apraz que são manifestas aos homens para adorar e temer os seus juízos. Em segundo lugar devemos como ministros do Evangelho cuidar de fazer o povo a humilhação e subordinação dos mesmos juízos de Deus, respeitando as leis divinas e humanas e as autoridades constituídas.<sup>109</sup>

Padre Jardim não apresentou hostilidade na resposta encaminhada ao bispo, todavia foi mais intenso nas cores com que pintou a posição de Dom Pedro na ocasião da abdicação. Enquanto para o prelado, D. Pedro I fora aclamado como o fundador do Império, que se viu obrigado a abdicar e agregou a Deus a missão de tirar-lhe a coroa, Jardim o destacava como um monarca cercado de homens que planejavam “a mais terrível

---

<sup>106</sup> SCHIAVINATTO, Iara. *Op. Cit.* 1999. p. 342.

<sup>107</sup> BN: *O Novo Argos*, nº 68, 1831.

<sup>108</sup> TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 348

<sup>109</sup> *Idem*, p. 349

das traições” contra a nação: a derrubada da Constituição jurada perante Deus. Seguia dizendo que “os princípios sobre os quais ele subira ao trono, que fundara até por conselho de seu pai o Sr. Dom João VI foram por ele mesmo destruídos.”<sup>110</sup> Ou seja, não considerava que tinha sido Deus quem retirou a coroa do monarca, e sim ele próprio e os indivíduos que o cercavam.

Por último, vale destacar que as críticas voltadas a Frei José eram expostas principalmente nas folhas públicas. A província mineira, assim como o resto do Brasil, vivenciou na primeira metade do século XIX uma ampliação dos espaços públicos de sociabilidade, sendo o estabelecimento de redes de periódicos – que servira em muitos momentos como palco de enfrentamentos – uma das principais características desse processo. O posicionamento de Frei José acerca do crescimento da esfera pública de debates foi outro aspecto que atizava seus opositores. Como mencionado, o bispo se manifestou contra o artigo da Constituição portuguesa que garantia a liberdade de imprensa e continuaria até o fim de sua vida defendendo esta flâmula. Em diversos escritos buscava associar as mazelas e inquietudes que atingiam a sociedade à liberdade de difusão de pensamento.

Apesar da manifesta oposição, Frei José foi considerado um apoiador anônimo do jornal *O Telégrafo*, circulante entre 1828 e 1829 na região de Mariana e Ouro Preto. Este periódico era concebido como de tendência conservadora, inclusive “os corcundas e caramurus mineiros seriam alcunhados de telegráficos.”<sup>111</sup> Para Wlamir Silva, a partir dos poucos números preservados do *Telégrafo*<sup>112</sup>, torna-se possível “perceber características gerais do pensamento chumbista”, uma vez que elogiavam o fechamento da constituinte, combatiam “os filósofos disfarçados de liberais por excelência” e defendiam “a Constituição de 1824 a partir da sobrevivência do Direito Divino, adaptando o velho ao novo numa síntese autoritária”<sup>113</sup>. Jornais como *O Universal* e *O Novo Argos* buscavam

---

<sup>110</sup> *Idem*, p. 351

<sup>111</sup> SILVA, Wlamir. *Op. Cit.* 2009. p. 261.

<sup>112</sup> “O acervo dos periódicos caramurus e afins é muito pequeno e a maioria dessas folhas desapareceram completamente. Eram de menor periodicidade, duravam menos e não foram valorizadas como memória histórica, nem à época, nem no período republicano em que se organizaram arquivos de Minas.” *Idem*, p. 261.

<sup>113</sup> *Idem*, p. 263.

ridicularizar os posicionamentos defendidos neste periódico. No que concerne ao prelado, afirmavam ser uma vergonha Minas Gerais ter um “bispo telegráfico” com tantos eclesiásticos de virtude e amantes da causa nacional, existentes na província. Era em meio a essas discussões, as quais envolviam espaços de poder variados, como a diocese, o Conselho provincial, a imprensa e, em algumas ocasiões, a Assembleia Geral Legislativa, que as trajetórias do bispo Dom Frei José e de Antonio José Ribeiro Bhering se encontravam de maneira conflituosa. Cabe, então, apresentar o segundo personagem da trama.

### **1.3. Educação, política e espaços públicos: trajetória de Antônio José Ribeiro Bhering**

Antonio José Ribeiro Bhering nasceu em Ouro Preto em 1803, sendo filho legítimo de José Antonio Ribeiro e Ana Francisca da Silva. Nos idos de 1856, adoeceu e neste mesmo ano veio a falecer na cidade de Mariana. Deixou registrado em testamento seus desejos e reclamou que no momento de sua morte tivesse um funeral com honras fazendo justiça às atividades desempenhadas ao longo da vida. Solicitou que a tropa acompanhasse seu corpo e que fossem rezadas missas pela sua alma. Ao fazer menção aos seus herdeiros e bens materiais, declarou não ter filho algum que em consciências o devesse reconhecer. Entre os quatro irmãos que tinha, escolheu como seu inventariante João José Ribeiro Bhering. Se comparado a outros proprietários das Minas, não fora um homem de muitas posses. Todavia, possuía uma chácara e uma casa localizada na rua direita de Mariana, a qual provavelmente ocupou nos anos que residiu na cidade. Alegou já ter providenciado a venda dos imóveis e recebido o valor referente aos mesmos, caberia ao inventariante, caso fosse preciso, passar um novo título aos proprietários. Possuía dois escravos declarados livres com sua morte: “Margarida pelos bons serviços e Caetano por comiseração.”<sup>114</sup> Os

---

<sup>114</sup> ACSM: Códice 291-1º Ofício. /5600; Códice 44- 1º Ofício /1023.

livros, jornais, panfletos e escritos acumulados ao longo dos anos, afirmou ter doado para Antonio Eulino de Melo e Souza.<sup>115</sup>

Ao longo de sua vida, Antonio José Ribeiro Bhering desenvolveu atividades em variados campos e instâncias. Transitou entre as cidades de Mariana e Ouro Preto ministrando aulas, escrevendo em folhas públicas, integrando agremiações e sociedades, e ocupando cargos administrativos e políticos no âmbito local e provincial. Neste último campo, o político, chegou até a capital do Império, sendo um dos Deputados eleitos por Minas Gerais na terceira legislatura. Como estratégia narrativa, a exposição de sua trajetória estará dividida em três partes: na primeira abordaremos sua formação educacional e atuação no campo educativo, especialmente como professor; em seguida apontaremos os cargos políticos e administrativos que ocupou nas três instâncias de poder (local, provincial e nacional); por último abordaremos a sua inserção nos crescentes espaços públicos sociabilidade de Minas Gerais. Para Ribeiro Bhering, os cargos e funções que desempenhou não estavam segregados, mas se complementavam e foram utilizados para debater e divulgar suas propostas voltadas aos diversos setores que compunham a vida em sociedade.

Antonio José Ribeiro Bhering iniciou seu contato com o mundo das letras no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Pertenceu à turma de estudantes que principiou os estudos na ocasião da reabertura da instituição pelo bispo Frei José, no ano de 1821. Como atestou o bispo, Bhering “foi sustentado e provido de livros pela mínima pobreza por tempo de seis anos.”<sup>116</sup> Isso quer dizer que ele fez parte da pequena parcela dos estudantes que não pagavam pelo ensino. No dia 1º de novembro de 1826 foi ordenado padre pelo próprio Frei José.<sup>117</sup> Passados apenas alguns meses de sua ordenação foi admitido como professor de Filosofia da mesma instituição, momento em que iniciou sua atuação como lente. Como já mencionado, permaneceu no cargo por quase três anos, até receber um

---

<sup>115</sup> Infelizmente não foi possível localizar o inventário de Eulino de Melo e Souza para conferirmos se nele foram arrolados livros.

<sup>116</sup> AECM: Arquivo 2, gaveta 2, pasta 9.

<sup>117</sup> Por motivos desconhecidos o processo de habilitação *de genere* de Ribeiro Antonio José Bhering não se encontra no Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana, como consta o dos demais eclesiásticos ordenados pelo bispo Frei José. As informações acerca de sua ordenação constam em: TRINDADE, Raimundo. *Op. Cit.* 1951. p. 265.

ofício que explicitava sua exoneração do quadro de professores do Seminário. O bispo Dom Frei José tomou ainda outra providência: o proibiu de pregar.

Walmir Silva caracterizou Ribeiro Bhering como “um mestre de talento persuasivo”, que utilizava as salas de aulas e os púlpitos das igrejas para difundir seus posicionamentos políticos, aspecto que certamente incomodara o bispo de Mariana.<sup>118</sup> Por outro lado, esta mesma característica o fez conquistar admiradores. Não foi pequena a comoção causada pela sua expulsão do Seminário. Como sinalizado na Introdução, no jornal *O Universal* foram publicados escritos de correspondentes que lamentavam o ocorrido. A atitude do bispo fora caracterizada na maioria dos textos como “injusta, tirânica e danosa ao progresso da nação”. O apoio recebido por Bhering tornou-se ainda mais evidente com a sua nomeação para professor de Filosofia e Francês de Ouro Preto em outubro de 1829, mesmo mês de seu afastamento do Seminário. O início das aulas na capital da província foi noticiado com entusiasmo e Ribeiro Bhering qualificado como um educador, cidadão e religioso de conduta irretocável. Alegava-se ser ele um sujeito “já bem conhecido”, possuidor de experiência no ramo, uma vez que atuara com “feliz sucesso” no colégio episcopal de Mariana, como constatamos no seguinte trecho:

Ociosos seria assoalhar de novo as qualidades físicas, e morais, que tornam recomendáveis o nosso Ilustre Patrício o Sr. Bhering para que a Mocidade se entregue sem receio á sua direção moral, e científica: o nosso Patrício assaz tem provado seus conhecimentos, seu bom método de ensinar e sua conduta Civil, e Religiosa, pelo grande número de alunos, que frequentaram com proveito sua aula em Mariana, e pelas circunstâncias, que precederam, e se seguiram a sua injusta demissão daquele Colégio, como já tem sido publicado pela imprensa.<sup>119</sup>

Tudo nos leva a crer que Ribeiro Bhering ministrou aulas em Ouro Preto por cerca de dois anos. Em 1831, ele já tinha retornado para cidade de Mariana, onde continuou a atuar como professor. Em uma relação dos habitantes da localidade, datada do ano mencionado, foi registrado em seu “fogo” (residência) o número total de 13 moradores. Na

---

<sup>118</sup> SILVA, Walmir. *Op. Cit.* 2009. p. 137 Walmir Silva inseriu Antonio José Ribeiro Bhering entre a elite liberal moderada de Minas Gerais, a qual alcançou hegemonia política na província, entre 1830 e 1834. O grupo era formado por homens com distintos cabedais econômicos e profissões, sendo o anseio de projetar a elite proprietária mineira no plano provincial e nacional e a defesa da escravidão os principais elementos que o unia.

<sup>119</sup> APM: *O Universal*, nº369, 1829.



ocasião, Bhering tinha 28 anos, sua qualidade foi designada como branco, sua ocupação especificada como professor e seu estado como eclesiástico. Residiam com ele mais dez homens solteiros, com idade entre 14 e 28 anos, com ocupações especificadas como estudantes, nove deles eram brancos livres e um crioulo, sem sua condição discriminada. A soma completava-se com uma mulher solteira, crioula, de 36 anos, sem condição e ocupação explicitadas, e por um homem solteiro, negro, escravo, de 14 anos.<sup>120</sup> Podemos interpretar esses dados de duas maneiras: a primeira delas é que Bhering utilizava sua casa como hospedaria para estudantes; a segunda que eram estes jovens seus alunos, sendo as aulas ministradas na sua própria residência. Corrobora para a última hipótese o fato de Bhering ter tido sua função especificada como professor, mas não termos encontrado registros de vínculo a algum colégio no início da década de 1830. Ademais, na primeira metade do Oitocentos, apesar da ampliação de projetos educacionais, ainda era insipiente o número de instituições formais de ensino, de tal modo que o espaço doméstico continuava a ser utilizado para a difusão de instrução.

Na década seguinte identificamos Ribeiro Bhering atuando em um espaço formal de ensino. Tratava-se de um colégio particular instalado em Mariana, divulgado com entusiasmo no jornal *O Itamontano: periódico político, industrial e literário de Minas Gerais*. Era noticiado que estavam concorrendo para as aulas inclusive jovens de outras províncias. A “amenidade do clima, as poucas distrações, e a moralidade que ainda domina nossos costumes contribuem muito para os pais se resolvam separar de seus filhos, e confiá-los á direção desse colégio.”<sup>121</sup> Como mestres eram anunciados os nomes dos senhores cônegos Roussim, Bhering e Miguel. Entre eles estava repartido o ensino de Latim, Francês, Retórica e Filosofia Natural, Racional e Moral. Considerava-se ser “a reputação destes professores tão bem estabelecida, que supérfluo [seria] querer demonstrá-la; há muitos anos que eles estão encarregados do magistério, e sempre bem acreditados.”<sup>122</sup>

---

<sup>120</sup> APM: MP ROLO 01/ flash 02 – Data: 1831/ Local: Mariana/ Assunto: relação de habitantes do distrito de paz da paróquia de Mariana.

<sup>121</sup> ACPOP: Sessão de periódicos. “*O ITAMONTANO, periódico político, industrial e literário de Minas Gerais*”. Ano 1º, N. 4.

<sup>122</sup> *Idem*.

Além do atuar como professor, Bhering foi instituído vice-diretor da instrução pública de Minas Gerais, em 1848. Tal cargo foi criado um ano antes de sua nomeação e suas principais atribuições eram: inspecionar aulas e estabelecimentos educacionais, estabelecer normas para melhoria do ensino e elaborar relatórios apresentados ao Presidente da província. A medida esteve vinculada ao esforço do poder provincial de organizar um aparato burocrático voltado à regulamentação da educação em Minas.<sup>123</sup> O diretor e vice-diretor da instrução pública estariam no topo dessa organização, mas dependiam de outros sujeitos para desenvolver suas atividades. Os relatórios encaminhados ao Presidente da província baseavam-se nas demandas levantadas pelos delegados de círculos literários, funcionários responsáveis por fiscalizar as atividades relacionadas à instrução pública de uma determinada localidade. Era de sua obrigação reunir documentos como mapas de população, pedidos de materiais para as aulas, denúncias de faltas constantes de professores ou alunos, entre outras reclamações e reivindicações dos povoados.<sup>124</sup> O material coletado pelos delegados deveria ser enviado à diretoria de instrução, incumbida de encaminhar as demandas à presidência.

A proposta de Ribeiro Bhering destinada à normatização das relações estabelecidas entre diretoria da instrução e os delegados de círculo literários merece ser destacada. Ele sugeriu, em diversas correspondências expedidas à presidência da província, que os delegados dos círculos só recebessem suas gratificações após apresentarem um atestado concedido pelo diretor da instrução pública, assegurando que suas obrigações foram devidamente cumpridas. Bhering constatava que existiam muitas negligências e falta de eficácia nos trabalhos destes funcionários. Isso o levava a considerar que o cumprimento das atividades reservadas aos delegados “não se verificaria completamente se o governo não [estreitasse] as relações de dependência entre chefe da repartição, e os empregados

---

<sup>123</sup> A partir do ato adicional de 1834, as Assembleias Legislativas Provinciais passaram a estabelecer a organização do ensino em âmbito provincial.

<sup>124</sup> Sobre a atuação dos delegados e a constituição dos círculos literários ver: VIANA, Fabiana da Silva. “Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)”. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

subalternos, de quem aquele tanto precisa.”<sup>125</sup> Em junho de 1849, a solicitação foi atendida e com tom de satisfação Bhering comunicou aos delegados “que lhes impõe o dever de solicitar o atestado desta diretoria para a cobrança de suas gratificações, a fim de exercitar seu zelo pelo seu espaço público”.<sup>126</sup> Essa proposta, juntamente com os detalhados relatórios apresentados nos anos que ocupou o cargo, leva-nos a sugerir que Bhering fora um funcionário público empenhado em desempenhar as tarefas atribuídas a ele. A atuação no setor burocrático rendeu-lhe, inclusive, elogios. Como ressalta Pablo Andrade, “Oliveira Tôrres chega a citá-lo como um exemplo dos competentes e modestos burocratas que, perante a mudança constante na Presidência da Província – fato de que Minas Gerais não era exceção –, faziam a máquina administrativa funcionar.”<sup>127</sup>

No campo da política formal Ribeiro Bhering também se fizera presente. Como mencionado, integrou ao longo de sua vida as três instâncias de poder que compunham a organização do Estado brasileiro. Em âmbito local atuou por doze anos não consecutivos como vereador da Câmara de Mariana (1833-36, 1841-44, 1852-55) e foi Juiz de paz da localidade (1833-36, 1840-?). No espaço provincial integrou o Conselho Geral (1830-32) e quando instituída a Assembleia Legislativa provincial (1835) foi eleito três vezes Deputado (1835-37, 1846-49, 1853-?). Assinou ainda, dois anos antes de sua morte, em 1854, como Secretário da província de Minas Gerais. Em âmbito nacional compôs a Câmara dos deputados na terceira legislatura (1834-37). Como pode ser vislumbrado através das datas apontadas não houve uma linearidade no sentido local → provincial → nacional que poderia levar a supor uma hierarquização na ocupação das atribuições políticas. Bhering transitou de maneira constante, indo e voltando, entre estas instâncias de poder. Em alguns momentos acumulou cargos, aspecto nada incomum no período, uma vez que as reuniões das instâncias políticas não ocorriam o ano todo, e sim em determinados períodos, na maioria das vezes, não coincidentes. Assim, era perfeitamente possível um sujeito ocupar

---

<sup>125</sup> APM: Fundo de Instrução Pública – SP434, de junho de 1849.

<sup>126</sup> *Idem.*

<sup>127</sup> ANDRADE, Pablo de Oliveira. A "legítima representante": Câmaras Municipais, Oligarquias e a institucionalização do Império Liberal Brasileiro (Mariana, 1822-1836). Mariana: Dissertação de Mestrado, UFOP, 2012. p. 134.

num mesmo ano cadeira em alguma Câmara municipal, no Conselho de uma das províncias e ainda atuar na política da Corte.

Com objetivo de compreender como se deu a incorporação dos grupos políticos e espaços de poder locais ao Estado Imperial brasileiro, o historiador Pablo de Oliveira Andrade analisou o processo de reconfiguração da Câmara municipal de Mariana na década de 1820.<sup>128</sup> Ao traçar o perfil socioeconômico dos sujeitos que compuseram a “Casa de Vereança”, afirmou que o setor enriquecido da localidade – formada tanto por grandes proprietários de terras e de escravos quanto por comerciantes, sendo não raras as vezes que um mesmo indivíduo atuava nos dois campos – não eram os únicos que compunham a oligarquia marianense. Entre os vereadores existiam homens de pequeno cabedal econômico, mas que se destacavam pela desenvoltura política ou pelo prestígio social. Como salienta o autor, Ribeiro Bhering pode ser tomado como exemplo: apesar de ser um pequeno proprietário defendeu propostas importantes no âmbito municipal e recebeu, em mais de uma ocasião, apoio de homens com grande cabedal econômico, como o desembargador Manoel Inácio de Mello e Souza, futuro Barão de Pontal. Além disso, Pablo Andrade inseriu Ribeiro Bhering entre os sujeitos que, mesmo quando alcançada projeção política em âmbito provincial e mesmo nacional, não deixaram de atuar na municipalidade. Casos como este levam o autor a concluir que embora as Câmaras tenham no processo de instituição do Estado liberal perdido “parte substancial da sua capacidade de ampliar o poder político destes oligarcas, o conjunto de poder do espaço local formado por elas e pelo cargo de Juiz de Paz, e posteriormente de delegado e subdelegado, continuava sendo uma base importante para a projeção e os projetos políticos de qualquer indivíduo.”<sup>129</sup>

De fato Ribeiro Bhering permaneceu atuante no espaço local durante grande parte de sua vida. O identificamos, entre as décadas de 1830 e 1840, ocupando por duas vezes o cargo de Juiz de paz de Mariana. A criação deste juizado foi decretada na Constituição de

---

<sup>128</sup> Sobre a Câmara de Mariana no século XIX ver também: ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A reforma do Império e a Câmara da Leal Cidade de Mariana”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo, MAGALHÃES, Sônia Maria (orgs.). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008. OLIVEIRA, Kelly Eleutério. No laboratório da nação: poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do primeiro reinado e nas Regências, 1828-1836. Belo Horizonte: Dissertação em História - UFMG, 2013.

<sup>129</sup> ANDRADE, Pablo. *Op. Cit.* 2012. p. 134

1824 e fazia parte do desejo de consolidação de um novo sistema jurídico-administrativo que substituísse a estrutura colonial.<sup>130</sup> As eleições para o cargo começaram a ocorrer a partir de 1827, seguindo os ditames de uma lei regulamentadora, responsável por definir as competências e atribuições dos Juizes de paz. O cargo era ocupado por leigos e tinha como função mediar pequenos conflitos, fazer auto de corpo de delito, interrogatórios e prisões, proceder contra perturbadores da ordem, obrigar a observância das posturas municipais.<sup>131</sup> Outra importante tarefa reservada ao Juiz de paz esteve atrelada ao processo eleitoral. A partir da Lei de 1º de outubro de 1828, passou a ser de sua obrigação a convocação dos eleitores para votar, a organização e nomeação das mesas eleitorais e a condução do processo eleitoral.<sup>132</sup> Além disso, eles eram responsáveis por elaborar uma lista, quinze dias antes das eleições, dos indivíduos aptos a votar.

Se na década de 1830 as obrigações dos Juizes de paz foram ampliadas, o que esteve associada às reformas liberais, em 1840 elas começam a ser restringidas e suas atividades divididas com outras autoridades.<sup>133</sup> Talvez a inserção de outros funcionários no que antes era tido como função exclusiva do Juiz de paz tenha levado Ribeiro Bhering a escrever, em 1841, ao Presidente da província reclamando da intromissão do Juiz municipal

---

<sup>130</sup> NASCIMENTO, Joelma A. do. Os “homens” da administração e da justiça no Império: eleição e perfil social dos juizes de paz em Mariana, 1827-1841. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

<sup>131</sup> *Idem*, p. 13

<sup>132</sup> A lei de outubro de 1828, além de regulamentar o processo eleitoral, estabeleceu que as Câmaras municipais seriam transformadas em instituições meramente administrativas. Contudo, Pablo de Andrade considera que a lei não fez com que fossem esvaziados de poder as oligarquias locais. Isso porque os juizes de paz, que foram providos de parte significativa das atribuições antes reservadas as Câmaras, como eram eleitos localmente, continuaram pertencendo a estes grupos locais. E mesmo na década de 1840, quando outras autoridades foram vinculadas ao processo eleitoral, os políticos locais continuaram exercendo grande influência sobre o processo. ANDRADE, Pablo. *Op. Cit.* 2012. pp. 80-81.

<sup>133</sup> “Com a lei de interpretação do ato adicional, em 1840, foi dado o primeiro passo para uma virada centralizadora. Foram retirados poderes das Assembleias provinciais, entre eles os de definir atribuições aos postos criados pelo código do processo. Em 1841 foi centralizado, no Ministério da Justiça, o controle da estrutura judiciária. Os poderes do juiz de paz foram quase que eliminados. Tais momentos caracterizariam o estopim da revolta liberal de 1842 que uniu os liberais de Minas Gerais e São Paulo, para lutarem contra a centralização imposta pela reforma de 1841, sendo, porém, derrotados pelos saquaremas.” NASCIMENTO, Joelma. *Op. Cit.* 2010. p. 64. Sobre este tema ver também: VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século XIX.*. São Paulo: Edusc/Anpocs, 2004.

em deveres que ele julgava ser de sua alçada enquanto Juiz de paz. É importante destacar que o Juiz de paz era eleito na localidade, já o municipal era instituído pelo Presidente da província. Este, por sua vez, era indicado pelo poder central e sofreu muitas vezes oposição dos políticos locais. Ribeiro Bhering reclamava:

O juiz de paz é absolutamente independente da ação do juiz municipal, o qual só passa a ter a inspeção sobre o juiz de paz na falta, ou impedimento do juiz de direito (o que atualmente não é o caso deste distrito). O juiz de paz especialmente encarregado da polícia nenhuma dependência deve ter do juiz municipal. Somente quando estabelecido estes princípios poderá o juiz de paz de Mariana desempenhar os seus deveres.<sup>134</sup>

A atuação política de Ribeiro Bhering na esfera provincial caminhou junto com a em âmbito local. A delimitação política e administrativa das províncias teve início no Brasil somente a partir de 1820. Antes disso, a organização baseava-se no sistema de capitanias. A instalação da esfera pública provincial consistiu em um processo permeado por constantes tensões. Foram grandes os desafios enfrentados para implantação das Juntas Provisórias de Governo, posteriormente substituída pelos Conselhos Gerais e pelo cargo de Presidente da província.<sup>135</sup> Tais desafios estiveram atrelados aos variados projetos e interesses conflituosos que surgiam neste momento. As mencionadas Juntas de Governo foram instituídas no Brasil no contexto das Cortes de Lisboa, mais especificamente em 1821.<sup>136</sup> Seus membros eram eleitos nas localidades e passaram a exercer o poder executivo das antigas capitanias, agora denominadas províncias. Como chama atenção Iara Schiavinatto, “esta dinâmica de reordenação da rede de poder propiciava uma maleabilidade no mando local e na centralização do poder.”<sup>137</sup> Além disso, alterou de maneira substancial a forma de exercício de mando do monarca português. Como pondera a autora:

As Cortes aproveitaram essa reformulação do poder provincial no Brasil promovida pelas Juntas, e transformaram-na em parte do seu projeto de

---

<sup>134</sup> APM. Fundo de Presidência da Província – PP 1/18 cx. 129.

<sup>135</sup> Os Conselhos provinciais e o cargo de Presidente da província foram instituições basilares do poder provincial até 1834, quando criadas as Assembleias Legislativas provinciais.

<sup>136</sup> “Tais juntas foram recuperadas pelo Vintismo das lutas contra o mando napoleônico, ao arregimentarem a reação local aos invasores, estabelecendo um governo próprio que cultivava o patriotismo.” SCHIAVINATTO, Iara. *Op. Cit.* 1999. p. 116.

<sup>137</sup> *Idem*, p. 116

reorganização do poder político-institucional, vinculando, assim, as províncias ao governo lisboeta norteado pelo liberalismo vintista e atenuando os elos entre as províncias, inaugurando um outro modo de relacionamento entre elas e o Rio de Janeiro.<sup>138</sup>

Em 1823, as Juntas de Governo foram extintas, em seu lugar definiu-se que cada província passaria a ter um Presidente e um Conselho Geral. Ao Presidente competia “todos os objetos que demandem exame e juízo administrativos – incluindo as determinações sobre o emprego da Força Armada ‘contra inimigos internos’ e ‘fora do Distrito’ e as Ordenanças – estando, porém independente a administração da Justiça.”<sup>139</sup> Já ao Conselho eram reservadas as funções de “propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes de suas províncias, formando projetos peculiares e acomodados as suas localidades e urgências, discutindo ‘a portas abertas’ os negócios que começarem nas Câmaras.”<sup>140</sup> Suas resoluções deveriam ser enviadas ao poder Executivo que as encaminhava, passando antes pela Secretaria do Estado, à Assembleia Geral Legislativa. Deste modo, o Conselho elaborava projetos, mas não tinha autonomia legislativa. Esta autonomia foi conquistada em 1834, com o ato adicional que criou as Assembleias Legislativas provinciais.<sup>141</sup>

Apesar de ter sido criado em 1824, o Conselho provincial de Minas Gerais só começou efetivamente a funcionar quatro anos depois, uma vez que na Constituição do Império definiu-se que o seu regimento seria elaborado pela Assembleia Geral. Isso só foi concretizado em 1828, em vista que após a dissolução da constituinte, somente em 1826 o órgão supremo do legislativo retomou suas atividades. A partir deste ano estiveram entre os temas mais tratados pelo Conselho as questões financeiras (“das rendas públicas”); as vinculadas à prosperidade econômica, aqui aparecem debates especialmente sobre a agricultura e o comércio; as demandas relacionadas ao escoamento da produção, destacando a necessidade de melhoramento das estradas, construção de pontes, contratações

---

<sup>138</sup> *Idem*, p. 117

<sup>139</sup> SILVA, Ana Rosa Cloet da. “De comunidades a nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais”. *Almanack Brasileiro*, n. 02, nov./2005. p. 45.

<sup>140</sup> *Idem*, p. 52

<sup>141</sup> Sobre a importância das Assembleias Legislativas provinciais no processo de construção do Estado Imperial ver: GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. Cit.* 2008.

de profissionais que atuavam nessas melhorias, como engenheiros; e sobre a instrução pública, propunha-se a criação de aulas, que abrangiam conteúdos variados e reformas nos estabelecimentos de ensino já existentes na província. Além disso, inseriam-se entre as discussões dos conselheiros, questões relacionadas à administração e justiça, sobretudo as concernentes as posturas das Câmaras municipais.

Antonio José Ribeiro Bhering foi um dos seus membros entre 1830 e 1832, apresentando-se como um ativo participante dos debates nas sessões ocorridas em duas ocasiões, em cada um dos anos mencionados. Em seus pronunciamentos concedeu especial atenção às demandas relacionadas à educação. Defendeu a criação de diversas cadeiras e propôs reformas ao modelo de ensino implantado no Seminário de Mariana. Aliás, Ribeiro Bhering não deixou de utilizar este espaço de fala para direcionar críticas ao bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade. Ainda enquanto membro do Conselho, preocupou-se com as atividades econômicas da província e com o problema da mão de obra, que se impôs de forma significativa no início da década de 1830, devido ao decreto da lei que proibiu o tráfico de almas.<sup>142</sup>

Ribeiro Bhering assinou duas propostas relacionadas a estas questões. A primeira delas estava relacionada à melhoria das estradas, um elemento que como expressava “era fundamental para o progresso da agricultura e do comércio”.<sup>143</sup> Ele sugeriu a nomeação de “dois oficiais da engenharia encarregados de levantarem a planta de todas as estradas e rios navegáveis e de facilitarem os meios de seus melhoramentos.”<sup>144</sup> A segunda, incentivava a utilização do arado, sendo assegurado a quem empregasse a ferramenta na lavoura, a isenção dos tributos do dízimo. Para gozar da concessão, o agricultor teria que apresentar “de 6 em 6 meses um documento legal, pelo qual conheça a junta da fazenda, que as suas

---

<sup>142</sup> Sidney Chalhoub afirmou que depois da lei de 1831, proibidora do comércio de cativos, mais de 750 mil indivíduos foram contrabandeados para o Brasil, sendo o Estado conivente com este processo. O autor acrescentou que a tolerância das autoridades com o tráfico ilegal contribuiu para deteriorar a já instável condição social dos ex-escravos e dos nascidos livres. Sinalizava que os seus direitos valiam pouco, se comparados com a avassaladora força do poder escravista e dos interesses dos grupos que desfrutavam dos benefícios trazidos pela escravização do outro. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>143</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, Série 3, Subsérie 2, Notação CGP-04.

<sup>144</sup> *Idem*.



terras são lavradas pelo arado.”<sup>145</sup> Argumentava que utilização do instrumento demandaria um número menor de trabalhadores dedicados à lavoura.<sup>146</sup>

Como um sujeito bastante envolvido no poder provincial, Ribeiro Bhering não deixou de questionar a sua forma de organização. Foi um defensor das medidas implantado pelo ato adicional de 1834, sendo eleito Deputado provincial logo que a Assembleia Legislativa começou a funcionar em Minas Gerais. Não poucas vezes chamou atenção para o quão demorado era o processo de leitura e aprovação dos projetos enviados pelo Conselho para Assembleia Geral. Ressaltava que muitas destas propostas não chegavam nem a ter resolução, o que causava grande ônus ao desenvolvimento da localidade. Antes mesmo do período das regências, momento em que se intensificou o debate em torno da necessidade de repensar a divisão de poder entre as partes que compunham o Império, Ribeiro Bhering já defendia, sem pensar em federação, que fossem reservadas as províncias uma ampla autonomia decisória. Justificava tal proposição ao afirmar que as províncias eram marcadas por acentuadas distinções, e isso fazia com que suas demandas fossem consequentemente diversas. Além disso, Bhering destacava que cargos públicos importantes, como o do presidente da província, do bispo e do comandante das armas, deveriam ter seus nomes definidos no âmbito provincial, ou seja, tal indicação não deveria ser proveniente, sem nenhuma consulta prévia, do governo central. Por último, vale destacar que o sujeito analisado permaneceu vinculado à política provincial mineira até a sua morte. Três anos antes de falecer foi eleito Deputado e dois anos antes assinou como Secretário da província.

A única aparição de Ribeiro Bhering na política formal nacional foi na terceira legislatura do Império, quando eleito Deputado por Minas Gerais. Como trataremos no próximo capítulo, os eclesiásticos ajudaram a conformar a elite política brasileira, sobretudo entre primeiro reinado e período das regências. Ribeiro Bhering levou para o Parlamento parte dos projetos que já defendia em âmbito provincial, especialmente os que se relacionavam com a necessidade de promover reformas constitucionais. Algo que não foi dito até então, consiste no fato dele ter procurado sempre amparar seu discurso nos limites

---

<sup>145</sup> *Idem.*

<sup>146</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, Série 3, Subsérie 2, Notação CGP-04.

da legalidade. Ele buscava no interior do próprio código constitucional a legitimidade para reformá-lo. Recuperou em vários momentos – inclusive foi essa frase a epígrafes de um dos jornais no qual fora redator – o Artigo 174 da Constituição, cujo conteúdo era: “se passados quatro anos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara dos deputados, e ser apoiada pela terça parte deles.”<sup>147</sup>

A inserção de Antonio José Ribério Bhering na vida pública não se deu somente através das atividades relacionadas à docência e dos cargos políticos e administrativos ocupados. Este sujeito apresentava-se como um assíduo defensor da liberdade de imprensa. Foi redator de três jornais: *O Novo Argos*, publicado em Ouro Preto entre 1829 a 1834, *O Homem Social*, impresso em Mariana entre 1832 e 1834 e *União Fraternal*, publicado também na sede da diocese. Bhering contribuiu ainda, especialmente na seção de correspondências, com o jornal *O Universal*, o de maior circulação na Província na primeira metade do século XIX. Xavier da Veiga, no estudo que realizou sobre a imprensa em Minas Gérias, constatou que a localidade esteve entre a que mais desenvolveu a atividade jornalística no período. Nos jornais eram publicadas propostas e resoluções do Conselho da província e da Câmara dos deputados, pronunciamentos do Imperador, reflexões sobre temas variados, notícias de outras províncias e países. Foram também meios de exercício da política e espaços de enfrentamentos e de calorosos debates.

Além de atuar na imprensa, Ribeiro Bhering foi membro da Sociedade Patriótica Marianense, fundada em 1832. A Sociedade foi responsável pela criação e manutenção de uma biblioteca em Mariana. Ainda no que concerne a constituição de locais destinados a leitura, foi noticiado no jornal *O Universal* que “em um gabinete de leitura na casa do Sr. Padre Antonio José Ribeiro Bhering, se acham francos os periódicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para quem os quiser lei gratuitamente.”<sup>148</sup> Wlamir Silva sugeriu que as leituras em sua residência eram realizadas de forma coletivas e seguidas de discussões. É importante pontuar que consideramos que Ribeiro Bhering adquiriu grande parte de sua formação letrada nesses espaços de sociabilidade, uma vez que não frequentara

---

<sup>147</sup> BN: *O Novo Argos* (1829-1835).

<sup>148</sup> APM: *O Universal*, n° 398, 1830.

Universidade e que seu único contato com ensino formal se dera no Seminário de Mariana, sob os cuidados de Frei José.

Por fim, Ribeiro Bhering não deixou de dedicar-se a carreira eclesiástica. Ele chegou a compor o cabido de Mariana, ocupando dois postos: de Cônego e Chantre.<sup>149</sup> Ambos foram conquistados depois da morte do bispo Dom Frei José, quando a diocese mineira estava com a sede vaga. Pelo o que constatamos, sua nomeação para Chantre foi intermediada pelo Presidente da província de Minas, na ocasião Manoel Inácio de Melo e Souza. Um acontecimento que merece ser destacado consiste no nome apontado para ocupar o bispado mineiro após a morte de Dom Frei (1835) e no momento em que Bhering alcançou os postos na Sé de Mariana. Tratava-se de padre e político Diogo Antônio Feijó. A notícia da sua indicação foi bem recebida pelo cabido de Mariana, mas Feijó recusou a indicação. Certamente a Santa Sé não veria com bons olhos essa nomeação, pois, como trataremos no próximo capítulo, Feijó defendeu propostas que não foram bem recebidas por Roma. Além disso, o centro religioso católico intensificou, a partir da segunda metade do século XIX, suas ações para reduzir as intervenções dos Estados nacionais nos poderes da Igreja católica e para corrigir os desvios que se julgava existir no seio do clero.

---

<sup>149</sup> “O Chantre era a segunda dignidade do Cabido. Entre suas atribuições estava a de reger o Coro. Celebrava as missas pela purificação de Nossa Senhora, no domingo de Ramos, pela natividade de Maria e no primeiro dia da oitava do natal.” SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna. Os Padres Políticos na Formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841)*. Tese de doutorado, UERJ, 2010. p. 117.

## **Capítulo II – PODER POLÍTICO E RELIGIOSO NA ADMINISTRAÇÃO DO SEMINÁRIO DE MARIANA**

### **2.1. O redefinir das fronteiras dos poderes**

Em agosto de 1824, Dom Pedro I nomeou Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal como seu representante em Roma para requerer junto ao Papa Leão XII o direito do exercício do padroado régio e do Grão-Mestrado da Ordem de Cristo. Com essas concessões, das quais gozavam os reis lusitanos desde o século XVI, o monarca brasileiro estaria encarregado de criar igrejas, capelas, bispados, prelazias, arrecadar os dízimos, remunerar os padres seculares através das cômguas, indicar bispos e conceder o Beneplácito para bulas e documentos pontífices.<sup>150</sup> Depois de uma complexa negociação que demorou mais de dois anos, foram concedidas as demandas solicitadas.<sup>151</sup> A resolução da questão foi postergada, pois ao conceder as atribuições a Dom Pedro I a Santa Sé estaria automaticamente reconhecendo a emancipação do Brasil. Em um contexto de reconfiguração política, eram delicadas as relações entre Roma e os demais reinos

---

<sup>150</sup> “O processo que redundou no padroado das conquistas ultramarinas e das dioceses novas do Reino pelos monarcas portugueses foi conseguido, grosso modo, no espaço de um século. Iniciada na metade do século XV, protagonizada pelo infante D. Henrique, e finalizada na metade do século XVI, no reino de D. João III. As sucessivas bulas papais desse período foram aos poucos concedendo ao Estado português dois padroados, ou seja, o padroado régio com a faculdade de fundar dioceses e escolher seus titulares e de administrá-las através da arrecadação dos dízimos, bem como, o direito do padroado dos benefícios menores, obtido através do Grão-Mestrado da Ordem de Cristo, com direito de fundar as igrejas nos territórios ultramarinos, escolher seus párocos, criar e nomear os canonicatos, capelanias e quaisquer outros benefícios eclesiásticos.” ZANON, Dalila. O poder dos bispos na administração do ultramar português: o bispado de São Paulo entre 1771 e 1824. Campinas: Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação/Unicamp, 2014. p. 55.

<sup>151</sup> O padroado da Ordem de Cristo foi concedido em março de 1826 e o Padroado régio em maio de 1827. Ver: DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1938. NEVES, Guilherme Pereira das. "A Religião do Império e a Igreja". IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 377-428.

europeus, a incluir Portugal, que somente em outubro de 1825 reconheceria a separação do território americano.

Embora a Santa Sé tenha concedido o direito do padroado a Dom Pedro I, as relações entre poder político e religioso estavam longe de alcançar estabilidade. Isso porque estava em jogo a redefinição dos campos de atuação de uma e outra instância numa nova lógica de organização, na qual o regime constitucional se colocava como caminho escolhido pelos grupos envolvidos no processo de consolidação do Brasil enquanto corpo político autônomo. Como dito na Introdução dessa dissertação, o catolicismo foi considerado na Constituição outorgada em 1824, a religião oficial do Império. Contudo, os limites da atuação da Igreja católica e de suas ramificações e autoridades seriam definidos nas décadas seguintes. Os anos que se estenderam entre o primeiro reinado e período das regências consistem em momento privilegiado para análise desse processo de redefinição das fronteiras entre poder político e religioso. Tornam-se ainda mais interessantes quando se constata o profundo envolvimento dos próprios religiosos com o debate, sendo notáveis as clivagens existentes no interior do segmento.

Matizar os aspectos que dividiram os eclesiásticos foi um exercício fundamental em nossa pesquisa, pois os dois sujeitos abordados por nós eram religiosos e se envolveram com questões candentes de seu tempo, como vislumbrado no capítulo anterior. Em relação ao Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, espaço no qual as trajetórias se cruzaram de maneira conflituosa, pudemos constatar que Antonio José Ribeiro Bhering e o bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade discordavam acerca da instância que deveria definir as regras de regência da instituição e seu quadro de professores. A estratégia utilizada para apreender os argumentos centrais mobilizados por eles foi inseri-los em um contexto mais amplo, identificando as redes de relação dos mesmos e os espaços de fala que recorreram a fim de legitimar seus discursos. Isso nos conduziu para a atuação e tomadas de posição de outros eclesiásticos de destacada atuação, com os quais em algumas situações nossos personagens se corresponderam ou fizeram referência.

Ademais, considera-se que abordar as clivagens manifestas no interior do corpo eclesiástico, a incluir embates específicos e circunscritos, ajuda-nos a compreender os caminhos propostos em um momento de mudanças. As discussões surgidas não se

resumiram a um conflito dicotômico em que de um lado figurava o Estado nacional brasileiro, o qual cooptou um número significativo de padres, e de outro a Igreja Católica Apostólica Romana e suas autoridades. É preciso estar atento para as abordagens historiográficas que apontam para ineficácia da atuação da Igreja e da implantação de “padrões tridentinos” em terras brasileiras.<sup>152</sup> Nesses termos o padroado fora vislumbrado como usurpador da soberania papal. Como muito bem considera Dalila Zanon, o discurso historiográfico sobre a Igreja produzido em boa parte no século XX tendeu a “privilegiar o tema dos conflitos e a extinção do padroado na nascente república brasileira, em 1890.”<sup>153</sup> Em relação ao período anterior prevaleceu a visão de uma Igreja que sofreu interferências constantes dos quadros políticos e administrativos, sendo o clero, sobretudo o secular, vislumbrado, quase de forma indiscriminada, como representantes do poder régio.

Já no século XIX, a ideia de uma monarquia que se intrometia com frequência nos assuntos da Igreja começou a ser gestada. Ela serviu como uma das justificativas para implantação das reformas “ultramontanas”, com as quais estiveram envolvidas autoridades romanas e bispos e padres brasileiros.<sup>154</sup> O movimento buscou conferir à Igreja “e especialmente ao clero, uma mentalidade romanista e universal, afastada da problemática política nacional, e feita da estrita ortodoxia doutrinal, de rigorosíssimo ético e disciplinar, de sacramentalismo e devocionalismo interiorizado.”<sup>155</sup> No horizonte da reforma, encontrava o anseio de diminuir a interferência do poder público em assuntos religiosos, promover um alinhamento com a Santa Sé e corrigir os desvios no seio do clero. Uma das

---

<sup>152</sup> Dalila Zanon abordou de maneira crítica como a visão do padroado enquanto um “cárcere de ouro da Igreja” foi instrumentalizado por historiadores em distintos contextos. Donas Filho, em 1938, foi um dos primeiros a se valer da expressão cunhada pelo diplomata brasileiro Magalhães Azeredo. Alguns intelectuais católicos como Eduardo Hoonaert e Riolando Azzi, assumiram, ainda que a partir de distinta perspectiva, essa acunha. Por fim, uma historiografia mais recente também apostou na ideia de um catolicismo absorvido pelos quadros administrativos, aqui pode ser destacado o trabalho de Guilherme Pereira das Neves sobre a Mesa de Consciência e Ordens.

<sup>153</sup> ZANON, Dalila. *Op. Cit.* 2014. p. 58

<sup>154</sup> Sobre as reformas designadas ultramontanas ver: WERNET, Augustin. *A Igreja Católica no século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Editora Ática, 1987. AZZI, Riolando. *O Altar Unido ao Trono. Um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Irmãos Justinianos, 2004.

<sup>155</sup> SANCHIS, Pierre. “Os Brasis” da Igreja Brasileira. *Revista Geraes*, nº. 46, 1987. p. 10

irregularidades que se julgava preponderar no Brasil consistia no envolvimento de padres com a política, com escritos incendiários e o suposto descaso diante de dogmas e aspectos disciplinares católicos. Riolando Azzi agregou relevância à atuação dos eclesiásticos responsáveis por assegurar a difusão desse ideário no Brasil.<sup>156</sup> Ao designá-los como “bispos reformadores” ou “bispos religiosos”, concedendo destaque à preocupação pastoral dos mesmos, o autor visou diferenciá-los dos prelados anteriores que, em sua percepção, se mantiveram mais ocupados com os assuntos seculares e administrativos das dioceses do que com as demandas espirituais dos fiéis.<sup>157</sup>

Se por um lado é incontestável o envolvimento dos padres com a vida política brasileira e com a defesa de projetos providos de controvérsias, por outro é preciso ter cautela com algumas abordagens generalizantes. Como alerta Magda Ricci, muitos dos padres envolvidos com questões políticas na primeira metade do século XIX tiveram suas atuações e projetos analisados de maneira desconectada com a suas motivações religiosas. No entanto, a condição de sacerdote e as identidades religiosas são elementos fundamentais para compreender as discussões em que eles se envolveram, bem como a projeção política do grupo e suas fissuras. Françoise Jean de Souza, ao concordar com a colocação, afirma que muitos padres foram contemplados em trabalhos historiográficos, “todavia, o foram como fazendeiros, burocratas, representantes das elites provinciais, membros das camadas médias emergentes, jornalistas e construtores da opinião pública, estadistas, mas, raramente, como sacerdotes.”<sup>158</sup> No mais das vezes foram tomados de maneira indiscriminada como defensores de um “catolicismo regalista” ou submisso ao Estado. Ela acrescenta:

---

<sup>156</sup> Segundo o autor, seis bispos precisam ser lembrados quando estudada a reforma católica no século XIX: Dom Frei José da Santíssima Trindade (Mariana, 1820-35), Dom Viçoso (Mariana, 1844-1875), Dom Cláudio Gonçalves Ponde Léon (Goiás, 1881-1890), Dom José Afonso de Moreira Torres (Pará, 1844-1858), Dom Francisco de Cardoso Aires (Pernambuco, 1868-1870), Dom Vital Maria de Oliveira (Pernambuco, 1871-1878). AZZI, Riolando. Os bispos religiosos durante a época imperial no Brasil. *Revista Convergências*, maio de 1976, ano IX, nº 92.

<sup>157</sup> Azzi, juntamente com Eduardo Hoonart, estiveram entre os mais destacados intelectuais católicos vinculados CEHILA, movimento intelectual católico alinhado a teologia da libertação. Segundo Zanon, o grupo, em grande medida, buscou no período colonial e imperial uma independência que não existia entre o poder religioso e político, o que o fez retomar a ideia da ineficácia da ação da Igreja enquanto instituição no Brasil antes da segunda metade do Oitocentos.

<sup>158</sup> SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Op. Cit.* 2010. p. 21

Poucos foram os estudos que denunciaram a existência de cruciais divergências entre o clero, no tocante não só ao entendimento dado às doutrinas da Igreja, como, também, ao modelo de relação que se deveria estabelecer entre esta e o Estado brasileiro. Mais raros ainda são os trabalhos que identificaram as batalhas políticas travadas por alguns padres no Parlamento em favor da Igreja e da autoridade da Cúria Roma. Consequentemente, temos uma produção historiográfica que foca os estudos relativos à crise entre Igreja e Estado, na chamada Questão Religiosa de 1872, e nos clérigos nela envolvidos, criando a falsa impressão de que, até então, as relações entre os dois poderes havia se dado sem maiores embates.<sup>159</sup>

Os eclesiásticos estiveram na primeira metade do século XIX entre os segmentos que mais ocuparam cadeiras no Parlamento, ajudando a conformar a elite política do período. Mesmo que esta instância não tenha sido o *locus* exclusivo de expressão das divergências entre padres, é interessante considerar as posições assumidas por eles na Câmara dos deputados e no Senado, pois tais espaços constituíram-se, sobretudo depois de 1826, como canalizadores dos mais urgentes “problemas nacionais”. Além disso, foi a intensa atividade do poder Legislativo nesse peculiar contexto que permitiu muitas das intervenções do poder público em espaços e assuntos religiosos ou ao menos tentativas nesse sentido.

A alta capacidade eletiva dos padres (nota-se que suas atividades não tiveram restritas ao âmbito local e provincial, sendo significativo o número dos que atuaram na Corte) esteve associada a uma cultura política marcadamente religiosa. Por um longo período eles se mantiveram entre os poucos indivíduos letrados e foram os principais difusores da cultura escrita. Em Minas Gerais, Luiz Carlos Villalta constatou que, entre fins do século XVIII e início do XIX, estavam entre os que mais possuíam livros.<sup>160</sup> Também conciliaram as atribuições sacerdotais com outras atividades, como a agricultura, o comércio, o ensino e a imprensa. Isso os ajudava a complementar seu ordenado – e em muitos casos, torná-los elegíveis, uma vez que para ocupar cargos no legislativo era exigida uma renda mínima – e contribuía para reforçar a influência desses homens nas localidades onde viviam. Além disso, não abriram mão de recorrer a honrarias e títulos de prestígio, o

---

<sup>159</sup> *Idem*, p. 23

<sup>160</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. A “Torpeza Diversificada dos Vícios”: Celibato, Concubinato e Casamento no Mundo dos Letrados de Minas Gerais (1748-1801), São Paulo: Dissertação de Mestrado- FFLCH-USP, 1993.



que também lhes dava visibilidade. Cerca de 80% dos padres parlamentares foram agraciados com condecorações, como a da Ordem de Cristo. Do mesmo modo, alcançar ascensão na hierarquia da Igreja foi algo que eles não dispensaram; especialmente os que chegaram a compor o Senado, dificilmente consistiam em simples párocos, mas eram (ou viriam a ser) bispos, cônegos, chantres, etc.

Os projetos trazidos à tona na Câmara dos deputados e no Senado foram capazes de conformar alianças, mesmo que estas tenham sido marcadas por pulverizações. Isso não quer dizer que os padres parlamentares se arranjaram, entre as décadas de 1820 e 30, em organizações partidárias, portadoras de estatutos ou de lideranças pré-estabelecidas, embora alguns indivíduos tenham se destacaram pela veemência ao expor suas proposições, ou pela assiduidade com que ocupavam tais cargos. Nas discussões sobre a readequação das relações entre poder político e religioso, os padres dividiram-se, *grosso modo*, em duas tendências, estando entre os temas mais polêmicos: os limites de atuação do legislativo em assuntos religiosos, como seriam estabelecidas as relações com a Santa Sé, seus ditames e autoridades, incluindo o Papa, e qual medida seria tomada diante da atuação das Ordens regulares no Brasil.

Em um dos grupos reuniram-se a maioria dos eclesiásticos que compunham a Câmara dos deputados, entre eles: Diogo Feijó, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, José Bento Leite Ferreira de Melo, José Custódio Dias, José Martiniano de Alencar, Antônio Maria de Moura, José Miguel Reinaut, Francisco José Correia de Albuquerque e o próprio Antonio José Ribeiro Bhering. De maneira geral, eles defendiam que os campos em que a Igreja católica atuava e as instituições mantidas sob sua tutela deveriam ser organizados a partir das demandas da nação, a gozar, em algumas situações, de autonomia em relação aos ditames da Santa Sé. Como pano de fundo dessa percepção encontrava um aspecto que merece ser destacado: a ideia de que a Independência do Brasil passava não só pelo fim do jugo de Portugal, mas de qualquer outro poder externo que pudesse interferir na soberania nacional.

Eles comungavam da ideia de que a religião católica deveria reestruturar-se diante das novas circunstâncias vividas e, para tanto, seria necessária a realização de reformas. O que tornava peculiar suas proposições não consistia propriamente no ideal reformista, uma

vez que tal anseio, embora com projetos distintos, era compartilhado por outros setores religiosos. Ganhava destaque o caminho sugerido para realização das mudanças. Estes padres consideravam que a reforma eclesiástica deveria ser discutida e realizada via Legislativo. Com isso, julgavam estar adequando a vivência religiosa, bem como seus espaços institucionais, “aos nossos usos e costumes”. A frase mencionada fora, em ocasiões variadas, proferida por Diogo Feijó, sujeito de mais destacada atuação do grupo e que se projetou como um mentor intelectual e político do mesmo. Segundo Magda Ricci,

Para ele estava claro que a Igreja Católica podia ser reformada pelo Parlamento civil e nos ditames da Constituição imperial de 1824, a qual atrelava a Igreja ao Estado. Este é um sentido para as disputas políticas de padre Diogo ainda muito pouco explorado. Vários foram os momentos em que o padre discutia calorosamente esta imbricação entre as reformas sociais e eclesiásticas. No entanto, ele não era o único, e essa proposta foi encabeçada pela maioria dos deputados e senadores eclesiásticos presentes no Parlamento.<sup>161</sup>

Esse argumento serviu de base para sustentar a controversa ideia de que assuntos relacionados à disciplina eclesiástica poderiam ser modificados a partir das experiências locais. A proposta para o fim do celibato clerical debatida na Câmara dos deputados em 1827 foi uma das que ficou mais conhecida, gerando grande impacto junto a Santa Sé.<sup>162</sup> Feijó foi o principal defensor do fim dessa exigência entre os padres brasileiros e teve amplo apoio de outros religiosos, como Amaral Gurgel e Antônio Maria de Moura, sujeito que em 1833 foi nomeado bispo do Rio de Janeiro, tendo a indicação recusada pelo papa Gregório XVI. Como afirma Françoise de Souza, esses religiosos “entendiam que o Estado, ao mudar alguns pontos da disciplina da Igreja, não estaria quebrando a unidade da fé, mas, tão somente, retomando o domínio sobre assuntos temporais que foram invadidos pela Igreja e que afetavam diretamente a sociedade brasileira.”<sup>163</sup>

Outra questão que unia o grupo consistia na oposição à atuação das Ordens religiosas no Brasil. Os padres regulares, como eram designados, não dependiam das

---

<sup>161</sup> RICCI, Magda. *Op. Cit.* 2002. pp. 348 e 349

<sup>162</sup> DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1938. p. 56. Sobre esta temática ver também: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformismo da Igreja no Brasil Império: do Celibato à Caixa Eclesiástica*. São Paulo: Loyola, 1985. WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>163</sup> SOUZA, Françoise. *Op. Cit.* 2010. p. 330

côngruas pagas pela monarquia, acumulavam bens materiais (sobretudo a partir de heranças) e obedeciam às regras das congregações que conformavam muitas delas estrangeiras.<sup>164</sup> Para Sandra Molina, “era imprescindível à nação que se fortalecia afastar qualquer possibilidade de construção de um Estado paralelo e autônomo que se ligasse a lideranças estrangeiras.”<sup>165</sup> Diogo Feijó afirmava que deveria ser recomendada aos bispos que não instituísem regulares estrangeiros para cargos eclesiásticos, uma vez que estes eram equiparados a um “emprego público”. Além disso, considerava que qualquer autoridade brasileira, incluindo os bispos e o arcebispo, não poderia dirigir-se ao Papa sem antes pedir permissão ao governo brasileiro.

Seguindo essa orientação foi apresentada no Parlamento em 1828 uma proposta para alienação dos bens das Ordens religiosas em favor de interesses nacionais, como para saldar dívidas, ocupar os prédios com escolas, bibliotecas, hospitais, etc. A frase de Cunha Matos, proferida quando a questão ganhou corpo nas discussões parlamentares, apresenta-se como emblemática da oposição consolidada contra as Ordens: “Que um homem queira ser frade ou jesuíta, parecerá loucura nos tempos presentes: e que se entregue à sua devoção, isso é coisa dele. Mas pra viver a custas da nação, isso não.”<sup>166</sup> É interessante pontuar que argumentos utilizados para legitimar a medida tomada no contexto das reformas pombalinas, quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Império português pela Coroa portuguesa, foram recuperados no início do Oitocentos. Os regulares foram novamente caracterizados como atrasados intelectualmente, fanáticos e usurpadores do ensino dos jovens.<sup>167</sup> Além disso, foram tomados de forma generalizada como defensores do

---

<sup>164</sup> “O clero secular deveria cuidar do cotidiano de sua vida terrena para assegurar o futuro de sua alma; enfim, tratar do *saeculum*. O clero regular, por sua vez, surgiu da necessidade de valorização da espiritualidade: era formado por monges residentes em mosteiros e conventos, cujas vidas regidas por diretrizes bastante específicas que definiam votos como caridade, castidade, silêncio, obediência e, em muitos casos, pobreza. Por pautarem-se em uma vida mais voltada à espiritualidade e à contemplação, desenvolveram um cuidado maior na preparação intelectual de seus frades e na preservação da cultura ocidental.” MOLINA, Sandra Rita, Des (Obediência), Barganha e Confronto: A Luta da Província Carmelita Fluminense pela Sobrevivência (1780-1836). Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1998. p. 7

<sup>165</sup> *Idem*, pp. 214-215

<sup>166</sup> MATO, Cunha. *Apud* BRASIL, Gérson. *O Regalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. p. 64

<sup>167</sup> Em Portugal, como pudemos verificar em bibliografia especializada, também consolidou uma forte oposição à atuação das Ordens religiosas, sobretudo na década de 1830 quando Dom Miguel e Dom Pedro IV (no Brasil, Dom Pedro I) disputavam o trono lusitano. O decreto que ficou conhecido como “mata frades”,

“jesuitismo” e da supremacia do poder papal. Mas a monarquia brasileira instituiu um novo sustentáculo para interferir na organização dos regulares: o poder legislativo.<sup>168</sup>

No outro grupo de padres parlamentares tiveram atuação destacada o arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Seixas e o bispo do Maranhão, Marcos Antonio de Souza. Esses homens também consideravam necessária a realização de reformas na estrutura da Igreja e, especialmente, na maneira pela qual se comportava o clero brasileiro. Contudo, não chegaram a encaminhar propostas reformistas para a Assembleia Legislativa, o que esteve associado ao fato deles não considerarem que era este poder o responsável por estabelecer as linhas mestras que promoveriam mudanças no segmento e nas instituições eclesiásticas.<sup>169</sup> Ainda que o grupo fosse numericamente reduzido, conseguiu consolidar uma forte oposição ao projeto reformista de Feijó e seus apoiadores. Não se pode perder de vista que contava com o respaldo da principal autoridade religiosa do país, o arcebispo da Bahia.

Esse grupo saiu em defesa de um maior alinhamento com as diretrizes de Roma e uma adequação da Igreja seguindo orientações do Concílio de Trento. Além disso, advogava a favor da manutenção da “tradição” católica e criticava as transformações causadas pelos processos que designavam “revolucionários”. Romualdo Seixas, o grande defensor das prerrogativas romanas na Câmara dos deputados e no Senado, dizia que o Papa era quem possuía o direito soberano sobre a Igreja católica e sobre os eclesiásticos

---

responsável por expulsar os regulares de Portugal, e outras medidas tomadas pelo governo liberal quase levou a um cisma com Roma. Para citar algumas obras: BRAZÃO, Eduardo. *Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. Da Revolução Francesa a Bonaparte (1790-1803)*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1973. DORIA, Luis. *Do Cisma ao Convênio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2001. PINHO, Arnaldo (prólogo). *Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009.

<sup>168</sup> Simone Domingos destaca que a discussão em torno da atuação dos jesuítas se fez presente durante praticamente todo o século XIX. Ao analisar as imagens construídas sobre a Ordem nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a autora concluiu que esse debate se baseou em dissensões, que variavam entre os que defendiam a atuação dos religiosos e destacam especialmente a sua atuação como catequizadores exemplares, “até falas críticas ancoradas numa mitologia jesuítica que delineava os loyolanos como “conspiradores” e elementos ameaçadores para o Estado, imagem que inviabilizava a integração da Ordem Inaciana na nação.” DOMINGOS, Simone Tiago. “Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886).” Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, 2009.

<sup>169</sup> Esta argumentação pode ser encontrada ao longo da tese de Françoise Jean de Souza, já citada nesta dissertação.

que a formam. Ressaltava que mesmo o direito do padroado do qual desfrutava o monarca brasileiro só existia devido uma concessão da Santa Sé. Encarregava-se de criar empecilhos para dificultar a interferência do Estado Imperial nos assuntos eclesiásticos. Para a historiadora Sandra Molina,

Um de seus pontos de luta legislativa era a defesa de uma reforma cultural, espiritual e moral do clero no Brasil. Ansiava, por uma reforma nos Seminários. Apenas a educação poderia formar sacerdotes mais conscientes de seus deveres pastorais. O clero secular deveria, assim como a Igreja no Brasil, tornar-se cada vez mais independente do Estado, e por outro lado, aproximar-se o quanto pudesse da ortodoxia de Roma.<sup>170</sup>

Nesse sentido, as proposições reformistas voltadas à Igreja deveriam ocorrer seguindo as orientações romanas, e não as nacionais. Ao corpo eclesiástico seria necessário um reordenamento de sua conduta, ele deveria estar menos envolvido com os assuntos mundanos e mais alinhado com a disciplina sacerdotal e com os dogmas católicos. Daí decorria a importância agregada à reestruturação dos Seminários episcopais conforme pregava o Concílio de Trento. As cartas pastorais e sermões de Romualdo Seixas “estiveram sempre repletos de referências ao papel fundamental desempenhado pelos Seminários como locais de “adestramento” cuja formação rígida favoreceria o surgimento de padres mais capazes de adequar-se à disciplina eclesiástica.”<sup>171</sup>

De maneira oposta ao segmento apontado anteriormente, esse grupo defendia a atuação do clero regular no Brasil, justamente pelo fato deles serem menos envolvidos com a política nacional e por respeitarem autoridades religiosas externas. Sustentaram a importância dos clérigos pertencentes a Ordens para sociedade brasileira, especialmente no que concernia ao auxílio prestado para o cumprimento dos sacramentos, a atividade educativa e a catequização dos índios. Opunham-se também a alienação de seus bens materiais, e alegavam que as corporações eram proprietárias particulares e desfrutavam do direito a propriedade como qualquer outro indivíduo. Dom Romualdo Seixas declarava ser um equívoco considerar todos os religiosos pertencentes a Ordens como jesuítas e

---

<sup>170</sup> MOLINA, Sandra Rita. *Op. Cit.* 1998. p. 188

<sup>171</sup> SOUZA, Françoise. *Op. Cit.* 2010. p. 400

indagava: “só porque eles têm hábitos são jesuítas? Isso é uma conjectura sem fundamento algum, porque poderá haver inimigos da nação vestidos de outro modo.”<sup>172</sup>

A defesa das Ordens religiosas pelo arcebispo da Bahia e pelo bispo da Maranhão associava-se ao início das reformas “ultramontanas” intensificadas na década de 1840. Os bispos engajados no movimento posto em prática em parceria com Roma depositaram justamente nas Ordens o encargo de aperfeiçoar a conduta do clero, sendo neste contexto vários Seminários episcopais entregues à administração de regulares. Foi ainda pelas ações empreendidas pelo clero regular que as ideias propugnadoras do fortalecimento de uma Igreja Universal e o alinhamento com as diretrizes do Sumo Pontífice se difundiram no território nacional. É interessante considerar que se nas décadas de 1820 e 1830 o grupo representado por Romualdo Seixas e Marcos Antonio de Souza não possuía muitos adeptos, isso se alteraria substancialmente no limiar do período Imperial. Para a pesquisadora Françoise Souza, “o Brasil, que entrou no século XIX com utópicos projetos de ver emergir em suas terras uma Igreja abasileirada, presenciou, no ocaso do Oitocentos, a formação de uma Igreja romanizada.”<sup>173</sup>

Abordar as questões que dividiam os eclesiásticos no Parlamento consistiu em importante exercício para apreensão dos dilemas enfrentados no processo de readequação das relações entre poder político e religioso após a Independência do Brasil. Entretanto, a política formal da Corte não fora o único espaço que os eclesiásticos atuaram, nem local exclusivo de debate e discordâncias. Inserimos o conflito analisado por nós, desenrolado em torno do Seminário de Mariana entre 1829 e 1835, especialmente no que referia à definição de seus Estatutos e do quadro de professores, em meio aos dilemas surgidos nesse contexto. Era vislumbrada a necessidade de reconfiguração dos poderes numa nova lógica de governança, mas não havia unanimidade acerca ao caminho a ser trilhado.

---

<sup>172</sup> SEIXAS, Romualdo. *Apud* SOUZA, Françoise. *Op. Cit.* 2010. p. 344

<sup>173</sup> *Idem*, p. 406.

## **2.2. Os Estatutos do Seminário de Mariana: Diocese *versus* Conselho Provincial de Minas**

Os esforços empreendidos por Dom Frei José da Santíssima Trindade para reabertura do Seminário de Mariana, viabilizada apenas cinco meses após ter se instalado em Minas Gerais, demonstrava a importante função atribuída pelo prelado à instituição de ensino, algo que viria a ser confirmado nos anos subsequentes do seu governo eclesiástico. Na ocasião, o bispo reformulou os Estatutos do colégio episcopal, substituindo os em vigor desde 1760. Como mencionado no primeiro capítulo, no documento Frei José expôs de forma clara que o governo do Seminário era privativo dos bispos e expressou que caberia a esta autoridade nomear o reitor, definir o quadro de professores, indicar o administrador das rendas, elencar quais conteúdos seriam ensinados e como os indivíduos que o frequentavam deveriam se portar. O que certamente ele não pôde prever quando reabriu o Seminário é que a elaboração de novos Estatutos lhe renderia grandes infortúnios.

Com a exoneração de Antonio José Ribeiro Bhering do quadro de professores, Frei José passou a ser duramente criticado pelo mesmo. O padre e professor de Filosofia conquistou apoios e utilizou espaços de fala, como a imprensa e o Conselho provincial para manifestar o descontentamento diante de sua demissão, e da maneira pela qual o bispo organizava e administrava o estabelecimento de ensino. Bhering declarava que a reforma empreendida nos Estatutos era inconstitucional, uma vez que o bispo não solicitou permissão à Assembleia legislativa para realizá-la. Diante de tal colocação, tanto o órgão supremo do legislativo nacional, quanto o Conselho provincial de Minas solicitaram esclarecimentos de Frei José acerca da questão.

Em 1821, quando o bispo de Mariana tornou públicas as novas regras de regência do Seminário, o setor legislativo brasileiro ainda não havia se organizado. Entretanto, Ribeiro Bhering considerava que a partir do momento em que a nação passou a ser regida por uma Constituição, tudo que dizia respeito à “vida pública” deveria ser definido nos limites das leis. Se necessário fosse, posturas tomadas antes da Independência ou durante o

processo de autonomização deveriam ser revistas. Dom Frei José, por sua vez, não se rendeu facilmente às cobranças e também buscou estabelecer apoios para manter viva sua autoridade diante da instituição. Seu esforço não foi em vão, uma vez que até a sua morte ao menos os Estatutos que elaborara foram mantidos no Colégio episcopal. Além disso, sua postura foi elogiada por autoridades romanas, como trataremos adiante.

O primeiro escrito no qual Frei José se pronunciou de forma categórica acerca do conflito estabelecido com Antonio José Ribeiro e da oposição que vinha sofrendo nos assuntos do Seminário datou de dezembro de 1830, e foi destinado ao Núncio Apostólico, Monsenhor Pietro Ostini. Era esta uma autoridade eclesiástica que tinha como função mediar conflitos e tomar decisões que envolviam a religião católica em territórios distantes de Roma, servindo como um representante do Papa na localidade. Após a Independência, o primeiro Núncio se instalou no Brasil no mesmo ano em que Frei José lhe escrevera. A estadia de Monsenhor Ostini em território brasileiro esteve longe de ser tranquila, ele sofreu constante oposição de políticos e redatores de jornais que não consideravam legítima sua atuação.<sup>174</sup> Para esse grupo, o monarca era quem deveria intervir nas questões religiosas manifestas em limite nacional, em vista que gozava do direito do padroado. Havia, portanto, o esforço de “monitorar a atuação da nunciatura no sentido de evitar que ela conferisse aos bispos atribuições que não lhes pertenciam, bem como de evitar que ela fomentasse uma campanha em prol das ideias ultramontanas que feriam a autonomia do poder temporal.”<sup>175</sup> De forma distinta, Dom Frei José parecia reconhecer a autoridade e as atribuições do Núncio Apostólico, uma vez que recorreu a ele para denunciar a oposição que vinha sofrendo.

Um Núncio Apostólico já havia se instalado na América antes de 1830. Tratava-se de Monsenhor Lorenzo Caleppi, que aportou no Rio de Janeiro em 1808 junto com a Corte portuguesa. Acompanhando Caleppi, deslocou-se também o secretário da nunciatura, Camilo Luigi de Rossi, que permaneceu na função até 1815, ano em que foi nomeado por Dom João VI, com a aprovação do Santo Padre, para o cargo de Cônsul Geral e Agente de

---

<sup>174</sup> HAUCK, João Fagundes; et al. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo – Segunda Época: A Igreja no Brasil do século XIX*. 3ª edição. Petrópolis: Edições Paulinas / Vozes, 1992. pp. 79-80.

<sup>175</sup> SOUZA, Françoise. *Op. Cit.* 2010. p. 341



Negócio da Corte portuguesa junto a Santa Sé.<sup>176</sup> Quando Roma reconheceu a Independência do Brasil, Rossi solicitou a nomeação, sem abrir mão do cargo que desempenhava por Portugal, para Cônsul Geral e Agente de Negócio da Corte brasileira. A solicitação não foi aceita pelos seguintes motivos: Monsenhor Vidigal, representante de Dom Pedro I no processo de negociação de reconhecimento da emancipação em Roma, afirmava “que tal alegação era inadmissível, em face da Constituição do Império”<sup>177</sup>; já marquês do Aracaty tornou público “que tal pedido não estava no caso de ser deferido, por não ser o requerente súdito brasileiro.”<sup>178</sup> Alongamo-nos um pouco na apresentação de Camilo Rossi, pois Dom Frei José se correspondeu em mais de uma ocasião com o mesmo após 1822, momento em que, ao menos oficialmente, ele não possuía mais ligação com o Brasil. Somente no ano de 1829, o prelado escreveu quatro vezes ao Cônsul português. Nas correspondências buscava promulgar a sua adesão ao Papa e às autoridades instituídas pela Santa Sé, e salientar sua repugnância em relação às proposições que feriam diretamente a ortodoxia católica.

Em uma das cartas o bispo expressou de maneira genérica as dificuldades enfrentadas: “atualmente vivo em grandes perturbações assim pelo Ministério Santo, de que erra achar indigno, como pelas circunstancias destes calamitosos tempos bem notados pelos Santos Apóstolos Pedro, e Paulo, e parece flutuar a Nau entre tantas tempestades.”<sup>179</sup> Já em outra, Frei José expôs de maneira clara quais eram os temas que o afligiam: “trabalha-se na Assembleia pela admissão da liberdade de consciência, na destruição do celibato clerical, na ruína das corporações religiosas e agora na secularização do matrimonio como contratos... E logo trabalharão em reduzir a religião a lei, como no tempo de Henrique 8º!”<sup>180</sup> O bispo alegava que floresciam “escritos e discursos bem fundados em defesa da religião e das Santas Ordenações da Igreja, porém estas verdades claras são repudiadas pela

---

<sup>176</sup> ACCIOLY, Hildebrando. *Os Primeiros Núncios no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. p. 36

<sup>177</sup> *Idem*, p. 37

<sup>178</sup> *Idem*, p. 37

<sup>179</sup> AECM: Arquivo 2, gaveta 2, pasta 8.

<sup>180</sup> *Idem*.

liberdade impune de escrever.”<sup>181</sup> Asseverava que as dificuldades eram enormes, pois os homens “probos” ao invés de terem seus escritos elogiados, eram taxados de “fanáticos”.

Se o bispo de Mariana já escrevera para um Cônsul português atuante junto a Santa Sé a fim de expor os debates que julgava inconcebíveis, dificilmente deixaria de fazer o mesmo quando uma autoridade romana, o Núncio Apostólico, foi instituída na Corte carioca. Dom Frei José comunicou-o que na reunião do Conselho da província de Minas Gerais, em princípio de dezembro, “começaram já a tratar sobre o meu Seminário Episcopal, para chamar a si a revisão e exame dos Estatutos, que eu lhe dei na sua restauração, a título de inconstitucionalidade.”<sup>182</sup> Demonstrava indignação ao assegurar que o autor do questionamento era Antonio José Ribeiro Bhering, um sacerdote criado no Seminário, por ele sustentado e provido de livros por tempo de seis anos. O bispo dizia ter sido “constrangido” a lançá-lo fora e a partir de então ele “se desmascarou em escritos públicos contra mim, contra seus mestres e contra o próprio Seminário a quem deve sua prosperidade dirigindo a incendiária folha intitulada *O Argos de Minas*”.<sup>183</sup> Como se não fosse suficiente, juntou-se a “outros demagogos naquele Conselho, que parece disposto a desacreditar o Seminário e fazê-lo odioso, para apressar a sua destruição e abandono.”<sup>184</sup>

Frei José expediu tal carta não somente como forma de relato, mas a fez principalmente para solicitar um conselho. O prelado consultava o Núncio Apostólico se deveria ou não conceder explicações ao Conselho da província acerca dos Estatutos reformulados. Ao mesmo tempo, Frei José não deixou de expor um breve histórico do Seminário de Mariana. Destacou que encontrara o mesmo sem funcionamento e salientou seus esforços para reabri-lo. Declarou também que não teria alcançado êxito se não fosse o auxílio prestado pelos “doce religiosos franciscanos”<sup>185</sup>, que o acompanharam da Bahia. Como conclusão da carta fez notória sua submissão ao Núncio e ressaltou que a indicação da postura a ser tomada lhe era de grande valia. Infelizmente, não localizamos a resposta de Monsenhor Ostini, possivelmente seus escritos estão recolhidos em arquivo relacionado a

---

<sup>181</sup> *Idem.*

<sup>182</sup> *Idem.*

<sup>183</sup> *Idem.*

<sup>184</sup> *Idem.*

<sup>185</sup> *Idem.*

nunciatura. De todo modo, Frei José continuou nos anos subsequentes sendo cobrado acerca dos Estatutos, o que leva a crer que ele recusava-se a entregar o documento ao Conselho provincial.

A adesão de Frei José a autoridade romana rendeu-lhe elogios encaminhados ao Papa. Monsenhor Ostini, em relatório, no qual descreveu sua percepção sobre a vida religiosa no Brasil, sinalizou diversos problemas. A começar pelo corpo eclesiástico que não respeitava a ortodoxia. Isso não era identificado somente entre os padres, que viviam publicamente com concubinas, rodeados de filhos, mas também entre os bispos faltava “pelo menos, o zelo que os deve distinguir e, em geral pertencem à escola da Universidade de Coimbra.”<sup>186</sup> Contudo, apontava exceções dentro desse quadro, e uma delas ficava por conta justamente da conduta de Frei José, descrita como “irrepreensível”. O bispo de Mariana foi qualificado como egrégio, zeloso e o mais seguramente afeiçoado a Santa Sé. A título de comparação, vale dizer que as impressões registradas acerca do bispo de Rio de Janeiro não foram positivas; a justificativa principal consistia no fato do prelado se ocupar “mais com as coisas políticas do que com as eclesiásticas, mais com a Câmara que presidia do que com a diocese; e pouco lhe importava ‘os grandes males espirituais’ que afligiam seu numeroso rebanho.”<sup>187</sup> Os Deputados que compunham a Câmara também não passaram despercebidos dos olhos de Monsenhor Ostini. Ele assegurava que grande parte destes políticos disseminava todo tipo de “irreligião e imoralidade”. No Senado o quadro não era muito diferente, “eram pouquíssimos os indivíduos bons e capazes que o conformava”.<sup>188</sup> Para concluir considerava que a população em geral, diante das autoridades que tinham como exemplo, tanto política quanto religiosa, só poderia comportar-se de forma pouco fiel aos princípios exigidos pela Igreja.

Como pode ser vislumbrado, o Núncio Apostólico identificou a falta de moralidade e apego à religião como uma das características principais dos habitantes do Brasil, o que tornava significativo o fato do bispo de Mariana ser elogiado por ele. Frei José parece de fato ter desfrutado de reconhecimento por parte dos Papas que estiveram à frente da Santa

---

<sup>186</sup> ACCIOLY, Hildebrando *Op. Cit.* 1949. p. 240

<sup>187</sup> *Idem*, p. 241

<sup>188</sup> *Idem*, p. 241

Sé durante o seu bispado.<sup>189</sup> Na ocasião de sua morte, em 1835, foi encaminhada ao cabido de Mariana uma carta do Núncio Apostólico, Domingos Fabbrini (sucessor de Monsenhor Ostini) em que essa informação ficava evidente. Afirmava Fabbrini: “Com tal notícia se amargurou a paternal coração de Vossa Santidade, o qual imitando os seus Santíssimos predecessores com justiça tinha o mesmo Exmo em grande estimação e consideração reputando-o como um dos católicos, virtuosos e digno bispo da cristandade.”<sup>190</sup> Não podemos perder de vista que nessa época o Brasil atravessava um momento delicado no que concerne à relação com Roma, gerada especialmente pela defesa da abolição do celibato clerical, pelos discursos dos “padres casamenteiros”<sup>191</sup> e pela recusa de Gregório XVI da nomeação de Maria Moura para a diocese do Rio de Janeiro.

É curioso pensar que uma declaração explícita de Dom Frei José sobre a expulsão de Antonio Ribeiro Bhering tenha demorado mais de um ano para chegar. Provavelmente tal delonga se explique pelo fato de até então Bhering estar a utilizar apenas a imprensa para tornar público as críticas ao bispo e a organização do Seminário. Como aludido, Frei José declarava-se contrário à liberdade de escrita e dava indícios de não considerar a “imprensa de opinião” um espaço legítimo de expressão. Por conseguinte, garantia que não dava resposta aos insultos provenientes das folhas de oposição. Frei José não se manifestou em forma de texto imediatamente depois da expulsão de Bhering, mas os redatores do jornal *O Telégrafo* encarregaram-se de responder as aversões que o bispo sofria. Num dos números Ribeiro Bhering fora acusado de tentar iniciar em Mariana, a partir da influência que exercia sobre seus discípulos, uma “seita iluminista”, a qual cultuava os “terríveis” acontecimentos franceses do século XVIII. Como afirmava o jornal “com muita particularidade aos alucinadores, adeptos a sua infernal seita, que só buscam pessoas menores de 25 anos, de cuja inexperiência havia grande esperança de proveito para

---

<sup>189</sup> Durante o bispado de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1820-1835), a Santa Sé teve em sua direção quatro papas diferentes: Pio VII (1800- 1823), Leão XVII (1823 -1829), Pio VIII (1829- 1830) e Gregório XVI (1831-1846).

<sup>190</sup> AECM: Arquivo 2, Gaveta 2, Pasta 11.

<sup>191</sup> Essa expressão foi cunhada pelo arcebispo da Bahia Romualdo Seixas. Frei José também a utilizou para se referir aos padres que advogavam a favor do fim do celibato.

completamente de seus intentos.”<sup>192</sup> Bhering por seu turno não deixava de rebater as ofensas recebidas, fomentando uma verdadeira guerra panfletária, da qual mesmo que de maneira indireta Frei José participava.

Em outra correspondência, dessa vez direcionada à Augusta e Apostólica Assembleia Legislativa, datada de 1831, Dom Frei José voltou a reclamar de maneira enfática acerca das intervenções feitas por parte do Conselho provincial em assuntos que, na sua concepção, diziam respeito somente ao bispado. No pronunciamento, ele deixou mais uma vez transparecer que considerava a administração do Seminário como uma incumbência da diocese. Como pode ser vislumbrada a seguir, a sua argumentação baseava-se no Concílio Trento e em bulas e decretos provenientes da Igreja, todos datados de antes da Independência.

Parece forçoso na sabedoria dos mesmos conselheiros, que o governo privativo do Bispo de Mariana entre nas suas discussões, e resoluções [...] Sempre lhe aqui foi respeitado o Decreto do Sagrado Concílio Tridentino na Sessão 23 cap. 18 para a criação, e conservação dos Seminários Episcopais, encarregando aos Bispos toda a sua administração, e governo, e os alvarás de 11 de outubro de 1786, o de 22 de março de 1796, e o de Maio de 1805 o aprovarão, e protegeram assim, e da mesma forma, que o mesmo Concílio, e outros muitos, e bulas Apostólicas ordenarão como defensores, e protetores dos cânones sagrados: mas o Conselho geral dessa Província solicita que o Seminário Episcopal de Mariana subscreva a novas fórmulas, bem como aconteceu com a pastoral de 28 de outubro.<sup>193</sup>

Frei José afirmou estar sendo muito pressionado pelo Conselho e, por isso, solicitava proteção da Assembleia Legislativa. Salientava que “o mesmo bispo ou [deveria] ser fiel aos seus juramentos na defesa e observância da disciplina e cânones da Igreja, ou obedecer às atas do Conselho e ser perjuro.”<sup>194</sup> O prelado concluía em tom de lamúria que “de outra sorte não pode viver o bispo entre tantos conflitos, e perturbações, que aumentam a desordem, e desconfiança entre o pastor e as ovelhas”.<sup>195</sup> Sugerimos que nesse momento Frei José recorreu à Assembleia Geral por considerar que o Conselho provincial estava excedendo o que lhe era concedido enquanto poder decisório. O órgão político superior a

---

<sup>192</sup> APM: *O Telégrafo*, n° 189.

<sup>193</sup> AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 14.

<sup>194</sup> *Idem*.

<sup>195</sup> *Idem*.

ele poderia ser, portanto, responsável por frear suas ações. Ademais, Frei José lembrava que não era esta a primeira ocasião que o Conselho da Província proferia ataques contra ele e se intrometia em assuntos religiosos.

Não foi sem razão, que o bispo representou sobre a violência, e injustiça que aquele Conselho lhe havia feito a qual bem se mostra das suas atas esperando, que se lhe dessem providencias para não progredir em outras acusações nas atas das autoridades, e Jurisdição Episcopal, e no Governo desta Diocese, cujas violências verificaram-se nas seguintes reuniões do sobredito Conselho, e se mostram nos documentos n° 3°=4°=5° e 6° cujos procedimentos anunciavam a predisposição de alguns dos Conselheiros contra o atual bispo de Mariana, que tinha herdado a sorte de seus predecessores.<sup>196</sup>

A percepção de Frei José acerca de como deveriam estar dispostas as fronteiras entre poder político e religioso ficou clara em uma carta pastoral escrita em 1832. No documento, o prelado buscou definir como deveria constituir-se o Beneplácito Nacional sobre as matérias eclesiásticas. De início esclareceu que o reino de Deus era todo espiritual, não sendo legítima a intromissão do poder temporal em assuntos religiosos. Afinal, como ele afirmava “Jesus Cristo fundou sua Igreja, legislou, e mandou os apóstolos a todas as nações, e nem por isso requereu licença de Cezar.”<sup>197</sup> Os governantes, por sua vez, acolheram a Igreja católica e os preceitos pelos quais ela estava organizada, sem ter o direito de intervir em matéria de fé, doutrina e disciplina. Segundo Frei José, para conservação desses preceitos universais foi instituído o Papa, “concedendo-lhe não só a primazia de honra, mas também o poder e jurisdição sobre toda a Igreja Universal, como a Fé nos ensina, e cuja posse pacífica sempre gozarão os Romanos Pontífices, onde sempre residiu o sobredito poder.”<sup>198</sup> Nas localidades, esse poder se estendia aos pastores da primeira ordem, isto é, sobre aos senhores bispos. Não cabia aos monarcas qualquer possibilidade de interferência nas leis eclesiásticas, caso houvesse alguma intromissão o reino espiritual estaria ameaçado pelos caprichos e paixões dos chefes políticos. Ele argumentava:

---

<sup>196</sup> *Idem.*

<sup>197</sup> AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 9.

<sup>198</sup> *Idem.*

É fútil, portanto adjeções sem aqueles, que talvez para adoração dizem que os príncipes ou as autoridades seculares podem obter a execução das leis eclesiásticas em razão de direito e dever que tem de manter o direito das gentes. Tanto é absurdo dizer que o poder temporal pode intrometer em matérias eclesiásticas independentemente de qualquer concessão, ou concordata com a Igreja, como dizer que a Igreja tem poder de ingerir-se em matérias totalmente cívicas ex. gr. [sic] alistar soldados, franquear esquadrões, declarar guerra. Portanto o Beneplácito ou Acesso régio não é essencial as Leis, ou determinações da Igreja, salve dando-se o conduto e concordância de os príncipes ou poder temporal hoje que são privilégio de intervenção, não foi assim no princípio.<sup>199</sup>

Dom Frei José seguia dizendo que não fora sempre que os monarcas gozaram do direito de nomear os bispos para as dioceses. Para esclarecer tal afirmação, indagava: “A quem deve pertencer e prover o culto religioso, escolher e investir com as qualidades correspondentes ao sublime Ministério eclesiástico, Ministério de paz e conciliação entre o Deus vivo, senão a mesma Igreja?”<sup>200</sup> Pensando em perspectiva histórica, asseverava que o primeiro governante que “nessa parte invadiu os direitos da Igreja foi Constâncio filho de Constantino. (...) Depois deste muitos outros príncipes invadiram o direito da Igreja, mas a Igreja quanto pode, sempre reclamou.”<sup>201</sup> Frei José argumentava que, em situações específicas, os príncipes foram condecorados “com o privilégio do Acesso Real, e se estabeleceram concordatas entre os dois poderes para melhor harmonia”<sup>202</sup>, contudo, jamais foi atribuído ao poder político o direito de intervir em assuntos estritamente religiosos como, por exemplo, a organização interna das dioceses.

No que concerne especificamente às relações entre Estado brasileiro e Igreja católica, Frei José explicava que “se o Imperador do Brasil por si, e seus ministros entram no exercício de muitas matérias eclesiásticas, é pelo privilégio do padroado; mas nunca pôde subir fora ou passar além do que lhe foi concedido, sem a Santa Sé ser ouvida.”<sup>203</sup> A última colocação a esse respeito consistia nos efeitos gerados, caso o poder político avançasse a fronteira jurisdicional reservada aos setores eclesiásticos: “se o poder temporal pudesse intrometer-se nas leis já estabelecidas pela Igreja toda a harmonia religiosa se

---

<sup>199</sup> *Idem.*

<sup>200</sup> *Idem.*

<sup>201</sup> *Idem.*

<sup>202</sup> *Idem.*

<sup>203</sup> *Idem.*

tornaria uma confusão; perigariam as consciências, desapareceria a paz, e a mesma sociedade deveria dilacerada aos golpes de perseguição.”<sup>204</sup>

Antes de findar a pastoral, Frei José teceu ainda consideração acerca de outro tema: o patrimônio material pertencente à Igreja. O prelado afiançava que a Igreja católica gozava do direito à propriedade como qualquer outro proprietário do Estado. <sup>205</sup> Isso “porque N. S. Jesus Cristo, redentor e fundador da sua Igreja, quando disse aos dirigentes que o seu Reino não era desse mundo, não lhes tirou a natureza de homens, e de viventes; nem lhes tirou o direito de viverem de seu trabalho.”<sup>206</sup> Além de desfrutar do direito de posse dos edifícios que lhes foram doados por sujeitos que recorriam ao socorro da Igreja, tinham também o direito de receber doações dos fiéis pelos serviços prestados e distribuir, mediante a intervenção dos bispos, entre os sacerdotes. Destarte, os “frutos oferecidos a Igreja são tanto temporalidades da Igreja e de sua propriedade como são direito da Nação as contribuições que pagam os povos a quem administra a justiça, conserva a paz, e defendem suas vidas e propriedades.”<sup>207</sup>

Já Antonio José Ribeiro Bhering inseria-se entre os defensores da intervenção do poder temporal em questões religiosas manifestas nos limites da nação. Como dito, ele esteve entre os conselheiros da província empenhados em tirar o sossego de Frei José e questionar a maneira pela qual o mesmo desenhava a linha definidora do que cabia ao poder público e ao religioso. Em relação ao Seminário de Mariana, como tratamos anteriormente, Frei José considerava ser de sua responsabilidade o estabelecimento das regras de regência da instituição e, por isso, considerou as cobranças do Conselho uma intromissão em assuntos da diocese. Já Ribeiro Bhering defendia que os Estatutos deveriam ser aprovados pelo Conselho provincial e pela Assembleia Legislativa, em vista que era essa uma temática de interesse nacional. Em meio às atas das sessões do Conselho, ficou registrado que Bhering acusou o bispo de ser uma autoridade omissa, devido à demora e à resistência em responder as questões que lhe eram postas:

---

<sup>204</sup> *Idem.*

<sup>205</sup> Frei José definia o que entendia como direito de propriedade: “Um dos direitos de propriedade é a faculdade que cada um tem de usar e dispor do que é seu”. *Idem.*

<sup>206</sup> *Idem.*

<sup>207</sup> *Idem.*



O senhor Bhering disse que autoridades que se inculcavam de muitas exatas e virtuosas, e que incessantemente clamam contra a liberdade de nossos tempos, eram as mais omissas, em cumprir com os seus deveres, porque tendo pedido a mais de mês ao Exmo. bispo de Mariana a cópia dos Estatutos do Seminário daquela cidade, até agora não se tinha remetido, para tanto requerias que de novo se oficiasse instando pela remessa.<sup>208</sup>

Ribeiro Bhering ia além de solicitar as normas de regência formuladas por Frei José. Como também expôs nas sessões do Conselho, considerava que o Seminário necessitava “de uma nova administração e de ser regulado por novos Estatutos para assim preencher os fins de sua instituição e ser útil não só a mocidade que se dedica ao estado eclesiástico, como aos outros ramos da educação civil.”<sup>209</sup> Partindo dessa percepção, propôs que Mariana fosse transformada em um centro de estudos preparatórios para o ingresso nos cursos superiores do Brasil, sobretudo na Academia Jurídica de São Paulo. O projeto era justificado pela necessidade de congregar em um só lugar as cadeiras que se encontravam espalhadas por Minas Gerais, o que seria de grande valia aos estudantes. Para tanto, as matérias de Geometria e Filosofia, já providas em Ouro Preto, seriam transferidas para Mariana, e seria criada uma disciplina de Língua francesa. Mariana era caracterizada como o local mais apropriado para congregação de todas as aulas, pois oferecia “as necessárias proporções e comodidade aos estudantes, que houverem de concorrer de diversas partes da província, [o que levava a transferir para aí as mencionadas cadeiras lembrando ao mesmo tempo a vantagem que resultará de se darem todas as lições no Seminário].”<sup>210</sup> A escolha da cidade não era aleatória, justificava-se pelo fato de ser sede da diocese e onde estava instalada uma das principais instituições de educação de Minas Gerais. Ademais, é preciso dizer que para tanto o Seminário não deixaria de ser um local destinado à formação de padres.

Em um momento posterior (1832), quando Ribeiro Bhering não mais compunha o Conselho, foi apresentada outra proposta para promover o progressivo melhoramento das três casas de educação que existiam na província: o Seminário de Mariana, o Colégio do

---

<sup>208</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, Notação CGP 3/1 Cx. 03

<sup>209</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, Notação CGP-03

<sup>210</sup> AECM: Arquivo 2, Gaveta 2; Pasta 2.

Caraça e o Colégio de Matosinho de Congonhas, todos administrados por religiosos, o primeiro pela diocese e os dois últimos por Ordens regulares. Quem assinou o projeto foi Batista Caetano de Almeida e a justificativa apresentada consistia no fato dele estar “convencido de que a direção dada à educação nos mesmos não é conforme as luzes do século em que vivemos, nem tão bem é capaz de imprimir nos ternos corações da juventude mineira amor à pátria, e as instituições que felizmente nos regem.”<sup>211</sup> O projeto foi descrito e elogiado por Ribeiro Bhering no jornal *O Homem Social*, do qual Bhering fora provavelmente o único redator. O periódico era impresso na Tipografia Marianense, possivelmente a primeira instalada na sede do bispado, tendo em vista que a maioria dos periódicos eram impressos em Ouro Preto, capital da província. Os assuntos do termo de Mariana, os projetos do Conselho e as resoluções do poder legislativo foram temas que apareceram com frequência no *Homem Social*. No escrito mencionado, Ribeiro Bhering comentou outros projetos do Conselho da província, além do de Batista Caetano. Na mesma proporção que teceu elogios ao Conselho, cobrou agilidade da Assembleia Geral na leitura e aprovação das proposições provenientes do âmbito provincial. Aliás, foi este um tema recorrente nas páginas do periódico, sendo que como saída para tornar mais ágil este processo, Bhering defendia a necessidade de conceder capacidade legislativa à esfera de poder provincial.<sup>212</sup>

Batista Caetano foi um comerciante da Vila de São João Del Rei, importante interposto comercial devido à proximidade com a Corte. O ofício de comerciante foi introduzido por um tio. Durante a juventude “não teve estudos regulares, porque em São João somente havia uma aula de gramática latina, e nem outra escola de educação secundária, nem imprensa.”<sup>213</sup> Mesmo com uma parca formação educacional dedicou-se à editoração de jornais e foi uma figura política proeminente na província. Fora ele o responsável por criar o primeiro periódico da Vila que residia, *O Astro de Minas* e por fundar uma biblioteca pública na localidade. Destacou-se ainda “pela postura ‘civilizatória’ e filantrópica, externada pelo investimento pessoal na educação de ‘seus irmãos e à

---

<sup>211</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, Notação CGP-07.

<sup>212</sup> BN: *O Homem Social*, nº 47, 1832.

<sup>213</sup> SILVA, Wlamir. *Op. Cit.* p. 111

população da cidade’.”<sup>214</sup> Ainda em São João foi vereador, juiz de paz e membro da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia. Na esfera provincial ocupou cadeira no Conselho e na Assembleia Legislativa, a partir de 1835. Foi também Deputado geral eleito por Minas Gerais na segunda (1830-33), terceira (1834-37) e quarta legislatura (1838-41). Não chegou a concluir este último mandato, pois faleceu em 1839. Em vários números do jornal *O Novo Argos*, período em que Ribeiro Bhering também foi redator, foram feitas alusões e publicados excerto do *Astro de Minas*. Além das citações, um segundo elemento tornava explícito o compartilhamento de escritos e ideias entre estes sujeitos: a subscrição do *Argos* poderia ser feita na Tipografia do *Astro*, em São João, mediante o pagamento de 800 rs. por trimestre ou 80 rs. por folha avulsa.<sup>215</sup>

Assim como na proposta de Ribeiro Bhering, Batista Caetano julgava ser necessário que as instituições de ensino de Minas Gerais estivessem disponíveis para receber disciplinas criadas ou transferidas pelo Conselho provincial. Em sua argumentação, a medida certamente traria melhorias, pois “as cadeiras disciplinares isoladas nenhum proveito tem dado a mocidade mineira, quando nos colégios e de baixo da direção de um plano regular e metódico de estudos, tal qual o Conselho apresenta em sua proposta, vantajoso resultado haverá a favor da instrução e da moral pública.”<sup>216</sup> Em outras palavras, as casas de educação demandavam nova organização, que deveria ser estabelecida pelo poder político. No que concerne especificamente ao Seminário de Mariana, Batista Caetano destacou que preponderava na instituição uma desorganização em termos administrativos e financeiros. Segundo o projeto de reforma elaborado pelo Conselho, até a década de 1820 não existiam Estatutos que regulavam a instituição, “o atual prelado disse que eles se haviam perdido, pelo o que organizara outro em 1821, o que induz o Conselho a supor que

---

<sup>214</sup> *Idem*, p.111

<sup>215</sup> Tal informação pode ser lida no cabeçalho de qualquer número do jornal *O Novo Argos*. A subscrição poderia ser realizada também na Tipografia Patrícia do Universal, em Ouro Preto, onde a folha era impressa, na casa do redator nesta mesma cidade e no Tijuco, na Tipografia do periódico *Eco de Minas*. Durante todo ano de 1829 e 1830 o jornal podia ser adquirido nestas tipografias. Contudo a partir de 31 a subscrição do *Argos* passou a estar disponível somente na Tipografia do Universal.

<sup>216</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, Notação CGP-07.

por muito tempo as rendas do Seminário estiveram sujeitas ao árbitro dos reitores e procuradores.”<sup>217</sup>

A proposta era composta por doze artigos e contemplava os três estabelecimentos de ensino, todos, como dito, administrados por religiosos. Nela ficou definido que o Conselho provincial concederia auxílio financeiro às casas de educação, em troca seria admitido certo número de alunos pobres e acatadas as decisões tomadas na instância política provincial. Os estudantes desprovidos de meios seriam indicados pelas Câmaras municipais e “além das demais matérias disciplinares se aplicarão no 5º ano nos estudos elementares de agricultura e noções gerais de zoologia e botânica” e, quando concluído este curso, seriam nomeados “lentes das cadeiras preparatórios dos seus respectivos municípios.” As matérias disciplinares seriam reguladas por um plano de estudos aprovado pelo Conselho e ao presidente desse órgão seria reservado o direito de “transladar para cada um destes colégios qualquer das cadeiras disciplinares já criadas de ora em diante”. Os bens de raízes e móveis seriam inventariados por “autoridade territorial competente, a qual procederá em tudo na conformidade das leis.” Os administradores dos colégios seriam obrigados a apresentar ao presidente da província relatórios circunscritos “acompanhado da receita e despesa.” Possivelmente referindo-se ao Seminário de Mariana, definiu-se que o bispo continuaria responsável pela formação dos sujeitos desejosos de tornarem-se padres, “assim como pela nomeação dos lentes de Teologia moral e dogmática, procedendo contudo concurso na forma das leis.” Por fim, e expressando o anseio manifesto por parte do Conselho de definir as regras de regência do Seminário de Mariana, do Colégio do Caraça e do de Matosinho, se deliberou que o presidente do Conselho nomearia “todos os anos uma comissão para examinar os citados estabelecimentos, quer na parte administrativa, quer na científica, e

---

<sup>217</sup> APM: Fundo Conselho Geral da Província, Notação CGP-07. Esta afirmação de que os estatutos anteriores à Frei José tinham se perdido é curiosa, uma vez que o próprio bispo afirmava estar formulando novas normas de regência, pois considerou as existentes demasiadas incompletas: “Tratou até aqui do governo temporal deste Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, deram-se as regras do Reitor e vice-reitor para boa economia dele (visto que ele não tinha) por cuja falta pode ser que paralisasse a sua realização.” AECM: Arquivo2; Gaveta 2; Pasta 36. A informação grifada nos leva a crer que ele teve contato com os estatutos formulados por Frei Manuel da Cruz. Além disso, este documento foi localizado em meio aos documentos do primeiro bispo de Mariana e publicado na década de 1950.

literária, e nas vistas das informações obtidas apresentará ao Conselho as medidas, e reformas que os mesmo precisarem.”<sup>218</sup>

Como pode ser vislumbrado, além de delimitar como seriam organizadas as instituições, caberia ao espaço de poder provincial investir recursos financeiros e dotar os estabelecimentos de um novo plano econômico; vigiar como estavam sendo desenvolvidos os trabalhos através de relatórios e de comissões encarregadas de visitar periodicamente os estabelecimentos; definir os planos disciplinares; e instituir aulas e professores sempre que preciso julgasse. Uma preocupação específica era demonstrada em relação aos alunos pobres, que passariam a ter um número de vagas reservadas. Esses jovens já tinham seu futuro definido: possivelmente não seguiriam para os estudos universitários, e sim servirem como professores em cursos preparatórios em seus municípios. O bispo diocesano não ficaria totalmente sem função. A ele caberia coordenar o ensino destinado aos jovens que ambicionavam se tornar padres e nomear os professores de Teologia. Mas, mesmo esta última atribuição deveria ocorrer em consonância com as leis, o que provavelmente seria através da submissão dos candidatos a exames públicos.

Quando Antonio José Ribeiro Bhering ocupou cadeira na Câmara dos deputados, defendeu um projeto que dialogava em algumas medidas com esse. Denunciando o abandono em que se encontrava o ensino no Brasil, propôs a criação de Seminários em todas as dioceses. Para tornar viável a proposta sugeriu que o “governo geral arcasse com os fundos necessários à construção destes Seminários, utilizando-se, para tanto, de quantas loterias forem necessárias para a conclusão das obras, bem como da subscrição voluntária dos diocesanos e das multas provenientes de impedimentos eclesiásticos.”<sup>219</sup> O projeto demonstrava que Ribeiro Bhering não considerava a criação e a manutenção dos colégios episcopais como uma incumbência somente da Igreja. Do mesmo modo, corrobora para sustentar a afirmação de que ele agregava a esse tipo de instituição um relevante papel no campo educativo.

---

<sup>218</sup> Todos os trechos citados neste parágrafo são provenientes do mesmo documento: APM: Fundo Conselho Geral da Província, Notação CGP-07.

<sup>219</sup> *Apud* SOUZA, Françoise. *Op. Cit.* 2010. p. 382

A defesa dos Seminários não era uma unanimidade entre o grupo de padres que defendia a realização de reformas no campo eclesiástico via legislativo, do qual Bhering sem dúvida fazia parte. Segundo Françoise Souza, para a moralização do clero, Diogo Feijó, apoiado pelos padres que ficaram conhecidos como o “grupo paulista”, “preferiram deixar de lado as orientações tridentinas de valorização dos seminários, pois se opunham aos métodos de formação clerical aplicado em internatos, onde os candidatos ao sacerdócio isolavam-se do mundo.”<sup>220</sup> Defendiam que formação educacional dos mesmos deveria ser iniciada pelos párocos e para complementar o ensino seriam organizadas “conferências eclesiásticas” nas paróquias. Com esse modelo, o grupo reproduzia a educação que havia recebido em São Paulo, “isto é, uma formação ilustrada, que prezava a moral e a disciplina religiosa, mas que, ao mesmo tempo preparava os sacerdotes para viverem integrados e atuantes na sociedade.”<sup>221</sup> Se comparado com o “grupo paulista”, Ribeiro Bhering diferia-se em relação ao tipo de estabelecimento destinado à formação eclesiástica, uma vez que permanecia atribuindo relevância aos Seminários diocesanos. Contudo, não se distanciava do modelo de formação propriamente dito. O que queremos dizer é que ele também advogava em favor da formação de padres que fossem atuantes política, social e culturalmente, e não um segmento destacado da sociedade civil. Ensinaamentos que preparassem os indivíduos para contribuir com o progresso da nação e com a ordem pública era importante a todos os homens, fossem aspirantes a carreira eclesiástica ou não. Sua própria trajetória enquanto eclesiástico, professor, político e jornalista pode ser tomada como exemplo dessa percepção.

Outro ponto que merece ser explorado no argumento de Ribeiro Bhering consiste no fato dos eclesiásticos deverem submissão em primeira instância à monarquia brasileira. No jornal *O Novo Argos*, ele enfatizava que entre as missões que lhe seriam reservadas enquanto escritor público destacava-se a de “censurar com toda prudência possível àquelas autoridades que pouco afetas a causa da nação ousam tocar com mão sacrílega na Arca Santa da constituição.”<sup>222</sup> Do mesmo modo, caberia ao escritor do jornal a função de

---

<sup>220</sup> *Idem*, p. 381.

<sup>221</sup> *Idem*, p. 381

<sup>222</sup> BN: *O Novo Argos*, nº 1, 1829.

repreender com moderação os “empregados públicos” que não desempenhassem bem a função que lhes era reservada na sociedade. O bispo diocesano, assim como o comandante das armas e o presidente da província, estava entre as autoridades que devido ao importante cargo ocupado deveria ter suas ações constantemente monitoradas.

Foi o que ocorreu com Frei José, seus feitos foram foco de frequente vigília, bem como de recorrentes censuras. Em uma delas o prelado foi repreendido por estar ordenando candidatos ao sacerdócio sem que estes tivessem manifestado publicamente adesão ao pacto social brasileiro. “Sendo o Ministério Eclesiástico em nossa opinião e na de grandes homens Emprego Público, não se deve conferir ordens aqueles que não tiverem jurado a Constituição.”<sup>223</sup> Tal juramento deveria ser comprovado mediante um certificado assinado pela Câmara municipal de Mariana. Julgava “muito prudente esta advertência, até porque S. Rmo. por esta maneira mostraria ao público, que os clérigos são constitucionais de coração e por obrigação.”<sup>224</sup>

Além dos eclesiásticos serem obrigados a manifestar adesão a Constituição, Ribeiro Bhering defendia que o Seminário de Mariana deveria ser um local que poderia ser desfrutado por “qualquer” indivíduo desejoso de se instruir. A instituição não poderia estar submetida às vontades e partidarismos do prelado que estivesse em seu comando, e sim seguir as legislações e projetos educacionais discutidos nos gabinetes estatais. Não só considerava os eclesiásticos funcionários da monarquia, como assegurava que os bens de raízes da Igreja, em sua maioria herdado, deveriam estar a serviço da nação e do bem público. No trecho que segue, publicado no jornal *O Universal*, Ribeiro Bhering respondeu ao redator do *Telégrafo*, designado como “J.C.” acerca da doação do prédio onde estava instalado o colégio episcopal de Mariana.

O Seminário J. C., é do público: o doador, que mimoseou o público com prédios rústicos, e urbanos, que formam o patrimônio do Seminário, teve por fim na sua doação o bem público, e não a opulência da Mitra. Se o Sr. Tesoureiro de ausentes, que representa os herdeiros do finado doador lesse a escritura de doação, [...] e então J. C. veria de quem é o Seminário.<sup>225</sup>

---

<sup>223</sup> BN: *O Novo Argos*, n° 5, 1829.

<sup>224</sup> *Idem*.

<sup>225</sup> APM: *O Universal*, n° 357, 1829.

Antonio José Ribeiro Bhering depositava confiança no poder Legislativo e na possibilidade de alterar por seu meio o que dizia respeito à vida em sociedade. Assim, não teria problema, em sua concepção, que as normas de regência do Seminário, a escolha dos mestres e os conteúdos ensinados fossem definidos nos limites das leis. Ele não se encontrava sozinho nessa percepção. A ideia de que os espaços religiosos poderiam ser organizados e reformados por meio do Legislativo foi compartilhada pela maioria dos eclesiásticos que tiveram destacada atuação política a no período, como dito no tópico anterior. Já para Frei José, a administração do Seminário de Mariana deveria ser realizada pelo bispo, o qual estaria alinhado com a Santa Sé. Ele não negava a autoridade dos legisladores, nem era contra a Constituição, mas considerava que em assuntos religiosos eles não deveriam intervir.

Por fim, é importante dizer que embora Antonio José Ribeiro Bhering tenha conseguido expor suas proposições acerca dos Estatutos do Seminário no Conselho Provincial e na imprensa, elas não foram acatadas pelo bispo. Permaneceu valendo até a sua morte, e mesmo no episcopado seguinte, a supremacia da diocese e do prelado nos assuntos do Colégio episcopal de Mariana. Por outro lado, uma intervenção no quadro de professores da instituição de ensino por parte do setor público se efetivou. Em 1832, foram proibidos de ministrar aulas no Seminário e expulsos da província de Minas, em decreto assinado por Diogo Feijó, os professores de Filosofia e Teologia, nomeados por Frei José. Tratava-se de Frei Manoel do Espírito Santo e Frei Antônio da Conceição, frades franciscanos que acompanharam o bispo da Bahia. A medida esteve associada à oposição consolidada contra a atuação das Ordens religiosas no Brasil.

### **2.3. Os franciscanos expulsos: intervenção no quadro de professores do Seminário**



No início de 1832, diante de forte oposição e críticas contundentes, os religiosos franciscanos que acompanharam Dom Frei José da Santíssima Trindade da Bahia foram obrigados a se retirar da província de Minas Gerais e recolher-se em seus conventos. Frei Manoel do Espírito Santo e Frei Antônio da Conceição eram, como o bispo, nascidos em Portugal e foram transferidos para Brasil em missão religiosa pela Ordem que conformavam. Em Mariana, ocuparam-se dos assuntos diocesanos, especialmente dos relacionados ao Seminário Episcopal. Frei Manoel do Espírito Santo fora professor de Filosofia e secretário do prelado e Frei Antônio da Conceição, lente de Teologia e procurador da fazenda do Seminário.<sup>226</sup> O ofício que explicitava a expulsão foi assinado por Diogo Feijó, na ocasião Ministro da Justiça. A medida foi tomada pelo futuro regente do Império após receber uma correspondência de Manuel Ignácio de Mello e Sousa, que proferiu os seguintes dizeres:

Tendo eu perdido as esperanças de fazer entrar na marcha constitucional os religiosos Frei Manoel do Espírito Santo e Frei Antonio da Conceição que para aqui acompanharam o Reverendíssimo Bispo Diocesano, empregando para isso todos os meios a meu alcance públicos e particulares a fim de conseguir que os mesmos se mostrassem interessados no progresso da nossa ordem que os negócios do Estado tem seguido, vejo-me na precisão de expor com franqueza a Vossa Excelência para levar ao conhecimento da Regência em nome do Imperador que pela medida de serem recolhidos estes religiosos a seu convento muito importa a tranquilidade desta província.<sup>227</sup>

Manuel Inácio de Mello e Sousa, na ocasião Presidente da província mineira, foi uma figura política conhecida. Nascido em Portugal e formado em direito pela Universidade de Coimbra, ocupou no Brasil o cargo de Juiz de Fora e de Desembargador. Além disso, compôs a primeira Junta de Governo de Minas Gerais, foi membro do Conselho e da Assembleia Legislativa da mesma província, da Câmara dos deputados e do Senado. Foi também proprietário de uma extensa fazenda, onde hoje está localizada a

---

<sup>226</sup> Como apontado no primeiro capítulo dessa dissertação, quando Frei José reabriu o Seminário, em 1821, Frei Manoel do Espírito Santo foi instituído professor de Filosofia. Não sabemos por qual motivo, Bhering foi provido, provavelmente em seu lugar, como lente da cadeira em 1827. De qualquer modo, é significativo considerar que com a sua expulsão, Frei Manuel foi novamente designado professor da matéria. Depois de 1832 não conseguimos identificar quem passou a ministrar a aula de Filosofia no Seminário, talvez ela tenha sido suspensa.

<sup>227</sup> AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 26.

cidade de Ponte Nova, o que lhe rendeu o título de Barão de Pontal.<sup>228</sup> Em relação aos frades Antonio da Conceição e Manuel do Espírito Santo, Mello e Sousa explicava que a imprensa mineira há algum tempo vinha tratando da falta de adesão destes religiosos a Independência do Brasil. Com a mesma intensidade expunha-se

a temerosa e impolítica animosidade com que constantemente ensinavam no Seminário a doutrina do poder dos Reis em oposição ao Artigo 12 da Constituição do Império, animosidade que para mais escandalosa e insuportável se torna depois dos gloriosos acontecimentos do dia sete de abril, sendo certo que parte do tempo das lições que explicam no Seminário é consumida em divagação acriminosa [*sic*] contra a liberdade públicas e legais.<sup>229</sup>

O décimo segundo artigo da Constituição de 1824 compunha a sessão intitulada “Dos Poderes, e Representação Nacional”. Consistia no espaço onde estava definido que os representantes da nação eram o Monarca e a Assembleia Geral, e que a divisão dos poderes, Legislativo, Judiciário, Executivo e Moderador, traduzia-se no “princípio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e [n]o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias, que a Constituição oferece”.<sup>230</sup> O aludido Artigo fechava a sessão assegurando que “todos estes Poderes no Império do Brasil são delegações da Nação”.<sup>231</sup> Em contrapartida, ao serem acusados de se posicionarem contra esse pressuposto definido no pacto social do Império, os frades foram tachados de defensores do poder absoluto do monarca. Essa posição ficaria clara na medida em que, segundo as palavras de Mello e Souza, os franciscanos se opuseram a abdicação de Dom Pedro I, no dia sete de abril de 1831. Mas um elemento parecia agravar todo quadro de dissidência política: o fato dos frades utilizarem as salas do Seminário para difundir doutrinas que se chocavam com o sistema constitucional brasileiro e que caminhavam em oposição à soberania da nação.

Somava-se a tais alegações outro elemento apresentado como o estopim para o pedido de expulsão de Frei Manoel do Espírito Santo e Frei Antonio da Conceição. Eles

---

<sup>228</sup> SILVA, Wlamir. *Op. Cit.* 2009. pp. 109-110

<sup>229</sup> AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 26.

<sup>230</sup> Constituição de 1824. Disponível em:

([http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v1\\_1824.pdf?sequenc e=5](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf?sequenc e=5))

<sup>231</sup> *Idem.*

foram apontados como os difusores do boato que atingiu a “populância indiscreta, que havia quem pretendesse insultar o reverendíssimo bispo” sendo os responsáveis pelos “tumultos que tiveram lugar na quarta-feira de Trevas na cidade de Mariana.”<sup>232</sup> Diante do suposto perigo que Frei José estava exposto, depois da missa em um período que antecedia a Semana Santa, o prelado foi para o Palácio episcopal escoltado pelo juiz de paz. Em seguida homens percorreram as ruas “dando horrorosos gritos de morram os Republicanos”.<sup>233</sup> Como se não bastasse, a “multidão” dirigiu-se para a residência Bernardo Accursio Nunan, na ocasião redator do jornal *Estrela Marianense* e secretário e vereador da Câmara municipal de Mariana “arrombou as portas com golpes de foice e desferiu contra ele uma série de insultos.”<sup>234</sup> Ainda como repercussão do boato, “homens honrados” foram hostilizados por “protetores” de Dom Frei José e foi apresentada uma encenação provocativa na sede do bispado, quando a cidade estava cheia de moradores de Arraiais próximos.

O Sr. Mello e Sousa (hoje Presidente da Província), o Sr. Arcipreste<sup>235</sup>, o Sr. Armontes, Torcato, Antonio Julio, e Bhering, foram insultados por um povo imenso, que com lanternas acesas, foices, machados, espetos, etc. vinham acompanhar o Frade José Bispo, que estupidamente divulgara, que o queriam matar. Porém a tragédia estava reservada para o sábado de Aleluia; já a Cidade estava apinhada de gente do Arraial de Passagem, por convite de Manoel Francisco, de São Sebastião por convite de José Justino, de São Caetano, etc. para representarem a cena de 3 Judas simbolizados nas pessoas de Srs Arcipreste, Bhering, e Berardo. Este era o dia marcado pelos Pés de Chumbo Marianense para destruição dos Liberais.<sup>236</sup>

Manoel Inácio de Mello e Sousa alegava que os frades tinham incitado os tumultos com objetivo de “suscitar-se a rivalidade entre brasileiros natos, e adotivos, e entre os

---

<sup>232</sup> *Idem*.

<sup>233</sup> VIANA, Fabiana da Silva. “Estado nacional, debate público e instrução primária – Mariana/Minas Gerais, 1816-1848”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, UFMG, 2012. p. 73 O interessante é que nos jornais *Estrela Marianense*, no *O Novo Argos* e no *Homem Social* já estava sendo tratado em alguns números sobre as acusações de republicanos por parte de Telegrafo.

<sup>234</sup> *Idem*, p 73

<sup>235</sup> O Arcipreste, também chamado de Vigário da Vara, era o sacerdote nomeado pelo bispo diocesano para estar à frente de uma vigaria. Suas atribuições eram: acompanhar os clérigos na sua vida e no exercício de suas funções, velar pela correção das expressões litúrgicas e pela boa administração dos bens eclesiásticos. É interessante pensar que esta autoridade eclesiástica estava em oposição ao bispo de Mariana.

<sup>236</sup> BN: *Estrela Marianense*, n 51, 1831.

homens de cor”, uma vez que, além dos rumores do possível atentado contra a vida bispo, espalharam que os liberais pretendiam escravizar os homens livres de cor.<sup>237</sup> Frente a mais esse boato, no jornal *Estrela Marianense* era declarado “aos irmãos de cor” que “os seus maiores inimigos são esses malvados, que se aproveitam da sua simplicidade e boa fé para arrastar a tantos delírios e despropósitos.”<sup>238</sup> De fato os ânimos se exacerbaram e as rivalidades políticas se acirraram em Mariana após a visita de Dom Pedro I a Minas Gerais e devido à subsequente abdicação. Se no momento mencionado as supostas ameaças eram direcionadas ao bispo, pouco tempo depois o alvo mudava. Era Frei Manuel da Conceição o acusado de tramar contra a vida de Antonio José Ribeiro Bhering e de Batista Caetano.

O Presidente da província na “denúncia” encaminhada a Feijó, que resultou no decreto de expulsão dos frades, afirmava que seria uma traição contra os “verdadeiros brasileiros” caso não tornasse pública tais informações. Assegurava não faltar no bispado “Vigários e clérigos respeitáveis, os quais o Reverendíssimo Bispo pode, querendo, chamar para coadjuvarem no desempenho do Episcopado.”<sup>239</sup> Aproveitou ainda a ocasião para denunciar um terceiro frade e professor que estava a causar prejuízo considerável a mocidade. Tratava-se do monge Beneditino Frei Paula da Conceição Moura, lente de filosofia de Ouro Preto, pago pela Fazenda Real. Não foi possível constatar se ele também fora expulso da província, mas, independente disso, tratava-se de mais um caso de um padre regular hostilizado na localidade. As acusações eram semelhantes às direcionadas aos fâmulos de Frei José, acrescentava-se o fato de ser Frei Paula nascido em Minas Gerais e, mesmo assim, pregar contra os mineiros. Além disso, ele era acusado de ser um “empregado inútil”, uma vez que era professor público, mas quase não tinha discípulos. As aulas particulares que se faz referência no excerto do jornal citado abaixo eram as de filosofia ministradas por Antonio José Ribeiro Bhering, quando este escrito tornou-se público era ele próprio o redator do *Novo Argos*.

Sabemos que este frade é muito indiscreto porque devendo ter em honra o ser nascido em Minas, e viver entre os briosos mineiros, anda pelas lojas, tabernas, e por todos os ajuntamentos declarando contra os mineiros em geral sem respeito as

---

<sup>237</sup> AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 26.

<sup>238</sup> BN: *Estrela Marianense*, n 53, 1831.

<sup>239</sup> *Idem*.

leis da unidade: sabemos que este frade é um empregado inútil; porque recebendo o dinheiro da nação não tem um só discípulo na aula, e havendo tantos nas aulas particulares da província.<sup>240</sup>

Pouco tempo antes da exigência da saída dos frades de Minas Gerais, Dom Frei José da Santíssima Trindade escreveu ao bispo do Maranhão e Deputado, Marcos Antonio de Souza, para tratar da ofensiva movida contra as Ordens religiosas no Império. De início, elogiou os trabalhos do bispo do Maranhão e do arcebispo da Bahia na Assembleia Legislativa, especialmente no que concerne à defesa da atuação dos regulares. Com o objetivo de demonstrar que também considerava de suma importância as atividades desenvolvidas por esses religiosos, o prelado marianense apontou quais eram os campos que o clero regular mais atuava no Brasil. Ressaltou que eles constituíram-se historicamente enquanto uma peça fundamental para o empreendimento católico no território Americano. Lançou luz sobre o auxílio prestado pelos regulares no cumprimento dos sacramentos.<sup>241</sup> Considerava que Marcos Antonio de Souza “muito judiciosamente (...), declarou na sua defesa o quanto os Religiosos ajudam os párocos nas confissões assim na enfermidade como na saúde, e até nas desobrigas dos seus Paroquianos, passando a lamentar aqueles Bispados onde não havia esse socorro.”<sup>242</sup>

Na visão de Frei José, Minas Gerais fora um “infeliz bispado” onde as Ordens religiosas foram impedidas de atuar nos séculos antecedentes. Como dito no capítulo anterior, durante o período colonial elas foram proibidas de se instalarem em território mineiro, o que fez com que as premissas católicas fossem difundidas em grande parte por leigos.<sup>243</sup> Devido a essa ausência, o bispo afirmava que “daqui vem passarem anos e anos

---

<sup>240</sup> BN: *O Novo Argos*, n 22, 1830.

<sup>241</sup> Em todo o processo de colonização lusitano, os regulares foram fundamentais na evangelização e para o cumprimento dos sacramentos. Os seculares não eram numericamente suficientes para atender todos os fiéis que residiam no vasto Império. Essa expressiva atuação fez com que a Coroa portuguesa, especialmente a partir da segunda metade do Setecentos, e posteriormente a brasileira, estabelecesse uma relação ambígua com as Ordens: na mesma medida que buscava controlar e restringir suas ações, mostrava-se profundamente dependente de seus membros para desempenhar as ações religiosas.

<sup>242</sup> AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 8.

<sup>243</sup> BOSCHI, Cáo César. *Op. Cit.* 1986. Estudos sobre as irmandades também trazem questões relativas à proibição da atuação das Ordens em Minas. Seria muito interessante um estudo que tomasse como tema a oposição as Ordens religiosas consolidada em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, levando em

que muitos não se confessam; e outros emendarem o tempo da satisfação do preceito Quaresmal ao ano seguinte, como achei nas minhas visitas em muitas freguesias”, pois os párocos não conseguiam suprir as demandas espirituais de todos fiéis. Sustentou que se tivessem sido estabelecidos conventos franciscanos em Minas “talvez não padecesse o pasto espiritual de tantas vicissitudes, e os vícios não arraigariam tanto nos corações.”<sup>244</sup> A atuação dos regulares no processo de formação educacional de eclesiásticos competentes era vista por Frei José de forma positiva. O bispo mostrava-se, assim, desgostoso ao observar a perseguição dos religiosos que “finalmente” haviam se instalado em Minas Gerais para auxiliar em tarefas tão úteis, e com tom de inconformismo indagava: “porque os nossos Reformadores tanto hão de dilacerar os diminutos coadjutores, que no ano de 1820 foram mandados para esta vinha deserta e desamparada de Ministros da Religião?”<sup>245</sup>

Dom Frei José não se referia somente aos franciscanos que o acompanharam da Bahia, mas também aos padres Lazaristas, responsáveis pela fundação do Seminário da Serra do Caraça.<sup>246</sup> A Congregação da Missão, como também era designada, se estabeleceu em Minas Gerais em 1820 e desde então Frei José a colocou sob sua proteção. Na correspondência direcionada a Marcos Antonio de Souza, o bispo de Mariana declarava que os padres do Caraça possuíam um pequeno patrimônio herdado e para garantir o sustento cotidiano recebiam esmolas dos fiéis e fundaram o colégio do Caraça, destinado “a educação da mocidade e para terem onde escolherem novos alunos que professassem o seu Santo Instituto”.<sup>247</sup> Para manutenção do mesmo eram cobradas pensões dos estudantes, as quais sofreram aumento no fim da década de 1820. Essa ação “levantou contra eles todas as fúrias dos maldizentes e os intitularam Jesuítas e espalhadores das doutrinas contrárias as

---

consideração que a localidade teve a peculiaridade de não ser permitida a atuação de regulares durante o período colonial. Dada às proporções dessa questão, não a abarcaremos. Nosso objetivo é mesmo abordar a expulsão dos frades como uma intervenção do poder público no quadro de professores do Seminário de Mariana, demonstrando que ela foi possível graças às medidas tomadas no Parlamento que buscavam impor restrição à atuação dos regulares no Brasil.

<sup>244</sup> AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 8.

<sup>245</sup> *Idem*.

<sup>246</sup> Sobre o Colégio da Serra do Caraça ver: ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: o colégio do Caraça*. Belo

Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>247</sup> AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 8.

circunstâncias do Brasil”.<sup>248</sup> Frei José declarava que ele mesmo estava sendo perseguido por lhes ter doado umas terras, sem gado e nem escravos, no Sertão para colocarem ali um religioso que “administrasse os sacramentos e o ensino das primeiras letras e gramática latina.”<sup>249</sup> Caso fosse consolidada a retirada dos regulares, a província voltaria “à penúria ainda mais lamentável destes povos, e a educação continuar[ia] a ser como se tem sido antes de sua vinda.”<sup>250</sup>

A leitura dos jornais autodesignados liberais publicados em Ouro Preto e Mariana, como *O Universal*, *O Novo Argos* e *Estrela Marianense*, deixa claro que o debate em torno da atuação dos regulares já se encontrava na ordem do dia antes do ofício escrito por Mello e Souza solicitando a saída dos franciscanos. Os argumentos mobilizados pelos redatores e correspondentes caminhavam em consonância com as discussões encabeçadas na Assembleia Geral pelo grupo ligado a Diogo Feijó, as quais ambicionavam restringir a atuação dos regulares no Brasil. Isso possivelmente fez com que Frei José buscasse apoio junto ao bispo do Maranhão (e também atuante no Parlamento), Marcos Antonio de Souza, em 1830.

No jornal *O Novo Argos*, em período em que Ribeiro Bhering era o redator, advertia-se “ao Ministério, que quase todos os frades são inimigos da Constituição, e dos Clérigos Seculares, convém, portanto não lançar mão desta gente propensa à tirania, e intolerância.”<sup>251</sup> Os regulares eram ainda acusados de estar se enriquecendo à custa da nação, uma vez que cobravam para desempenhar trabalhos espirituais, o que deveria ser realizado sem nenhum ônus aos fiéis. “Indagai, vigiá-los. Eles, como os jesuítas, apossaram-se do ensino da mocidade, e estão enchendo de bens, prédios, e fazendas. Em Minas nos tempos despóticos nunca houve frades, e hoje, em tempo de Constituição vemos frades!”<sup>252</sup>

Lia-se também no *Argos* que os companheiros franciscanos do bispo de Mariana, movidos “pelo sentimento de represália empreendiam ações contra padres cujo único

---

<sup>248</sup> *Idem*.

<sup>249</sup> *Idem*.

<sup>250</sup> *Idem*.

<sup>251</sup> BN: *O Novo Argos*, n° 13, 1830.

<sup>252</sup> APM: *O Universal*, n° 446, 1830.

defeito era a adesão à causa nacional”.<sup>253</sup> Um dos eclesiásticos “perseguidos” era justamente Antonio José Ribeiro Bhering. Movia-se contra ele um “espírito de vingança, uma espontânea e desenfreada perseguição contra um homem que só é criminoso, porque não segue as máximas de ignorantes, e astuciosos frades.”<sup>254</sup> Mas ele não fora o único alvo desses homens “peçonhentos”. Em 1831, foi noticiado no *Estrela Marianense* que o irmão de Alexandre Ferreira Penna<sup>255</sup>, Jacinto Ferreira Penna, e mais dois jovens haviam sido vítimas da arbitrariedade dos franciscanos. Eram eles estudantes do Seminário, quando expulsos diante da acusação de estarem repassando para as folhas públicas informações privativas do Colégio episcopal de Mariana.

No Seminário se respeita senão o hipócrita, o fanático, o intrigante, o perjuro, e o estúpido: se quereis que vossos filhos se ordenem no Seminário arrancai-lhes antes os sentimentos de probidade, arrancai-lhe até se for possível o ser Brasileiro, do contrário expõe-no a sofrer os maiores ultrajes, e as desfeitas dos Cabaneiros.<sup>256</sup>

Alegava-se que cada vez mais Mariana tornava-se “o teatro horrível dos sanhudos Frades: as repetidas e justas censuras, que tem aparecido na nossa folha, e em todas as mais províncias tem sobremaneira irritado a peçonha das víboras.”<sup>257</sup> Se de fato o “espírito de vingança” de Manoel do Espírito Santo, Antonio da Conceição e do próprio bispo Frei José crescia, os escritos nas folhas públicas contra eles ascendiam de maneira ainda mais explícita. Os temas tratados pelos frades nas aulas do Seminário, bem como a proteção

---

<sup>253</sup> *Idem.*

<sup>254</sup> *Idem.*

<sup>255</sup> Herculano Ferreira Penna fora um professor, jornalista e político bastante ativo em Minas Gerais e em outras províncias. No campo educativo atuou como lente de ensino mútuo, delegado de círculo literário e secretário da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto, associação responsável pela criação e manutenção da biblioteca da localidade. Em âmbito político foi secretário do Conselho provincial, secretário do Governo, presidente e vice-presidente da província de Minas Gerais. Fora eleito em duas ocasiões Deputado da Assembleia Geral do Império e foi ainda presidente de outras províncias, como a de Pernambuco, Pará e Maranhão. VIANA, Fabiana da Silva. “A passos lentos, com esforços redobrados”: a atuação de políticos e intelectuais no processo de escolarização da província mineira (1830-40). IN: FARIA FILHO, L. M. (Org.); INACIO, M. S. (Org.). *Políticos, literatos, Professores, Intelectuais- O debate público sobre educação em Minas Gerais*. 01. ed. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009.

<sup>256</sup> BN: *Estrela Marianense*, n° 55, 1831.

<sup>257</sup> BN: *Estrela Marianense*, n° 54, 1831.



manifesta pelo bispo eram alvo de constantes críticas. No que esteve relacionado aos conteúdos transmitidos, afirmava-se que a “desgraça da mocidade Mineira vai cada vez a pior: as doutrinas que expedem estes dois perversos frades, e indignos lentes do Seminário são inteiramente oposta ao nosso sistema atual de governo.”<sup>258</sup> Em mais de um número do *Estrela Marianense*, Frei Manoel, professor de Teologia, fora acusado de advogar a favor da instalação do Tribunal da Inquisição no Brasil; já Frei Antonio da Conceição, professor de Filosofia, era acusado de clamar contra as ideias liberais e as liberdades garantidas pela lei, entre elas a de imprensa. Um dos correspondentes do *Estrela*, que assinou como “O desesperado Seminarista”, afirmava em tom de denúncia:

Como talvez não tenha chegado aos ouvidos do Sr. Presidente da Província, que no dia 16 do corrente o sanhudo feitor da roça do Seminário, declarou no Seminário de Mariana a favor do Tribunal da Inquisição, mostrando a grande necessidade de se estabelecer quanto antes no Brasil; e que nesse mesmo dia o seu malungo Fr. Antonio insultou com palavras as mais injuriosas os Liberais da França, que serviram de modelo para a nossa feliz regeneração; debateu a Soberania Nacional com mais escândalo; sem que estas sediciosas doutrinas mereçam algum zelo por parte do Juiz de fora, da parte do Juiz de paz, e da parte da Câmara; Rogo-lhe queira imprimir estas linhas no seu periódico a ver se o sr. Presidente dá alguma providencia ou se só desengana que dobrar aqueles Frades, é impossível.<sup>259</sup>

Além do caráter de censura ganhavam corpo os pedidos para ser tomada uma providência acerca dos franciscanos e do bispo de Mariana. Alegava-se que a posição de Frei José diante dos frades não poderia ser concebida enquanto ignorância, em vista que há muito se vinha tratado dos mesmos na imprensa. Aos poucos, os pedidos de retirada da província deixaram de ser destinados somente aos franciscanos e passaram a englobar também Frei José. “Ah ministros do Brasil! É já tempo de arrancardes d’entre nós este Bispo Português e Frades inimigos do Brasil, é tempo de livrardes os Padres mineiros deste escândalo.”<sup>260</sup> Destarte, era solicitado que ele também fosse restituído da importante função pública que ocupava: “Este indigno bispo não deve ficar ante nós, manchando a cadeira episcopal com a sua estupidez e perversidade incrível. Este homem é o mais perigoso nas

---

<sup>258</sup> *Idem.*

<sup>259</sup> *Idem.*

<sup>260</sup> BN: *Estrela Marianense*, n° 55, 1831.

circunstancias atuais.”<sup>261</sup> Segundo os escritos, os religiosos desempenhavam um papel social muito importante, não podendo ser permitido que a “cabeça do corpo eclesiástico” estivesse contaminada por ideias contrárias à soberania da nação. Solicitava-se, deste modo, que a regência tomasse alguma medida para livrar a Igreja mineira desta situação.

As constantes solicitações das folhas públicas foram atendidas. Como apontado, por intermédio de Mello e Souza, Diogo Feijó escreveu para Dom Frei José da Santíssima Trindade ordenando que os franciscanos se retirassem de Minas Gerais. No *Estrela Marianense*, a medida fora comemorada: “Sim o Governo, que já é Brasileiro atendeu nossas queixas, e em sua alta sabedoria julgou que o único meio de nos salvar era a expulsão de tais Frades; com efeito, estamos livres de tais monstros.”<sup>262</sup> Acrescentava-se que seria oportuno que o bispo de Mariana “agora reconheça a força da Opinião Pública, que tanto há desprezado e chame para seu lado homens dignos, porque só assim atrairá a estima dos Mineiros, inteiramente perdida.”<sup>263</sup> Se efetivou, assim, uma intromissão do poder público no quadro de professores do Seminário de Mariana e nos assuntos internos da diocese. Consideramos que a intervenção só se verificou por serem os religiosos expulsos pertencentes a uma Ordem regular. Foi ancorando-se nas propostas de restrição da atuação dos regulares, amplamente aceita no Parlamento que se conseguiu fazer frente ao bispo de Mariana, principal autoridade eclesiástica de Minas Gerais.

Sem dúvida a expulsão dos frades gerou um forte impacto em Dom Frei José, o qual depositava esperança na atuação dos regulares no campo educativo, no processo de moralização do clero e para o cumprimento dos sacramentos. Mas, os clamores das folhas públicas que solicitavam seu afastamento da cadeira episcopal de Minas Gerais não surtiram efeito. Ele permaneceu a frente da diocese mineira até 1835, ano de sua morte, manteve em funcionamento o Seminário de Mariana, ainda que abalado depois do conflito com Ribeiro Bhering, e faz valer os Estatutos que elaborara em 1821. Os argumentos que Frei José mobilizou não caíam no vazio, e sim alinhavam a um movimento mais amplo que defendia a consolidação de uma “Igreja Universal” forte, situada em Roma, a qual os

---

<sup>261</sup> BN: *Estrela Marianense*, n° 53, 1831.

<sup>262</sup> BN: *Estrela Marianense*, n° 60, 1831.

<sup>263</sup> *Idem*.

religiosos de todas as partes do mundo deveriam estar submetidos. Para ele, os poderes religiosos e políticos deveriam ter campos de atuação bem definidos, não entrando um na competência do outro. Por fim, é preciso dizer que os embates travados entre Antonio José Ribeiro Bhering e Dom Frei José não se resumiram aos desacordos gerados no contexto de reconfiguração das relações entre poder político e religioso no Brasil, as quais dividiam o próprio segmento eclesiástico. Ao discordarem acerca dos conteúdos disciplinares a serem oferecidos no Seminário, esses homens firmaram um conflito também no campo educacional.

## Capítulo III – DISPUTA PELA MOCIDADE: O QUE ENSINAR NO SEMINÁRIO DE MARIANA

### 3.1. Educar e instruir no Brasil entre as décadas de 1820 e 1830

O debate sobre educação se intensificou nas décadas de 1820 e 1830 no Brasil e esteve associado à necessidade de formar homens afinados com a nova ordem política, econômica e cultural, difundir preceitos capazes de garantir a coesão social e inserir o recém-independente território entre as nações cultas e civilizadas. Era fomentado pela crença no ideal de progresso e aperfeiçoamento dos sujeitos e, por conseguinte, da coletividade. Como ressalta Ilmar de Mattos, educar e instruir, enquanto ações complementares, foram preocupações constantes dos dirigentes do Império. “Estes deveriam ter seus olhos postos tanto sobre o homem comum, o simples cidadão, quanto sobre os próprios dirigentes, entre os quais, o próprio Imperador.”<sup>264</sup> Nesses termos “a educação do Imperador não deixava de se assemelhar a educação do príncipe preconizada pelos filósofos ilustrados como a maneira mais eficaz de alcançar as reformas necessárias à conservação da sociedade.”<sup>265</sup> Por isso, se discutiu em diversas ocasiões sobre a tutoria de Dom Pedro II nos anos iniciais da regência, decidindo afastar do cargo de tutor José Bonifácio. O *velho* Andrada não era considerado por parte da elite política imperial, disposta à atuação direta nas decisões políticas, sobretudo através do poder Legislativo e dos espaços públicos de sociabilidade, como uma boa influência ao *jovem* Imperador.<sup>266</sup>

O monarca não era o único a ter sua formação educacional discutida. Na Assembleia Constituinte (1823) a demanda foi abordada pelos legisladores, e na Constituição outorgada um ano depois foi garantida a instrução primária gratuita a toda a população. Foi estabelecida a criação de Colégios e Universidades “aonde serão ensinados

---

<sup>264</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. Cit.* 1990. p. 260.

<sup>265</sup> *Idem*, p. 260.

<sup>266</sup> Este, na ocasião de troca de tutoria com oito anos, encontrava-se em fase de formação. A infância e a mocidade eram vislumbradas como momentos fundamentais para a definição do homem que atuaria, quando alcançada a maturidade, como rei constitucional do Brasil.

os elementos das Ciências, Belas Letras, e Artes”<sup>267</sup>. Três anos mais tarde, em outubro de 1827, embalado pelo novo impulso do Legislativo com a reabertura da Assembleia Geral, foi promulgada a lei geral do ensino, primeira a tratar da instrução elementar no Brasil. Segundo Wlamir Silva, “essa lei foi resultado do projeto de Januário da Cunha Barbosa, apresentado no ano de 1826, e se referia à criação de escolas de primeiras letras em todas as Cidades, Vilas e lugares mais populosos.”<sup>268</sup> Com objetivo de amenizar a falta de professores<sup>269</sup> e para instruir um número maior de alunos de uma só vez, definiu-se como obrigatória a utilização do método de ensino mútuo, “em que, numa estrutura hierarquizada, os alunos “mais proficientes” ensinariam a outros”.<sup>270</sup>

Nas escolas primárias se aprendia a ler, escrever e contar. Contudo, não parava por aí, era necessário ensinar a língua nacional, princípios constitucionais e da religião católica. A ação educativa nesse nível estava atrelada às estratégias de governabilidade e contribuía para promover a coesão social e a manutenção da ordem. Como ressalta Ana Luiza Anunciação, ao menos no discurso, o aprendizado das primeiras letras era destinado não somente aos filhos da elite, mas também à “parcela de homens pobres livres e libertos, ou melhor, o “povo miúdo”, que não cabia no mundo do governo, porém, precisava ser incluídos no mundo dos governados.”<sup>271</sup> Para esse grupo seria ainda destinado o ensino de ofícios, vislumbrado como meio de livrá-lo dos “vícios” e da “vadiagem”, diminuindo a possibilidade de “perturbarem a ordem”. Para Ilmar de Mattos, acreditava-se, “como na Europa das “nações civilizadas”, que a perfeita combinação entre instrução e trabalho bons frutos resultaria.”<sup>272</sup>

No estágio seguinte da formação educacional encontrava-se o que podemos chamar de ensino secundário. Nesse nível eram contempladas as aulas de Gramática Latina,

---

<sup>267</sup> Constituição política do Império do Brasil. Parágrafo 179, artigo XXXIII, 1824.

<sup>268</sup> SILVA, Wlamir. *Op. Cit.* 2009. pp. 165-166.

<sup>269</sup> A formação de professores para o ensino primário também foi foco de debates políticos, sendo a falta de formação específica uma das preocupações. A partir da década de 1830 começaram a surgir as Escolas Normais no Império para formar os mestres que se dedicariam ao ensino de primeiras letras.

<sup>270</sup> SILVA, Wlamir. *Op. Cit.*, 2009. p. 166

<sup>271</sup> ANUNCIAÇÃO, Ana Luiza da. *Pedagogia liberal e instrução pública na província de Minas Gerais: a Escola Normal de Ouro Preto (1835-1852)*. Universidade Federal de Ouro Preto - Mestrado em História, 2010, p. 41

<sup>272</sup> MATTOS, Ilmar. *Op. Cit.* 1990. p. 163

Filosofia e Retórica, além do ensino de Matemática, Geometria e, em algumas ocasiões, de Grego, Francês, Desenho, Geografia e História. Nas décadas de 1820 e 1830, tais ensinamentos eram oferecidos através das “aulas régias” (criadas no contexto das reformas pombalinas), em Seminários diocesanos e por padres vinculados a Ordens religiosas. Já bem perto de se iniciar a segunda metade do século XIX, começaram a ser criados colégios e liceus particulares e públicos, onde foram reunidas as mencionadas disciplinas. Em âmbito nacional, a fundação do colégio Dom Pedro II, em 1837, instalado no antigo prédio do Seminário São Joaquim no Rio de Janeiro, foi resultado do esforço para congregar as aulas dispersas. O estabelecimento educacional deveria servir de modelo para os demais colégios criados nas províncias.

Maria de Lourdes Haidar assevera que esse nível de ensino manteve-se atrelado ao ingresso no ensino superior. As aulas fixadas como condição para matrícula nos cursos de Medicina e Direito e na Academia Militar acabavam por delimitar “o padrão ao qual procuraram ajustar-se os estabelecimentos provinciais e particulares de ensino secundário, cujo currículo acabou por restringir-se as disciplinas preparatórias.”<sup>273</sup> Acho interessante pontuar que a estruturação do ensino secundário no Brasil se configurava em concomitância com a definição das próprias disciplinas. Na medida em que os conteúdos se constituíam enquanto campos disciplinares autônomos eram criados colégios e liceus, alguns desvinculados institucionalmente da Igreja, ainda que o ensino religioso católico continuasse presente.

As medidas legislativas relacionadas à instrução pública foram adiante. Em 1834 foi promulgado o Ato Adicional responsável por promover, entre outras coisas, a descentralização da organização do ensino. As recém-criadas Assembleias Legislativas provinciais substituíram os Conselhos provinciais e passaram a legislar sobre a instrução primária e secundária. As faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, os Cursos Jurídicos de São Paulo e de Olinda e a Academia Militar também situada no Rio de Janeiro continuavam sob a tutela do governo central. Os cursos de Medicina e a Academia Militar

---

<sup>273</sup> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1972.

foram criados no contexto de transferência da Corte portuguesa para o Brasil.<sup>274</sup> Já os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda foram fundados após a Independência, em 1828, e somavam esforços para estabelecer escolas destinadas a formação superior em território nacional.

No período colonial, para os nascidos no Brasil terem acesso ao ensino universitário era preciso deslocar-se para Europa, sendo Coimbra o principal destino por ser onde estava situada a única Universidade do Império. Mesmo que frequentar um curso superior não tenha sido o único caminho para ascender a altos cargos da Igreja e do Estado, da Universidade de Coimbra saíram homens que ocupariam com mais facilidade tais postos. De acordo com Álvaro Antunes, por meio dela, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, “formava-se “uma verdadeira nobreza de Estado, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar, mas também pelo signo do poder do saber.”<sup>275</sup> No Brasil houve uma continuidade em relação ao anseio de formar através do ensino superior indivíduos capacitados para atuar como homens de governo, ainda que o perfil e as habilidades dos mesmos tenham passado por transformações ao longo do tempo. O que queremos sinalizar é que os cursos superiores instalados no Brasil a partir do século XIX permaneciam, como era a Universidade de Coimbra, sendo frequentados por filhos de famílias detentoras de capital econômico e simbólico, que eram depois de formados incorporados aos cargos de governo do Império. Não podemos ignorar que uma minoria dos jovens podiam ser dispensados do trabalho em média dos sete aos vinte quatro anos para percorrer sua trajetória escolar do curso de primeiras letras até os estudos universitários.

Se por um lado os três níveis de ensino encontravam-se integrados e seriados – para ter acesso às aulas do secundário ou a um Seminário, era preciso ter frequentado o curso de primeiras letras; para ingressar no ensino superior, preciso era ter feito o curso preparatório em algum estabelecimento de ensino ou apresentar o atestado de aprovação de professores

---

<sup>274</sup> Outras medidas foram tomadas a partir de 1808 no campo cultural. Houve a criação da Biblioteca Real no Rio de Janeiro e a transposição da Imprensa Régia e foram instituídas aulas científicas de Agricultura, Química, Comércio, etc.

<sup>275</sup> ANTUNES, Álvaro Araújo. *Fiat Justitia: os Advogados e a Prática da Justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, Campinas, 2005. pp. 19/20

de “aulas avulsas” –, por outro, o acesso aos mesmos se dava de maneira desigual. Como chama atenção Ilmar de Mattos, a distribuição do ensino se entrecruzava com a organização da sociedade marcadamente hierarquizada. Deste modo, o princípio da universalidade do ensino não pressupunha igualdade de oportunidade. Os grupos políticos atuantes no Legislativo e, como trataremos adiante, em outros espaços públicos de sociabilidade, não consideravam a educação um elemento transformador das desigualdades sociais.<sup>276</sup> Para Guilherme Maciel, legitimavam, portanto, “a permanência das diferenças existente na sociedade, assim como, implicitamente, a continuidade de uma estrutura social assentada no trabalho escravo, no monopólio da terra e na violência, valores caros às elites dirigentes imperiais.”<sup>277</sup> Enquanto para os jovens abastados encontravam-se disponíveis cursos como os Jurídicos e de Medicina, ao “povo miúdo” era reservado o ensinamento de padrões de civilidade e de conteúdos que aperfeiçoasse e disciplinasse suas atividades profissionais. Nunca é demais destacar que esse esforço não foi suficiente para impedir que “grupos subalternos” tenham criado, a partir de seus próprios interesses, espaços e redes de sociabilidade capazes de lhes garantir acesso a instrução e a condições de trabalho mais favoráveis.<sup>278</sup>

Os projetos para organizar uma “rede de educação” e de divulgação de saberes no Brasil no século XIX não foram discutidos somente nos espaços formais de política, e nem estiveram relacionados apenas à criação de escolas, aulas e cursos universitários. A imprensa, as bibliotecas e sociedades com fins literários, pedagógicas, políticos, filantrópicos, surgidas entre as décadas de 1820 e 1830 na Corte e nas províncias, também eram vislumbradas como potencialmente instrutivas e civilizatórias, além de cumprir elas próprias a função de congregar os debates sobre educação. A ampliação da esfera pública de sociabilidade esteve associada à modernização política do recém-independente território.

---

<sup>276</sup> Não era essa uma característica somente do Brasil. Sobre o tema ver: PALARES-BURKE, Maria Lúcia. Educação das massas: uma sombra no século das luzes. IN: VIDAL, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia. *Tópicos em História da educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>277</sup> MACIEL, Guilherme de Souza. O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional. Dissertação de Mestrado, FAFICH/UFMG- Minas Gerais, 2005. p 82

<sup>278</sup> Para ter um exemplo desse tipo de articulação ver: MAC CORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania. Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.



Marco Morel afirma que nesse momento entrou em cena uma figura de homem público até então inexistente na América portuguesa. Tratava-se do letrado com missão jornalística, que era ao mesmo tempo política e pedagógica.<sup>279</sup>

A imprensa periódica de opinião, não associada diretamente à administração pública ou a Coroa, foi uma das grandes inovações no processo de autonomização do Brasil. A liberdade de imprensa quebrava uma lógica cara ao *Antigo Regime*, que consistia no fornecimento “direto” de informações entre autoridades e população, ainda que frequentemente essa lógica fosse subvertida. Como alerta Manuel Hespanha, não se pode desconsiderar que desse “aparente não exercício do poder” conformador do liberalismo, decorria uma “devolução de poderes para outras instâncias”, dentre as quais a própria imprensa.<sup>280</sup> Os periódicos assumiam-se como agentes propagadores e mobilizadores de ideias e, além da guarda e produção de informação, eram portadores de um discurso com potencial socializador e civilizatório. Tinham ainda a função de divulgar saberes e leituras úteis a população. Como expressava Bernardo Pereira de Vasconcelos, bacharel em direito formado em Coimbra e um dos políticos de mais destacada atuação nesse momento histórico, um “dos proficuos meios de disseminar a instrução pelos membros da sociedade é a liberdade de imprensa; a experiência das nações cultas demonstra com evidencia esta verdade.”<sup>281</sup> Iara Schiavinatto sinalizou que parcela da própria elite política brasileira fora “treinada” a partir de leituras de textos copiados, traduzidos, vulgarizados e produzidos neste meio.

As sociedades, bibliotecas e gabinetes de leituras guardavam no campo da educação e da difusão de conhecimentos funções semelhantes e/ou complementares a dos periódicos. Essas associações, surgidas no Brasil principalmente a partir da década de 1830, não eram secretas. Ao contrário, “os iniciadores das instituições responsáveis por promover a civilização buscavam a permissão para o funcionamento e o apoio do Estado para sua

---

<sup>279</sup> MOREL, Marco. *Op. Cit.* 2003.

<sup>280</sup> HESPANHA, António Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites”. *Op. Cit.* 2005. p. 41

<sup>281</sup> *Apud* SALES, Zeli Efigênia; FILHO, Luciano Mendes Faria. “Escolarização da infância brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos.” IN: FILHO, Luciano Mendes Faria; INÁCIO, Marilaine Soares. *Políticos, literatos, professores, intelectuais. O debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009. p. 36

manutenção e ampliação.”<sup>282</sup> Além disso, não foi rara a situação em que num mesmo grupo de homens fossem encontrados redatores de periódicos que dialogavam entre si e possuíam afinidades políticas, membros de sociedades, as quais eram, por sua vez, mantenedoras de locais destinados a leitura. Como exemplo, citamos um caso ocorrido em São João Del-Rei.

Um grupo de sujeitos, sendo alguns redatores de jornais que se autodesignavam liberais, no final da década de 1820 empenhou-se para abrir na localidade uma biblioteca pública, a qual seria administrada pela sociedade Phylopolitechnica. Segundo Christianne Moraes, além de dar impulso ao progresso e a civilização, com o projeto “essa parte da elite cultural, política e econômica da Vila de São João Del-Rei pretendia instituir uma comunidade de leitores “orientada para a comunicação e reflexão, com o objetivo de formar, por seu intermédio, [sua] identidade social”, distinguindo-se dos ‘iletrados.’”<sup>283</sup> A autora não considera que eram somente os indivíduos portadores do conhecimento da leitura que tinham acesso aos conteúdos de livros e jornais disponíveis em bibliotecas e sociedades. Contudo, constatou que os idealizadores e frequentadores desses espaços no Brasil Oitocentista eram em sua maioria homens leitores, brancos e proprietários. Um acontecimento envolvendo a criação da sociedade responsável pela manutenção da biblioteca será mencionado com o objetivo de sinalizar que as transformações no campo da difusão de ideias e conhecimento, bem como da ampliação dos espaços públicos de sociabilidade, não se dava sem tensões.

Estava entre os principais idealizadores da agremiação e do espaço de leitura, Baptista Caetano.<sup>284</sup> Foi ele quem teve a iniciativa de doar para principiar o empreendimento seu acervo pessoal de livros composto por obras de autores como Voltaire, Rousseau, Condillac, Mably, Raynal, De Pradt, Helvetius, Diderot e Buffon. Além da doação de livros, buscou publicizar a ação e solicitar permissão e ajuda financeira do governo central e da Câmara municipal. A solicitação para criação da sociedade foi

---

<sup>282</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. Para o aumento da instrução da mocidade de nossa pátria: estratégias para difusão do letramento na Vila de São João Del-Rei (1824-1831). Belo Horizonte: Dissertação em História da Educação – UFMG, 2002. p. 11

<sup>283</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>284</sup> Baptista Caetano foi apresentado no capítulo anterior por ser o mentor de uma proposta de reforma dos colégios de Minas, incluído o Seminário de Mariana, no Conselho Provincial e por ser um dos sujeitos que Ribeiro Bhering dialogou e compartilhou projetos.

negada em um parecer assinado por José da Silva Lisboa.<sup>285</sup> Na condição de Senador, alegou que o projeto era pouco consistente e alertou para o fato do espaço de leitura estar situado longe da Corte e da fiscalidade das autoridades competentes. Desse modo, era temida a possível liberdade de pensamento e leitura no interior de uma província, devido ao potencial subversivo de novas ideias. Talvez com essa atitude o futuro visconde de Cairu se valesse de sua experiência como Censor Régio (exercido durante o governo de Dom João VI) e, portanto, de organizador dos conteúdos e leituras permitidos. Como aponta Leila Algranti, pareceres assinados por ele entre 1817 e 1818 demonstram que as obras francesas eram analisadas com cuidado.<sup>286</sup> Isso pode ter estimulado sua prudência ao pronunciar-se acerca da biblioteca de São João Del-Rei, composta por diversas obras provenientes da França.

Algo que pode ser vislumbrado com as colocações feitas até aqui é que educar e instruir eram atos dignos de empenho e de necessária vigilância para homens que desejavam ver mantida a ordem política e social do Império brasileiro. Tais ações eram fomentadas pela crença na possibilidade de “aprimoramento” dos indivíduos e da nação. Para entender a credulidade no potencial transformador da educação e a busca por progresso civilizatório é de suma importância voltar os olhos para as transformações

---

<sup>285</sup> José da Silva Lisboa nasceu na Bahia e estudo direito na Universidade de Coimbra reformada. No ano de 1779 concluiu o estudo superior e regressou para Ilhéus, onde ocupou o cargo de ouvidor. Foi também professor régio de Filosofia e de Grego na localidade. Em 1798, por nomeação de D. Rodrigo de Souza Coutinho, assumiu o cargo de Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia. Durante o governo de Dom João VI ocupou importantes funções, como as de Desembargador efetivo do Paço, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, membro da Junta Diretora da Imprensa Régia. No processo de autonomização do Brasil e depois da Independência colaborou atuou na imprensa. No império brasileiro foi Senador. Recebeu o título de Visconde de Cairu em 1826. Publicou obras sobre direito mercantil, história, jurisprudência, economia política. Ver: ROCHA, Antonio Penalves (org.). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001. (Col. Formadores do Brasil.) LUSTOSA, Isabel. Cairu panfletário: contra a facção gálica e em defesa do Trono e do Altar. In: NEVES, Lúcia M. B. P. & MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia M. B. da C. (Org.) *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. KIRSCHNER, Tereza Cristina. *Itinerários de um Ilustrado luso-brasileiro – José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo: Alameda, 2009. DINIZ, Bruno. *Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)*. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da UFOP, Mariana, 2010.

<sup>286</sup> Sobre os mecanismos de censura no período joanino ver: ANGRANTI, Leila. “Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821)”. IN: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas. História da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 108

ocorridas no século XVIII, responsáveis por promover um reordenamento das relações e dos espaços legitimadores e de exercício de poder. Carlota Boto, ao se referir aos autores ilustrados, afirma que “a confiança no devir e na possibilidade de aperfeiçoamento do gênero humano parecia ser a matriz de entusiasmo da intelectualidade.”<sup>287</sup> Outrossim, “a visão otimista de História quer aqui se fazer acompanhar de um plano pedagógico capaz de dar conta de movimento em direção a sociedade do futuro.”<sup>288</sup> Nomes conhecidos, como John Locke que compreendeu a mente humana como uma “tábula rasa” a ser preenchida pela experiência e, posteriormente, Rousseau com suas proposições acerca das distinções entre mundo da infância e da idade adulta,<sup>289</sup> contribuíram para fortalecer a percepção de que a educação abria possibilidades para o desenvolvimento e progresso da sociedade e de seus cidadãos.

Com objetivo de demarcar um território circunscrito, o Império português do qual o Brasil era parte no momento em que essas ideias foram estruturadas e difundidas, é relevante salientar que promovendo uma reorientação da ação colonialista, Portugal buscou inserir-se no Setecentos no rol das potências europeias produtoras de conhecimento científico, entre as quais Inglaterra, França e Holanda, que estavam empenhadas em conhecer e explorar o mundo natural, concebido enquanto fonte e caminho para prosperidade desde que utilizado de forma correta. Segundo a historiadora portuguesa Ângela Domingues, “a nova concepção de ciência, caracterizada por um racionalismo cada vez mais marcante, valorizava a experiência e o conhecimento direto, operacional, útil e metódico e lançava bases para exploração ordenada da natureza, levando a construção de Herbários e a formação de Coleções, Gabinetes, Museus.”<sup>290</sup> A observação e experimentação, aliadas à ideia de utilitarismo, se impuseram nos circuitos científicos. Em relação a transmissão do conhecimento, os homens das letras que estiveram à frente dessa

---

<sup>287</sup> BOTO, Carlota. “*A escola do homem novo. Entre o Iluminismo e a Revolução francesa.*” São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1996. p. 33

<sup>288</sup> BOTO, Carlota. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 344

<sup>289</sup> Sobre o tema ver os estudos de Carlota Boto supracitados.

<sup>290</sup> DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial.* Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. p. 227.

nova orientação de ciência em Portugal buscaram romper – de maneira brusca, inclusive, se levamos em consideração a campanha movida contra os Jesuítas no período das reformas pombalinas – com o modelo de ensino escolástico, baseado na especulação, repetição e memorização de verdades preconizadas, que pouco contribuía com novas descobertas. Ao recorrer ao historiador medievalista Jacques Le Goff, Álvaro Araújo Antunes definiu a escolástica como uma forma de pensar por lei bem definidas.

Para as leis da linguagem, o essencial era saber as relações entre a palavra, o conceito e o ser. Nas leis da demonstração e do pensamento, destacava-se a dialética, conjunto de operações que fazem do objeto do saber um problema, que expõem e defendem contra os ataques, que solucionam e convencem o ouvinte ou o leitor. Outra característica do pensamento escolástico era o valor depositado sobre a autoridade dos textos e seus autores, em especial a Bíblia, dos padres de Igreja, de Tomás de Aquino, Platão e de Aristóteles, mas também valorizavam autores modernos, especialmente em casos de opinião “provável”. Esses textos e autores eram incorporados e decorados pelos alunos num processo continuado de levar a constituição de tópicos cristalizadas.<sup>291</sup>

Alguns dilemas surgidos no fim do século XVIII, como a crítica ao caráter livresco, pouco útil e difuso vigente, mesmo que não tenham se mantido totalmente estanques, permaneceram vivos no início do século XIX, momento no qual o Brasil constituía-se enquanto corpo político e que a constituição de uma “rede de ensino” era aspecto importante nesse processo. Como novidade, acrescentava-se um novo regime político, novos espaços de sociabilidade e de circulação de saberes e ideias, a necessidade de manter a ordem pública, a unidade e soberania do Império e construir uma nação. Interessa-nos matizar como se deu a definição dos conteúdos ensinados, concebidos como potencialmente transformadores dos sujeitos viventes nesse Império em formação.

Para tanto, focamos nossa análise nas propostas educativas defendidas para o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte por Antonio José Ribeiro Bhering e Dom Frei José da Santíssima Trindade. Tais sujeitos, tensionados por questões similares, apresentaram caminhos distintos no que se refere à transmissão de conhecimento para a “mocidade mineira” na primeira metade do século XIX. É importante esclarecer que por mocidade entendemos os anos intermediários entre infância e idade adulta, ou maturidade,

---

<sup>291</sup> ANTUNES, Álvaro Araújo. *Op. Cit.* 2005. p. 149

que se estendia em média entre os 14 e 24 anos. No campo educativo contemplava o ensino secundário e o universitário, incluindo a formação de eclesiásticos. Como nosso estudo recai sobre o Seminário de Mariana, o qual desempenhava a dupla função de ordenar padres e oferecer aulas preparatórias para o ingresso nos cursos superiores, a análise estará restrita às disciplinas e conteúdos oferecidos ou propostos para o estabelecimento de ensino.

### **3.2. Contra a “liberdade desenfreada” de pensar: os conteúdos permitidos no Seminário de Mariana**

Como mencionado no primeiro capítulo dessa dissertação, uma das três partes pelas quais Dom Frei José da Santíssima Trindade dividiu os Estatutos de Regência do Seminário de Mariana, elaborados em 1821, foi dedicada exclusivamente para descrever as disciplinas oferecidas no estabelecimento de ensino. O bispo esclareceu que eram seus mais sinceros votos que os estudantes pudessem aproveitar tanto dos conhecimentos sobre religião quanto dos sobre ciência. Em relação ao último campo, o científico, ponderou que “não poderão cumprir em toda a sua extensão, pela falta de proporções, que poderão preencher a tantos desejos.”<sup>292</sup> Segundo o documento, as disciplinas oferecidas eram: “Gramática latina, de Filosofia Natural, Racional, e Moral, assim também os da Teologia Moral, os de Retórica e Belas Letras, os do Dogma, e História”.<sup>293</sup> Mesmo que de maneira resumida foi discriminado quais temas seriam tratados nas aulas, qual o tempo dedicado a cada uma e como seriam realizadas as avaliações. Um ponto comum entre todas as matérias é que ocorreriam exames anuais, nos quais os alunos seriam avaliados na presença do bispo, reitor e lente responsável pela matéria.

Antes de iniciar a análise dos conteúdos discriminados em cada disciplina oferecida no Seminário entre 1821 e 1835, necessário é que sejam feitos alguns esclarecimentos. O

---

<sup>292</sup> Estatutos do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, 1821. Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana: Arquivo2/ gaveta 2/ pasta 26.

<sup>293</sup> *Idem.*

primeiro refere-se ao fato de Dom Frei José ter sido conciso ao abordar as matérias, como mencionado no parágrafo anterior. Em nenhuma das descrições ele aponta a partir de quais compêndios ou autores os mestres deveriam basear suas explicações e em poucos casos deixou vestígios acerca do método a ser utilizado. Frente a isso, recorreremos a outros materiais que agregam informações a nossa análise. Um deles é a lista dos livros que compunham a biblioteca do Seminário de Mariana elaborada pelo próprio Frei José, no ano de 1831, em relatório apresentado ao Conselho Geral da província.<sup>294</sup> O bispo apontou os valores estimados das obras, o número de exemplares e os nomes dos autores (muitos apresentados de maneira incompleta ou abreviada). Em quase nenhum caso – uma das exceções ficou por conta do exemplar das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – o título do livro foi exposto. Na descrição da biblioteca chama atenção os 230 livros designados como “muito velhos e comidos por traças” e os bancos e mesas quebrados, aspectos que dão a ver um possível abandono do local. Entretanto, mesmo que o espaço de leitura não fosse frequentado assiduamente, ele não estava totalmente esquecido, a própria inclusão dentre os bens do Seminário no documento apresentado ao Conselho comprova essa informação. Além disso, o fato do bispo não priorizar a manutenção da biblioteca pode estar associada à postura assumida diante da prática de leitura e da conformação de espaços de sociabilidade destinado a esse fim. Dom Frei José da Santíssima Trindade se posicionava contra a “liberdade desenfreada de pensar”, o que pressupunha também o rígido controle do que se lia, escrevia, discutia e ensinava.<sup>295</sup>

Tem-se como objetivo abordar os livros disponíveis na biblioteca que auxiliem a matizar os conteúdos disciplinares oferecidos no Seminário de Mariana. Parte-se do pressuposto de que as obras disponíveis no local eram leituras permitidas pelo bispo diocesano. Não há provas concretas de que elas eram utilizadas nas aulas de Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Teologia. Contudo, algumas suposições podem ser tecidas a partir da composição desse espaço vinculado ao Seminário e vigiado pelo prelado. Com isso, não consideramos que o universo de leitura dos mestres e alunos estava restrito a tal

---

<sup>294</sup> RAPM: CD 1; volume 4. Seminário de Mariana em 1831.

<sup>295</sup> A frase, que deu origem ao título do tópico, foi utilizada por Dom Frei José em correspondência para Camilo Rossi, Consul português junto a Santa Sé, citada no segundo capítulo. AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; Pasta 8.

ambiente, nem no período colonial no qual legalmente existiam maiores dificuldades para circulação de ideias e leituras, seria cabível esta suposição. Ademais, como os trabalhos acerca da história do livro e da leitura discutiram amplamente nas últimas décadas, ter uma obra disponível não pressupõe a leitura da mesma.<sup>296</sup> Segundo Álvaro Antunes, “a posse de um livro, impresso ou manuscrito, é a condição primeira para leitura, mas não prova a efetivação dessa prática.”<sup>297</sup> Torna-se igualmente difícil mensurar, devido ao caráter fugidío da leitura, qual impacto um determinado texto exerceu sobre o indivíduo que o leu. Embora essas reflexões sejam relevantes não nos alongaremos nelas, pois não temos como objetivo entrar no universo do leitor, das práticas de leitura e “apropriações”, das recepções e circulações das obras, e sim utilizá-las como um contributo para análise das disciplinas.

Ainda para auxiliar na reflexão acerca das aulas oferecidas no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, será estabelecido um paralelo com as disciplinas discriminadas nos Estatutos do Seminário de Nossa Senhora da Graça, criado em Olinda, em 1800, pelo bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Existiam outros Seminários diocesanos no Brasil, mas considerou-se interessante conceder destaque a este em específico, por ele ter sido criado seguindo de maneira bastante clara as normatizações estabelecidas para o Império português nas reformas educacionais postas em prática a partir de 1759.<sup>298</sup> As reformas iniciadas no consulado do ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, e ampliadas nos governos subsequentes, foram as que mais profundamente alteraram o quadro institucional educacional e o campo dos saberes no mundo português, entre fim do século XVIII e começo do XIX. As aulas de Gramática Latina e Retórica foram

---

<sup>296</sup> Há uma instigante produção historiográfica sobre a história do livro e da leitura. No âmbito internacional destacamos os trabalhos de Robert Darnton e Roger Chartier, no nacional a produção de Leila Angranti, Maria Beatriz Nizza da Silva, Luiz Carlos Villalta (neste caso, além da produção do próprio autor, temos que destacar as dissertações e teses orientadas por ele sobre o tema), Márcia Abreu, Álvaro Araújo Antunes, Cristianne Moraes.

<sup>297</sup> ANTUNES, Álvaro. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs.). *O Império por escrito*. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>298</sup> Estudos como o de Guilherme Pereira das Neves e Gilberto Alves Pereira sobre o Seminário de Olinda corroboram com essa afirmação. PEREIRA, Gilberto Luiz Alves. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda*. Olinda: Humanidades, 1993. Neves, G.P. O seminário de Olinda: educação, cultura e política nos tempos modernos. Niterói: UFF – Dissertação de mestrado, 1984. Além disso, a própria postura “ilustrada” do bispo Azeredo Coutinho, ajuda-nos a entender a organização educacional do Seminário de Nossa Senhora da Graça.



contempladas no conjunto de reformas proposto ao “ensino menor” e as de Filosofia e Teologia nas destinadas ao “ensino maior”, tendo destaque a reforma realizada em 1772 na Universidade de Coimbra.<sup>299</sup>

Intrigou-nos também a seguinte colocação do historiador Maurílio Camello ao comparar os Estatutos dos Seminários de Minas e de Pernambuco: “tem-se a impressão de que em mais de um ponto o bispo D. Frei José resume o texto do bispo de Olinda.”<sup>300</sup> O autor não aprofunda a comparação, o que seria até injusto de ser cobrado, pois sua análise recai sobre as ações do sucessor de Frei José na diocese de Minas. O que observamos é que Dom Frei José não cita os Estatutos de Olinda, mas é possível supor que ele teve acesso ao mesmo, uma vez que documentos oficiais circulavam pelo Império, sobretudo entre funcionários do mesmo “escalão” que estavam a serviço da Coroa e da cristandade. No mais, já no período de sua fundação, o Seminário de Olinda se colocava como um marco de transformação no campo educativo luso-brasileiro, podendo, assim, ter inspirado a criação ou reforma de outros Seminários diocesanos. Dificilmente Dom Frei José, ao estabelecer novos Estatutos para o colégio episcopal de Mariana em 1820, retomaria o modelo de organização dos colégios jesuíticos existentes no período colonial, ainda que seus discursos tenham sido marcados por algumas continuidades.<sup>301</sup>

Quando cotejadas as duas regras de regência, são encontrados trechos e definições semelhantes. O próprio título da parte em que ambos descreveram as disciplinas oferecidas nos Seminários se assemelhava, com uma diferença fundamental: Azeredo Coutinho

---

<sup>299</sup> Carlota Bota constrói uma interessante argumentação acerca da projeção das reformas educacionais iniciadas por Sebastião José de Carvalho e Mello e traça suas interfaces com o iluminismo. Além disso, coloca em diálogo a bibliografia sobre o tema. Ver: BOTO, Carlota. “A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade”. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44 maio/agosto, 2010. (<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a06.pdf>)

<sup>300</sup> CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. D. Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX. Universidade de São Paulo – Tese Doutorado em História, São Paulo, 1986. p. 180.

<sup>301</sup> Seria um erro considerar que os membros da Companhia de Jesus não estiveram integrados ao conjunto de transformações que perpassaram o campo educativo no século XVIII, o qual se atrelava a mudanças mais amplas, como a reconfiguração do campo científico e de sua importância para as organizações dos Impérios europeus. Como exemplo, cito o jesuíta Inácio Monteiro, professor de matemática de Coimbra. Antes da reforma da Universidade ele ensinava conteúdos e utilizava métodos incorporados a partir de 1772. ROSENDO, Ana Isabel. “Inácio de Monteiro e o ensino da matemática em Portugal no século XVIII.” Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra. Centro de Matemática da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1998.

intituiu somente de *Da observância Literária*, enquanto Frei José, vinte e um anos depois, optou por nomear *Da Ordem Escolástica ou Da Observância Literária*. Houve também similitude nas palavras utilizadas para definir as disciplinas, no entanto, as distinções na delimitação dos conteúdos são igualmente marcantes. Esse aspecto não pode ser justificado somente pelo fato de Frei José ter sido mais sucinto na elaboração dos Estatutos, mas esteve atrelado a própria postura no campo educativo assumida por ele. Seu “silenciamento” diante de alguns conteúdos e matérias disciplinares debatidos há décadas no Império português e posteriormente no brasileiro, tanto no campo administrativo, como no intelectual, pode ser considerado enquanto uma opção em relação a organização do ensino. Desse modo, procuramos analisar os conteúdos permitidos no Seminário de Mariana em sua complexidade, evitando enquadrar de antemão a postura de Dom Frei José no que seria definido como uma “corrente de pensamento”, no caso a escolástica. Por fim, mais do que contribuir com uma análise totalmente acabada sobre cada uma das disciplinas, espera-se construir uma análise que permita dar a conhecer a postura educacional assumida por Dom Frei José enquanto autoridade máxima, embora questionada, do Seminário de Mariana.

A primeira disciplina descrita nos Estatutos de Regência foi a de Gramática Latina. Podiam solicitar a matrícula nessa aula jovens com idade mínima de 14 anos que tivessem frequentado o ensino de primeiras letras, ou seja, que soubessem ler, escrever, contar e os princípios do catecismo. A Gramática Latina precedia as demais aulas oferecidas no Seminário, em vista que ensinava a “língua” que facilitava “a inteligência dos livros científicos”.<sup>302</sup> Frei José não descriminou qual método de ensino seria utilizado pelo professor, nem qual compêndio ou autor deveria embasar as explicações. Apenas definiu que as aulas de Gramática Latina ocorreriam duas vezes por dia no Seminário, “a saber, das 8 horas até as 10 da manhã, e das 3 até as 6 da tarde.” Por fim, afirmou que o professor deveria expor as “lições aos seus discípulos, e fazer-lhes as explicações necessárias, em temas frequentes, não excedendo a sua aula ao tempo determinado.”<sup>303</sup>

Por essas poucas premissas Dom Frei José definiu a disciplina de Gramática Latina. Ao recorrermos à biblioteca do Seminário de Mariana não identificamos uma obra com

---

<sup>302</sup> Estatutos do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, 1821. A ECM: Arquivo 2/ gaveta 2/ pasta 26.

<sup>303</sup> *Idem*.

caráter pedagógico que poderia ser usada na aula. Não há, por exemplo, a Gramática escrita por Antonio Pereira de Figueiredo que se tornou obrigatória com a reforma dos estudos menores de 1759, ainda vigentes na data de elaboração dos Estatutos, a menos que ela estivesse em meio aos livros deteriorados.<sup>304</sup> Pouco tempo antes de Dom Frei José assumir o bispado de Minas Gerais, em 1818, houve uma proposta para a obra ser incorporada nas aulas de Gramática Latina do Seminário. Tal informação provém de um projeto encaminhado ao monarca Dom João VI pela Câmara de Mariana que visava utilizar o prédio do Seminário, na ocasião sem funcionamento, para instalar um “Colégio Real de Artes e Disciplinas Eclesiástica”.<sup>305</sup> A Gramática de Antonio Pereira foi elaborada em um contexto de crítica ao método de ensino utilizado pelos Jesuítas, considerado dispendioso e de pouca utilidade. Propunha-se que o ensino da Gramática Latina passasse a ser ministrado por intermédio da língua portuguesa, algo que facilitava a imersão dos estudantes no assunto e dispensava os excessivos ornatos da língua latina. Como salienta Laerte Ramos, há relação entre a obra de Antonio Pereira e as proposições de Luís Verney, em seu livro *O Verdadeiro Método de Estudar*.<sup>306</sup> O letrado português, uma das principais referências da reforma pedagógica empreendida no Império lusitano, além de preconizar que a língua portuguesa deveria servir como base para o ensino da latina, considerava que as lições

---

<sup>304</sup> Antonio Pereira de Figueiredo foi membro da Congregação do Oratório e contribuiu com as reformas pombalinas no campo educacional, ao lado de outros religiosos, como Frei Manuel do Cenáculo, José de Seabra da Silva e Francisco de Lemos. Na obra intitulada “*Novo Método de Gramática para uso dos escolares da Congregação do Oratório na Real Casa das Necessidades, ordenado e composto pela mesma*” criticou o método utilizado pela Companhia de Jesus para o ensino de Gramática Latina, sobretudo a gramática do jesuíta Manuel Álvares, considerada difusa e equivocada em vários pontos. Ver: TORRES, A. Parvum Lexicon de António Pereira de Figueiredo. Reprodução fac-similada da edição princeps de 1760 com introdução e notas por (...). Braga: Edições Humanitas, 1998. ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984. FRANCO, José Eduardo; PEREIRA, Sara Marques. “Introdução”. IN: *Compendio historico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados (1772)*. Porto: Tipografia do Carvalhido, 2008. Disponível em: [www.lusosofia.net/textos/20111031-marques\\_de\\_pombal\\_compendio\\_historico\\_da\\_universidade\\_de\\_coimbra.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/20111031-marques_de_pombal_compendio_historico_da_universidade_de_coimbra.pdf)

<sup>305</sup> No primeiro capítulo tratamos dessa proposta, encaminhado pela Câmara da cidade ao monarca Dom João VI.

<sup>306</sup> CARVALHO, Laerte Ramos. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp/Saraiva, 1978.

deveriam ser acompanhadas de ensinamentos da cultura latina, a partir de noções de cronologia e geografia. Existia, portanto, o esforço em vincular a formação educacional com o idioma e com as necessidades diretas do território luso. Como assegura Carlota Boto, “é possível verificar o significado pedagógico da ação pombalina como diretamente acoplado a uma percepção política do lugar simbólico a ser ocupado pela cultura letrada na formação da nacionalidade moderna.”<sup>307</sup>

Também não consta nos Estatutos do Seminário de Olinda a obrigatoriedade de uso da Gramática Latina de Antonio Pereira de Figueiredo. No entanto, foi demarcado no documento que o ensino da matéria seria acompanhado por lições de gramática portuguesa, utilizando uma “arte moderna e recompilada”, e por aspectos da cultura latina, como preconizado por Verney. As aulas estariam divididas em três classes: na primeira o professor daria aos alunos uma “noção de gramática portuguesa para que com mais facilidade vão percebendo da gramática latina, advertindo tudo aquilo em que a portuguesa tem alguma analogia com a latina”<sup>308</sup>; na segunda, os alunos seriam obrigados a traduzir trechos de autores clássicos, como Cícero e César, sendo as lições neste nível pequenas e simples; na última, quando bastante avançados no estudo do latim, o “professor lhes explicará, e lhes fará advertir nestes autores a Fábula, a História, e a beleza, e o mais que pertencer para a boa inteligência da Latinidade”<sup>309</sup> e, por fim, passariam à tradução dos poetas. Em Olinda, o ensino de Gramática Latina parecia estar adequado às novas exigências educacionais, que visavam, sobretudo, formar homens afinados com as demandas do Império e capacitados para dialogar com outros centros de produção de saberes. Essas preocupações não são evidentes em Dom Frei José da Santíssima Trindade, ao menos ele não as expõe nos Estatutos do Seminário.

A segunda disciplina descrita nos Estatutos do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte foi a de Retórica. A fim de introduzir o tema, Frei José destacou que “sendo instruídos os nossos Estudantes na Gramática Latina para bem conhecer as ciências das

---

<sup>307</sup> BOTO, Carlota. *Op. Cit.* 2011. p 48

<sup>308</sup> AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1798. p. 55

<sup>309</sup> *Idem.*

palavras, dos termos, e das frases, de que usam os autores das Artes, e das Ciências; segue a Arte de bem falar.”<sup>310</sup> Enfatizou que a Retórica consistia em um saber fundamental “porque é ela que ordena os pensamentos, a distribuição e ornato; e com este ensino todos os meios, e artificios para persuadir os ânimos, e atrair as vontades.”<sup>311</sup> Com a matéria visava-se o “aproveitamento daqueles termos, que se amoldem aos que ainda não entraram nos preceitos da Retórica, sem faltar as regras, que melhor a fazem conhecer.”<sup>312</sup> Ao dizer que essa Arte “admira a simplicidade dos evangelhos com a sublimidade da locução, e figuras das escrituras Santas com a grandeza da sabedoria criada”<sup>313</sup>, procurou salientar a sua importância para o ministério eclesiástico. As aulas seriam ministradas duas vezes ao dia e ficava “livre aos estudantes frequentá-las antes ou depois da Filosofia.”<sup>314</sup> Ao professor caberia ensinar “pelo método mais fácil, explicando-o de sorte que os discípulos penetrem nessa Arte”. Seria ainda recomendável que o mestre mandasse os discípulos “fazer as indispensáveis dissertações, dispondo-as sempre conforme a Razão, a Religião, e a Verdade, que condenam o Vício, e reprovam a Licença, a que o coração humano é tão propenso.”<sup>315</sup>

É provável que nessa aula fosse utilizado o livro de Retórica de Quintiliano, o qual a biblioteca do colégio episcopal Mariana dispunha de vinte e oito exemplares. No Seminário de Olinda, como esclarecido nos Estatutos, também era utilizada essa obra, com o complemento de lições tiradas de Cícero. Álvaro Araújo Antunes afirmou que o ensino reformado no Setecentos “não desvalorizou os autores clássicos. Eles continuariam a servir às várias áreas do aprendizado, como mananciais de “bons costumes”, de saber e civilização.”<sup>316</sup> Em Olinda, previa-se que depois de ensinadas as regras básicas da Retórica, o professor daria “assuntos para sobre eles discorrerem os Discípulos, e argumentarem uns com os outros na aula, advertindo sempre que nas contendas do entendimento, é a cortesia,

---

<sup>310</sup> AECM: Arquivo2/ gaveta 2/ pasta 26.

<sup>311</sup> *Idem.*

<sup>312</sup> *Idem.*

<sup>313</sup> *Idem.*

<sup>314</sup> *Idem.*

<sup>315</sup> *Idem.*

<sup>316</sup> ANTUNES, Álvaro Araújo. *Op. Cit.* 2005. p. 134

a civilidade com o contendor o final característico do homem cristão, e bem educado.”<sup>317</sup> Talvez fosse esse mesmo tipo de exercício sugerido por Dom Frei José quando ele afirmou que o professor mandaria os alunos fazer as “indispensáveis dissertações.” Outrossim, a semelhança mais clara contida na descrição da disciplina de Retórica consistiu na maneira como os prelados de Pernambuco e Minas Gerais definiram a mesma. O bispo Azeredo Coutinho escreveu: “A Retórica é a que ensina a falar bem, supondo já a ciência das palavras, dos termos, e das frases: ela é a que ordena os pensamentos, a distribuição, e o ornato; e com isto ensina todos os meios, e artifícios para persuadir os ânimos, e atrair as vontades.”<sup>318</sup> Como pode ser observado, Frei José utilizou praticamente as mesmas palavras nos Estatutos que elaborou.

Contudo, há uma distinção importante se comparados os dois Estatutos. O bispo de Pernambuco, Azeredo Coutinho, definiu que após introduzir as principais regras da “arte de bem falar”, deveria ser ensinado aos estudantes a poesia pela Arte Poética de Horácio, “acostumando-os também a fazer composições em verbo, não só Latinos, mas também Portugueses; fazendo-lhes ver as belezas dos nossos poetas, especialmente de Camões, que apesar de seus defeitos, não deixou de ser um excelente poeta.”<sup>319</sup> Definia ainda que o professor de Retórica seria também o de História, sendo responsável por ensinar elementos da “História Universal por algum resumo sucinto, claro e metódico (...) fazendo-lhes saber as principais noções de Cronologia, das épocas, e das supurações dos tempos em comum”; em seguida, elementos da Geografia “com um ordinário conhecimento da Esfera e dos Mapas, de sorte que os estudantes saibam as situações da terra nos seus lugares principais, e possam buscar no Mapa qualquer Província, ou Cidade famosa”<sup>320</sup>; por fim ensinaria “os fatos mais célebres do Mundo civil nos seus diversos Governos, e Impérios mais famosos, especialmente no de Portugal.”<sup>321</sup> Esses ensinamentos eram considerados responsáveis por tornar o ensino de Retórica útil ao Império português, especialmente para atuação na vida pública.

---

<sup>317</sup> AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de *Op. Cit.* p. 59

<sup>318</sup> *Idem.*

<sup>319</sup> *Idem.*

<sup>320</sup> *Idem*

<sup>321</sup> *Idem*

De forma similar ao que acontecia com o ensino de Gramática Latina, a mocidade deveria aprender as regras da Retórica na “língua pátria” também, e não só no latim. Essa Arte tão importante ao Jurista, ao Sacerdote e ao Político só seria compensadora se embasada no português. Era esse um dos pontos altos da crítica feita por Verney ao ensino jesuítico. Ele expressou que um dos principais erros dos mestres consistia em ensinar “a Retórica em Latim. Erro considerável, porque nada tem a Retórica com o Latim, sendo que os seus preceitos compreendem e se eximem em todas as línguas.”<sup>322</sup> Como alerta Laerte Ramos, ao “invés dos ornatos retóricos, do formalismo estéril da dialética e das infundáveis questões gramaticais, a noção de uma verdade a ser buscada, seja pela experiência, seja pela razão, era um critério que os bons estudos deveriam, aos poucos, formar no espírito dos estudantes.”<sup>323</sup> Mais uma vez Frei José mantém-se em silêncio sobre tais temas, o que corrobora para nossa percepção de que ele não fazia questão de assumir um discurso que substituía antigas práticas educativas, o que representava uma continuidade em suas proposições.

A terceira disciplina descrita nos Estatutos do Seminário de Mariana foi a de Filosofia, definida como “uma das Artes (ou para melhor dizer) uma Ciência necessária a qualquer estudante para entrar na percepção de todas as demais. Ela ensina a indagar as coisas pelas suas causas e efeitos, dirige as operações do entendimento, prepara os princípios ideais de todas as Ciências, e compreende a Ciência dos Espíritos.”<sup>324</sup> Esta aula era fundamental tanto a atuação religiosa, quanto as demais áreas, aspecto que o prelado não deixou de demarcar: “deste estudo se espera grande utilidade aos que frequentarem, pela qual se pode preparar um clero capaz de edificar a Igreja, e um cidadão hábil ao serviço da Pátria, e da República, se determinou desde logo abrir esta aula de tanto aproveitamento.”<sup>325</sup> Os professores deveriam ensinar pelos “Autores de melhor escolha, nota, e clareza, e distribuirá as lições com as explicações necessárias para que seus discípulos aprendam as regras, com a sutileza dos pensamentos, proferidos nos argumentos,

---

<sup>322</sup> VERNEY, Luís A. *Verdadeiro Método de Estudar*. Volume II, Edição organizada por Antônio Salgado Junior. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1949. p. 4

<sup>323</sup> CARVALHO, Laerte Ramos. *Op. Cit.* p. 85

<sup>324</sup> AECM: Arquivo2/ gaveta 2/ pasta 26.

<sup>325</sup> *Idem.*

que lhes propuserem.” Poderiam ser aproveitadas as opiniões fora do autor definido “ainda que obrigue os seus alunos a partilharem.” Recomendava-se que os mestres obrigassem “os discípulos a fazerem argumentos, do modo Socrático ou modo Silogístico, assim como dissertações acomodadas as matérias de que trata.” Por fim, definia que as aulas de Filosofia ocorreriam duas vezes por dia “das 8 da manhã até as 9 e meia, e das 3 até as 4 e meia da tarde.”<sup>326</sup>

Como pode ser vislumbrado, Dom Frei José tratou da Filosofia de forma geral e abandonou a divisão entre Racional, Moral e Natural mencionada no parágrafo introdutório dos Estatutos, em que expôs as disciplinas oferecidas. Se recorrermos à biblioteca do Seminário de Mariana, os livros que versavam sobre essa matéria eram poucos, apenas um exemplar de Sêneca e outra obra intitulada como “Lógica, Metafísica e Ética”, disponível em dezoito exemplares. Esta última poderia servir como base para o ensino da Filosofia Moral e Racional, mas não há nenhuma obra que remeta ao ensino de Filosofia Natural, tão admirada nos círculos letrados do período. Se olharmos para os Estatutos do Seminário de Olinda, logo notamos que novamente Dom Frei José utilizou palavras similares para definir o que entendia por Filosofia. O bispo Azeredo Coutinho escreveu que “a Filosofia é a Ciência, que ensina a indagar as coisas pelas suas causas, e efeitos se divide em três grandes partes, que são a Racional, Moral, e Natural.”<sup>327</sup>

No entanto, nos Estatutos de Olinda ficava bem definido como se organizava cada uma dessas partes, o que é revelador de um projeto de ensino moderno e sintonizado com as reformas educacionais empreendidas no Império português. Como consta no documento, a Filosofia Racional compreendia a Lógica, responsável por dirigir as operações do entendimento, a Ontologia, “que prepara o princípio ideal de todas as ciências”, e Metafísica, “que tratava dos primeiros princípios de natureza espiritual”. A Filosofia Moral abarcava a Ética, “que trata da composição dos costumes, e da moderação das paixões”. Nas aulas de Filosofia Racional e Moral, o professor deveria se valer de um “compêndio moderno, escolhendo, e explicando com clareza somente as questões úteis”. Deveria ainda ensinar os princípios das ações morais e das virtudes dos homens, explicar “como se

---

<sup>326</sup> *Idem*. Todos os trechos entre aspas nesse parágrafo pertencem a esse documento.

<sup>327</sup> *Idem*.



descobre a verdade pelo método analítico; como se ensina e convence pelo método Sintético; e que coisa seja o método Socrático”. Tudo isso “sem difusões, nem perplexidades, que embaraçam o progresso dos estudantes.” Por fim, a Filosofia Natural correspondia a “tudo que pertence a contemplação da Natureza”, abarcava o ensino de Física Experimental, Química e História Natural. Sobre Física Experimental, o mestre ensinaria “a Mecânica, e a Hidrostática, e os princípios necessários para inteligência das máquinas, e das suas forças; cujo conhecimento é muito necessário para fazer mover, e levantar grandes corpos, e conduzir as águas em um país, cujo fundo principal consiste na Agricultura, e no trabalho de lavrar as terras, cavar e extrair minerais.”<sup>328</sup> O mesmo professor deveria ensinar a História Natural, contemplando os três reinos da natureza, e sair “a passeio fora da Cidade com seus Discípulos em algumas tardes para os fazer ver no campo a mesma natureza produzindo, e principalmente aqueles produtos sobre que já lhes tiver dado algumas noções, ou houver de lhes explicar imediatamente.”<sup>329</sup> Os produtos naturais observados *in loco*, especialmente as que “são próprios da Zona Tórrida, ou muito raros nos outros Climas”, seriam “muito bem descritos, e desenhados, e as suas análises muito bem circunstanciadas”.<sup>330</sup> As descrições e análises feitas pelos estudantes deveriam ser corrigidas pelo professor e entregues ao reitor do Seminário de Olinda para ser organizada uma “coleção própria da História Natural do Brasil.”<sup>331</sup> O ensino de Química estava diretamente relacionado ao de História Natural, pois “como a observação por si só não basta sem a experiência, deverá também passar para o conhecimento interno dos produtos da Natureza, em cuja indagação consiste o principal objeto da Química”.<sup>332</sup>

O bispo Azeredo Coutinho adaptou para as proporções do Seminário de Olinda a reforma realizada na Universidade de Coimbra, em 1772, que transformou as aulas de Filosofia, antes consideradas preparatórias, em uma Faculdade. As principais atribuições da recém-criada Faculdade eram: “formar filósofos dignos das luzes do século e oferecer

---

<sup>328</sup> AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de *Op. Cit.*

<sup>329</sup> *Idem.*

<sup>330</sup> *Idem.*

<sup>331</sup> *Idem.*

<sup>332</sup> *Idem.*

lições subsidiárias aos demais alunos coimbrãs”.<sup>333</sup> A passagem pela Faculdade de Filosofia era obrigatória para os estudantes das de Matemática, Medicina, Teologia e Direito. Nela eram oferecidas aulas de Filosofia Moral e Racional no primeiro ano e Filosofia Natural, que abarcava a História Natural, Química, Física Experimental e Agricultura, nos três últimos anos.<sup>334</sup> A Faculdade sintonizava-se com o padrão moderno de produção do conhecimento científico, ancorado na observação e no método empírico. Novos espaços destinados ao ensino e pesquisa criados no contexto da reforma comprovam essa afirmação. Foi fundado em Coimbra um Gabinete de História Natural para a análise e guarda de materiais referentes aos três reinos da natureza,<sup>335</sup> um Jardim Botânico utilizado para estudo e cultivo de plantas provenientes de distintas partes do mundo e Laboratórios de Física e Química para o ensino experimental.

Além dos estudantes de todos os cursos oferecidos na Universidade de Coimbra serem obrigados a frequentar as aulas de Filosofia, pode-se dizer que as transformações sofridas nesse campo causaram impacto nas reformas das demais Faculdades. Luís Verney já sinalizava que as aulas de Filosofia eram as que mais urgentemente precisavam ser regidas por novos preceitos, pois por conta de uma má-filosofia “nasce confusão na

---

<sup>333</sup> *Estatutos da universidade de Coimbra (1772)*, Liv. III, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972. CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>334</sup> As aulas de Agricultura foram criadas em 1779, quando o renomado botânico Felix Avelar Brotero foi instituído professor da disciplina pela rainha D. Maria I. O ensino de técnicas e conteúdos que permitissem um melhor aproveitamento agrícola era um dos elementos que inspirou a criação da aula. Segundo Maria de Fátima Nunes, o século XVIII foi um período importante para institucionalização desse saber. “O ponto inicial do ensino institucionalizado da agricultura insere-se no âmbito do espírito das reformas iluminadas de D. Maria I que “no ano de 1791, por carta régia datada de 24 de janeiro e publicada na folha oficial, muito tempo antes de se pensar a sério em ensino profissional agrícola na França, na Bélgica e outras nações cultas da Europa, era criada, junto a faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra, uma cadeira de botânica e agricultura geral, onde, ao lado do estudo das plantas e das condições do meio mais favoráveis ao seu desenvolvimento, se aprendia também a aproveitar os seus principais produtos.” NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852). Leituras de Ciências Agrícolas em Portugal*. Lisboa: Estar/ Coleção Teses, 2001. p. 198. Ver também: BRANCO, Cristina Castel. *Félix de Avelar Brotero. Uma História Natural (1774-1828)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (IU), 2007.

<sup>335</sup> Foi introduzido na Faculdade de Filosofia de Coimbra, o ensinamento de História Natural, pautado na obra de Lineu. Em linhas gerais, consistia no contato com um sistema de classificação dos três reinos: animal, vegetal e mineral, classificação esta utilizada, posteriormente, pelos naturalistas que viajaram pelas conquistas portuguesas na América, Ásia e África. Para uma abordagem recente do tema na historiografia brasileira ver os trabalhos de Lorelai Kury, Ronald Polito, Magnus Pereira, Ana Lucia Cruz, Ermelinda Pataca e Iara Lis Schiavinatto.

Medicina, Teologia e mais Ciências.”<sup>336</sup> Este aspecto ficou claro no relatório de Francisco Lemos, reitor da Universidade no período da reforma, apresentado à rainha D. Maria I, em 1779, tratando das transformações iniciadas cinco anos antes em Coimbra. O “reitor reformador” enfatizou que o problema da Universidade como um todo no período em que os Jesuítas estiveram em sua direção era a influência da Filosofia escolástica em todas as áreas. Preocupado em elencar os “vícios” existentes antes de reforma, Lemos afirmava que o ensino de Teologia encontrava-se no “escandaloso desprezo, que fizeram os escolásticos dos argumentos positivos tirados dos lugares teológicos, para provarem as verdades da religião com princípios vagos, e de mera conversão de linguagem das escolas”<sup>337</sup>; o curso de Direito só ensinava “a jurisprudência da Escola de Bartholo”, baseada na filosofia peripatética e nas disputas pela afirmativa e negativa, “o que fez no ensino jurídico o mesmo estado que fez na teologia”; por fim como “as evoluções gerais da filosofia sempre influenciam nas revoluções particulares da Medicina” esta Faculdade encontrava-se na mesma situação das demais.<sup>338</sup>

Dom Frei José mantém mais uma vez silêncio diante do ensino desses conhecimentos, especialmente dos relacionados ao mundo natural. Até poderíamos supor que ele faz isso por considerar que um Seminário tinha como principal função formar sacerdotes. Contudo, essa colocação não se sustenta quando reconhecemos que desde o fim do século XVIII os conhecimentos contemplados pela Filosofia natural eram concebidos como importantes para formação dos letrados em geral, funcionando até mesmo como credencial para a inserção neste universo. Era a partir dessa área do conhecimento que a ciência moderna estruturava um novo método, pautado na observação, experimentação e comprovação. Neste assunto, julgo curioso e expressivo o trecho do jocoso *Palito Métrico* destacado por Iara Schiavinatto em que “um doutor em Direito na Universidade de Coimbra, logo senhor de prestígio, recomendava a um calouro: *pede a moda que digamos*

---

<sup>336</sup> VERNEY, Luis A. *Verdadeiro Método de Estudar*. Volume III, Edição organizada por Antônio Salgado Junior. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1949. p 2

<sup>337</sup> LEMOS, Dom Francisco de. *Memória servindo de introdução à relação do estado da Universidade de Coimbra de 1772 a 1777 apresentada ao Governo*. Introdução: Theófilo Braga. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1894. p. 7

<sup>338</sup> *Idem*, p. 37

*que a Filosofia excede todas as outras: eu sou de voto que tenha em sua casa alguns gafanhotos, borboletas, petrificados.*”<sup>339</sup>

Além de não mencionar esses conteúdos, Dom Frei José definiu que o método de estudo adotado seria o Silogístico e Socrático, acompanhado da realização de disputas pautadas no autor estipulado pelo mestre. As disputas consistiam em “torneios de eruditos”, nos quais “os estudantes, orientados por um mestre, expunham argumentos, estabeleciam questionamentos e respondiam às objeções, em um exercício de retórica, silogismo, conhecimento e memória. Ao mestre cabia, basicamente, orientar o debate e comentar as objeções à tese.”<sup>340</sup> Tais disputas foram caracterizadas por reformadores do ensino como inúteis, pois não passavam de um “divertimento de homens ociosos.” Nota-se que enquanto o bispo de Mariana propôs que este método fosse utilizado no Seminário de Mariana, o prelado de Olinda julgava necessário dizer apenas no que ele consistia, talvez se valendo da sugestão de Verney de iniciar o estudo pela história da Filosofia. O Silogismo fora uma das bases do modelo de educação escolástico e embasara o ensino por um longo período no reino e em seus domínios. Uma das principais críticas direcionadas a este método consistia no fato dele substituir “as coisas pelas palavras”, de constituir-se mais de argumentos elaborados através da linguagem do que da razão e da experiência.

O silogismo aristotélico tinha o caráter de *Organum*, instrumento, tópica, método-disciplina, que partia de premissas necessárias para chegar em “verdades” dadas de antemão. Em resumo, o método de raciocínio e de argumentação tópica parte de uma preposição que se converte em problema, que é analisado, apresentando-se argumentos, prós e contras e, isso feito, as conclusões que remetem ao problema posto. (...) Esse exercício dialético-analítico tenderia, portanto, a congelar verdades asseguradas pelo respeito humilde dos estudantes à opinião dos comentadores e dos intérpretes autorizados.<sup>341</sup>

A última disciplina descrita por Dom Frei José foi a de Teologia, considerada como o “ponto mais importante da sábia ação das almas”. Destacava-se que a “sagrada Teologia ensina[va] as verdades reveladas, que a relaxação impregna”, sendo responsável por “amoldar a lei de Deus as disposições da Santa Igreja, e a sujeição, que a natureza as casam

---

<sup>339</sup> SCHIA VINATTO, Iara Lis. *Op. Cit.* 2013. P. 4

<sup>340</sup> ANTUNES, Álvaro Araujo. *Op. Cit.* 2005. p. 150

<sup>341</sup> *Idem*, p. 121

e os preceitos Divinos ordenam aos soberanos da Terra.” O bispo de Mariana teceu uma reflexão teológica se valendo do discurso cristão de que Deus não precisou do homem para criação da Orbe, dos céus, da alma e do corpo humano e se precisasse “em que erro não cairia a sua Consciência!”<sup>342</sup> Do mesmo modo, não necessitava “dessas criaturas fracas, que nada tem de seu”, para distribuir prêmios e castigos, “conforme atributo da sua justiça”. Esclareceu que a “Teologia Cristã que procede de Deus autor da Revelação, derivada das Escrituras Santas, e da Tradição (onde são as fontes que tem bebido os autores ortodoxos).”<sup>343</sup> Por fim, frisou que os homens caíam em grande erro, poriam em risco a sua felicidade e seguiriam na perdição eterna caso se deixem influenciar “ao modo de pensar da filosofia infecta, e as inclinações das paixões de cada um”. Retomando a definição do ensino de Teologia, determinou que essa aula estivesse dividida em Teologia Prática ou Moral, que tratava da defesa da religião e a Teologia Dogmática, “que não se pode dispensar ao ministério do Sacerdócio, e das direções das almas.” Ao professor dessa matéria cabia ensinar “aos seus ouvintes pelos autores mais fáceis de compreender a quem principia sua matéria tão interessante, que deve bem imprimir no entendimento, para depois melhor se instruir nos mais difusos”. A função principal do mestre era oferecer “fundamentos sólidos, sobre os quais possa descansar a consciência dos seus alunos.”

No campo da Teologia era o que biblioteca do Seminário de Mariana mais dispunha de obras, certamente pelo caráter da própria instituição de ensino, mas também pelo espaço relevante ocupado pelas leituras sacras no período, como destacado por Luiz Carlos Villalta. Além de seis exemplares da Bíblia em versão latina, possuía trinta exemplares de Fleury, seis de uma obra discriminada como *Teologia Moral*, trinta de outra designada *História eclesiástica*, dezesseis de um *Dicionário Eclesiástico* e cinco do teólogo franciscano Lucio Ferraris. Dentre estes livros o que mais nos chama atenção são os exemplares do teólogo Fleury, autor adotado no segundo ano do curso de Teologia da Universidade de Coimbra e elogiado por Voltaire, mas criticado por alguns setores da Igreja. O reitor da Universidade de Coimbra, Francisco Lemos, defendeu o uso de Fleury, enfatizando que ele foi um dos autores “mais pios e ortodoxos” que a França produziu

---

<sup>342</sup> AECM: Arquivo2/ gaveta 2/ pasta 26.

<sup>343</sup> *Idem*.

naquele século. “Os seus discursos, a mesma História, são cheios de profundíssimas reflexões e de uma filosofia sublime, sendo a sua *História Eclesiástica* digna de ser lida por todos os cristãos.”<sup>344</sup> Ana Cristina de Araújo enfatiza que apesar da associação de Fleury com a corrente jansenista por alguns setores da Igreja, o autor constituiu-se enquanto leitura obrigatória ao homem formado após a reforma da Universidade de Coimbra.

Nos Estatutos do Seminário de Olinda não foi especificado qual compêndio ou autor deveria ser utilizado nas aulas de Teologia, apenas se salientou que o mestre deveria ensinar pelos autores mais simples e que a obra proposta para ser utilizada deveria ser aprovada pela Congregação Literária. Em relação à definição da disciplina de Teologia, mais uma vez há similitude nas palavras utilizadas pelo bispo Azeredo Coutinho e posteriormente por Dom Frei José. Novamente o prelado de Pernambuco foi mais detalhista na definição da disciplina. Azeredo asseverou que a Teologia Revelada ou Cristã precedia do princípio de que é Deus o autor da Revelação, sendo as fontes constatadoras dessa “verdade” a Escritura e a Tradição. Para o seu ensino, o curso seria dividido entre Teologia Especulativa e Teologia Prática ou Moral, também elencada por Frei José. Além dessa divisão, porém, no Seminário de Olinda o professor deveria ensinar a História Eclesiástica, “muito difundida entre os Teólogos modernos”. Esse deveria ser o primeiro tema tratado na disciplina. O mestre exporia, “na ordem dos séculos”, quais foram os Papas que governaram a Igreja, quais os concílios, dogmas e disciplina observaram, quais matérias eclesásticas foram suscitadas, quais os “hereges combateram a verdade” e quais “os Varões ilustres em santidade e doutrina, que floresceram.”<sup>345</sup> Por fim, haveria de abordar “pela mesma ordem principiando pela sucessão dos bispos das dioceses mais antigas, se explicará em compêndio a História particular da Igreja Lusitana (...), e também da Nossa Diocese.”<sup>346</sup>

A relação direta com cultura e história lusitana era vislumbrada como uma possibilidade de formar eclesiásticos profundamente afinados com as demandas do Império. Deste modo, o caráter utilitário também permeava o ensino de Teologia,

---

<sup>344</sup> LEMOS, Francisco de. *Op. Cit.* 1779. p. 13/ 14

<sup>345</sup> AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. *Op. Cit.*

<sup>346</sup> *Idem.* Todos os trechos entre aspas do parágrafo pertencem ao documento.

reestruturado no fim do Setecentos. Buscava-se substituir um teólogo “mergulhado na especulação pura e por isso desligado das necessidades mais prementes dos crentes próximos, por um teólogo conhecedor profundo da escritura, da tradição, dos concílios, dos dogmas, quer dizer dos aspectos dogmáticos e positivos da teologia.”<sup>347</sup> O caminho encontrado foi a valorização das fontes, como a Escritura e a Tradição, entendidas como possibilidade de comprovação das “verdades religiosos”, como preconizava o método científico em voga. Segunda Ana Cristina de Araújo, “a religião, “reconciliada” com a História e com a Natureza, distancia-se do milagre e procura adequar a linguagem dos segredos da fé à inteligibilidade das coisas da vida.”<sup>348</sup> Dom Frei José parece, em alguma medida, receptivo a essas ideias, uma vez que valorizou a Escritura e a Tradição como elementos importantes para embasar o ensino de Teologia, além de permitir a leitura de Fleury, autor pelo qual poderia ser ensinada a história eclesiástica. Mas não reconheceu de maneira explícita sua associação com as demandas de um território específico, uma vez que não tocou, assim como nas disciplinas de Retórica e Gramática, na importância língua e história portuguesa.

Mesmo diante do fato de Dom Frei José ter sido conciso na definição dos conteúdos contemplados pelas quatro disciplinas oferecidas no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Teologia), algumas conclusões podem ser tecidas. Em primeiro lugar, o bispo de Mariana não se posicionou contra todas as transformações postas em curso no campo da educação no Império português desde o fim do século XVIII, muitas delas mantidas após a Independência. Ele permitiu que em meio ao acervo da biblioteca do Seminário existissem exemplares de um escritor como Fleury e valorizou no campo da Teologia a recorrência a Escritura e a Tradição. Procurou também enfatizar que em todas as matérias os professores deveriam preferir os “autores mais simples e menos difusos”, os quais levariam os discípulos a absorver os conteúdos mais rapidamente e não estabeleceu um “monopólio autoral.” Por outro lado, não concedeu a devida importância ao ensino da língua e da cultura portuguesa, suas digressões não são

---

<sup>347</sup> JÚNIOR, Antônio Salgado. Introdução. IN: VERNEY, Luis A. *Verdadeiro Método de Estudar*. Volume III, Edição organizada por Antônio Salgado Junior. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1949. p. XXII

<sup>348</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade (IU), 2000.p. 73

marcadas pela busca do utilitarismo, não se baseou de maneira explícita em preceitos modernos das ciências, como o uso incondicional da razão, a observação e experimentação, e não tratou dos conteúdos congregados pelas ciências naturais.

Para o entendimento dos elementos rejeitados por Dom Frei José da Santíssima Trindade no campo educativo, preciso é retomar posições assumidas pelo prelado em outros setores. Considerar o seu alinhamento com a Santa Sé e a sua crença na importância de uma “Igreja Universal” a qual o clero e os cristãos espalhados pelo mundo deveriam estar submetidos em primeira instância, pode ajudar a explicar o fato de ele não colocar em plano destacado o ensino da cultura e da língua portuguesa nas disciplinas de Gramática Latina, Retórica e Teologia. Sintonizado com as mudanças que ocorriam e provavelmente as entendendo, Dom Frei José elaborava estratégias, sendo a ação educativa uma delas, para que determinados preceitos universais, construtores do campo da religião e mesmo da justiça, não se esfacelassem. Ele ia, deste modo, ao encontro da constituição de práticas e preceitos religiosos “nacionalizados”, mesmo que não se posicionasse contra a emancipação política do Brasil. Apesar de não restringir o acesso ao Seminário somente aos sujeitos que se tornariam padres, a formação de um corpo eclesiástico submetido ao bispo da diocese e a Roma parecia ser sua principal preocupação.

Já a cautela diante das ciências naturais pode ter sido um caminho encontrado por Dom Frei José para evitar o contato com conteúdos e métodos que poderiam gerar controversas, levar os sujeitos a pensar de maneira livre, ou, ao menos, um pouco menos controlada. Como expressou Luiz Carlos Villalta, enquanto os autores considerados “libertinos” dos séculos precedentes tinham se divertido com a matemática e com a física, a partir do setecentos, “os curiosos, os filósofos, sem desdenhá-las, se enamoravam cada vez mais da botânica e zoologia.”<sup>349</sup> No mais, a constituição dessa nova lógica de produção de conhecimento, pautada em descobertas acerca do mundo natural e em troca de experiências entre letrados, pressupunha e demandava espaços para circulação de saberes. Exemplo disso são as Academias científicas surgidas na Europa e nas Américas, bem como os

---

<sup>349</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. A “Torpeza Diversificada dos Vícios”: Celibato, Concubinato e Casamento no Mundo dos Letrados de Minas Gerais (1748-1801), São Paulo: FFLCH-USP – Dissertação de Mestrado, 1993. p. 185



panfletos, periódicos e memórias, publicados em diversas partes do globo. Nesse contexto, o catolicismo não perdia totalmente a importância exercida em outrora no campo cultural. Mas passou a ser concedido a ele distintas atribuições, retirando-lhe certa hegemonia explicativa dos fenômenos mundanos da qual um dia desfrutara. A convicta contrariedade de Dom Frei José diante da liberdade de consciência e de imprensa contribui para asseverarmos que ele se opunha a um modelo de ensino que pudesse levar a descobertas e inovações imprevisíveis, as quais a própria leitura poderia conduzir. Com a livre circulação de ideias, escapava de seus dedos com facilidade a autoridade enquanto bispo de controlar as informações que chegavam ao corpo eclesiástico e aos demais fiéis.

Neste assunto, mais uma vez o bispo de Mariana encontrava-se sintonizado com a Santa Sé, especialmente com a postura assumida pelo Papa Gregório XVI em relação aos perigos da liberdade de pensar e de opinar. Em carta encíclica publicada em quinze de agosto de 1832, intitulada *Mirari Vos*, o Sumo Pontífice condenou o “indiferentismo” religioso e a liberdade de consciência, imprensa e pensamento. Em meio à documentação pessoal de Dom Frei José da Santíssima Trindade foi possível localizar cópias traduzidas e impressas por uma Tipografia de Ouro Preto, chamada Layraud. Provavelmente o prelado de Mariana a fez circular por julgar que os “males” discriminados pelo Papa também se faziam presentes nas Minas. No documento proveniente de Roma argumentava-se que as Academias e escolas eram responsáveis por ecoar “horivelmente as monstruosas novidades de opinião, com as quais não mais de modo oculto e com secretas ameaças se ataca a Fé Católica, mas abertamente e sob os olhares de todos move-se horrível e nefanda Guerra.”<sup>350</sup> Corrompia-se assim “o espírito dos jovens alunos pelos ensinamentos viciados e pelos maus exemplos dos mestres, espalham-se o desgaste da religião e os costumes pervertem-se.”<sup>351</sup> Em consonância com essa forma de difundir ensinamentos vertia, segundo Gregório XVI, a “sentença” ou “delírio” de que deveria ser garantida a liberdade de consciência a cada um. Este mesmo caminho de tristeza e erros era acompanhado pela “péssima,

---

<sup>350</sup> COSTA, Lourenço (org). *Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)*. São Paulo: Paulus, 1999.

<sup>351</sup> *Idem*

aborrecida e nunca por demais exacerbada liberdade de imprensa, ao divulgar escritos de qualquer gênero”.<sup>352</sup>

Daí, afinal, provém sempre a transformação dos espíritos, a depravação da juventude, o desprezo do povo pelas coisas sagradas e Leis mais Santas, em uma palavra, daí provém a peste da sociedade, mais nociva do que qualquer outra. A experiência secular, desde a mais remota antiguidade, luminosamente demonstra que a cidade ostenta opulência, domínio, e mais florescente glória unicamente por causa dessa desordem, isto é, por uma excessiva liberdade de opinião, pela licença dos conciliábulos, pela mania de novidade, encaminham-se tristemente para ruína.<sup>353</sup>

Somos levados a crer que a posição assumida por Dom Frei José da Santíssima Trindade diante do Seminário e da circulação de saberes e ideias não fora somente uma simples contrariedade política de um sujeito pouco afeito às transformações postas em curso. O bispo parecia elaborar estratégias para evitar que fosse despertada a “capacidade inventiva” e a “cobiça por novidade” entre os jovens, aspectos que poderiam perturbar a ordem e gerar questionamento a religião. Mas, como já mencionado, a postura educacional assumida por Dom Frei José não era compartilhada por Antonio José Ribeiro Bhering. Sua proposta, apoiada por membros do Conselho da Província e divulgada em folhas públicas, para que o Seminário de Mariana fosse transformado em um curso preparatório para ingresso nos cursos superiores do Império, sem que para isso deixasse de ser um espaço para formar eclesiásticos, corrobora para construirmos esta suposição. Ao agregar caráter utilitário e pragmático ao ensino, Bhering julgava que a mocidade deveria ser preparada para vida em sociedade a partir de saberes distintos dos oferecidos no Seminário e longe do que ele julgava ser um “fanatismo fradesco” preponderante na instituição.

### **3.3. Educação para padres e curso preparatório como lados de uma mesma moeda**

---

<sup>352</sup> *Idem*

<sup>353</sup> *Idem*

No dia 22 de março de 1830 ocupou a primeira página, logo em local de destaque do jornal *O Universal*, o discurso proferido por Antonio José Ribeiro Bhering na ocasião da abertura de sua aula de Filosofia oferecida em Ouro Preto. Como já dito em mais uma passagem dessa dissertação, ele foi nomeado professor da capital da província no mesmo mês em que fora exonerado da cadeira de Filosofia ocupada há quase três anos no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Possivelmente Ribeiro Bhering ofereceu curso semelhante na instituição de ensino poucos meses antes, o qual desagradou o bispo Frei José e o fizera alegar que o “improvisado lente” desandou a difundir nas salas do colégio episcopal “novidades filosóficas”. Na ocasião da aula inaugural estavam presentes, além dos alunos, os Senhores Conselheiros da província, os membros da Câmara municipal e os “mais Cidadãos”. No texto que ocupou duas páginas e meia do periódico Bhering dissertou sobre a maneira pela qual concebia a Filosofia e lhe atribuía relevância, bem como acerca dos temas e questões a serem tratados em suas lições.

Logo de início se valeu de um preceito que em sua opinião desfrutavam todos os homens, até mesmo “o próprio selvagem, que habita as sombrias florestas segregadas das relações sociais, inacessível aos encantos, e alternativos da amizade, cede ao impulso desta Lei poderosa, que sobre todos impera”.<sup>354</sup> Tratava-se da razão, “uma Lei [que] exalou no coração do Homem, o ser Soberano do Universo, uma Lei, em que se firmam todas as propensões humanas – a que o arrebatava de tudo, quanto pode ofender seu ser, para aquilo, que constitui venturoso na ordem assim Física como Moral.” Era ela a “Luz radiante, que só através das variadas, e infinitas produções da sábia Natureza mostra ao Homem a segura Avenida da Felicidade Suma, servindo-lhe de estrela polar até o alcançar do seu majestoso templo.”<sup>355</sup> Apesar da razão ser um elemento comum a todos os indivíduos, ela carecia de constante orientação especialmente na terna idade.

A razão é o farol da nossa conduta; porém sua luz é mui escassa quando começa a brotar: a semelhança da pedra preciosa necessita de socorro da arte, para ostentar sua beleza: e depois mesmo da sua fulgurante aurora, milhares de nevoeiros lhes

---

<sup>354</sup> APM: *O Universal*, nº 419, 1830. Todos os trechos que se encontram entre aspas neste parágrafo pertencem ao esse mesmo documento.

<sup>355</sup> *Idem*.

saem ao encontro a paralisarem a expansão de seus raios: a par do nosso ser andam as paixões que de ordinário o tempo lhes fazem perder o equilíbrio o temperamento que muitas vezes o deslumbra; as enfermidades intelectuais, e físicas disputam-lhe o império sobre as nossas ações: daqui vem o sagrado dever imposto a todo ente social de iluminar sua razão, enriquece-la de todas aquelas principais obrigações para com Deus, para com a sociedade, e para consigo: daqui vem a necessidade da Filosofia.<sup>356</sup>

Desse modo, Antonio José Ribeiro Bhering assegurava que a felicidade era um dado da natureza humana, mas demonstrá-la por princípios evidentes, “conhecer os meios mais adequados para sua posse, assegurar todos os empecilhos que a obstem” eram tarefas próprias dos filósofos. Este saber era, assim, “o poderoso instrumento com que desmoronamos todas as barreiras levantadas pelo erro, e ignorância” e o “Astro brilhante” que aguça a perspicácia e afasta os indivíduos dos dizeres proferidos “pela boca pestilenta do fanatismo, e superstição.”<sup>357</sup> A Filosofia apresentava-se como fundamental para conduzir os sujeitos no caminho das verdades relacionadas ao campo da política e da religião, afastando-os daquilo que não fosse possível ser comprovado. Em suas aulas essa matéria estaria dividida em quatro ramificações a serem ministradas na seguinte ordem: Dialética, Lógica, Metafísica e Ética.

Na aula inaugural não foram mencionados os conteúdos da Filosofia natural. Sugerimos que isso ocorreu, pois, para o ingresso na Academia Jurídica de São Paulo – para o qual com esse curso específico Bhering dizia preparar seus alunos – eram exigidas nesse momento apenas as matérias abarcadas pela Filosofia Racional e Moral, além das contempladas pela Gramática Latina, Retórica e Geometria. No entanto, em outros escritos, Bhering ressaltou a importância das ciências naturais como conhecimento fundamental para prosperidade da província e foi, inclusive, responsável por propostas de criação de aulas de Agricultura, Química, Desenho e Mineralogia em Minas Gerais.<sup>358</sup> No primeiro número do jornal *O Novo Argos*, Bhering afirmou que o “Brasil, que a Natureza talhou em grande, oferece nos três Reinos – Animal, Vegetal e Mineral – um Tesouro o mais fecundo, [onde] podemos colher experiências para apuro de perfeição de tudo aquilo, que o pode conduzir

---

<sup>356</sup> *Idem.*

<sup>357</sup> *Idem.* Todos os demais trechos entre aspas pertencem ao mesmo documento.

<sup>358</sup> APM: Série 3, Subsérie 2, Notação CGP-04.

ao apogeu da prosperidade.”<sup>359</sup> Ainda relacionado ao mundo natural, chamou atenção das autoridades em mais de uma passagem do mesmo periódico para necessidade de reestruturar o Jardim Botânico de Ouro Preto, local fundamental para o cultivo e estudo das espécies de plantas.

No período do curso dedicado a Dialética, os jovens aprenderiam a regular as “operações do entendimento” necessárias para “inquirição da verdade”. Ensinava-se o método analítico e pelo “manejo da análise, os segredos das investigações, como lhe chama Condillac, manifesta ao Filósofo o seguro trilho das especulações mais difíceis e no meio das mais negras sombras lhe apresenta a única verdade.”<sup>360</sup> O segundo momento do curso era dedicado a Lógica, responsável por fazer os sujeitos penetrarem “munidos dos preceitos da severa crítica inseparável da Lógica (contra o pensar dos platônicos) no escuro labirinto da mais remota antiguidade”.<sup>361</sup> Tal exercício era importante para expurgar a “história das fabulosas narrações, purificando-a das nódoas da própria impostura, por ela encarada”, além de auxiliar na análise da origem das Sociedades, Reinos e Impérios e “das Artes, das Ciências, e dos filósofos mais famigerados.” Este campo era construído por dois pilares: a crítica, incumbida de demarcar “a linha divisória entre a realidade, e as produções da pura fantasia, entre as maravilhas da revelação, e as superstições religiosas”, e a hermenêutica, a qual levava os indivíduos ao “alcance das noções mais embaraçosas” a partir das “regras da verdadeira interpretação”. A Dialética e Lógica eram fundamentais para todas as ciências, porque delas “tem essencial dependência as regras de raciocinar”, ou seja, eram instrumentos cognitivos pelos quais os alunos construiriam seus pensamentos. Os estudantes deveriam estruturar suas ideias a partir do modelo investigativo, ancorado na razão e na experiência (daí a recorrência a história), buscando sempre a verdade e distanciando-se do que não pudesse ser comprovado. Bhering afastava, portanto, de seus ensinamentos o método Silogismo, pautado em disputas linguísticas e em verdades dadas de antemão.

---

<sup>359</sup> BN: *O Novo Argos*, n° 1, 1829.

<sup>360</sup> APM: *O Universal*, n° 419, 1830.

<sup>361</sup> *Idem*

“Depois que o entendimento tem passado pelos rigores dessas disciplinas tão interessante, e tão vasta, entra na contemplação das verdades abstratas”<sup>362</sup> tendo início o terceiro assunto abordado nas aulas de Filosofia, a Metafísica. Era esta a ciência que “pelas luzes da razão” aproximava o homem do seu Criador. O objetivo desse ensinamento era “conhecer a alma, demonstrar sua imutabilidade, e espiritualidade, conhecer a Deus, e o verdadeiro culto, que lhe devem prestar” e afastar com as “armas razão” toda e qualquer “forma de Sofismo”. Para finalizar o curso de Filosofia seria ensinada a Ética, responsável por incutir nos estudantes as obrigações sociais e divinas e de tratar da moral que serve de fundamento à sociedade. Com a Ética, os jovens aprenderiam “a regular as ações indicando os meios de possuímos aquela Felicidade Suma para a qual propende nosso coração, bem como no sistema Newtoniano os planetas procuram o sol.”<sup>363</sup> A referência a Newton não se restringiu a essa analogia. Ao caminhar para conclusão de seu discurso, Ribeiro Bhering afirmou reconhecer erros provocados pelos excessos das paixões no campo filosófico, sobretudo os pronunciados contra os fundamentos da moral e da religião. Entretanto, ele não caía nestes equívocos, pois somente propagava a “Filosofia Cristã, onde o Homem da Natureza aprende a ser o Homem social”. Bebia nos conhecidos “Newtons, Descartes, Leibniz, Bossuets” “e outros astros brilhantes, que ainda hoje cintilam na República Literária.” Enfim, dizia embasar-se na “Filosofia fundada na reta razão.”<sup>364</sup>

Autores ilustrados como Newton, Condillac, Leibniz eram mencionados de maneira genérica sem ser especificada a obra ou mesmo a ideia do escritor referido. A própria utilização de seus nomes no plural indicava esta generalização. Era possível que o contato com tais homens das ciências fosse realizado através de traduções e adaptações de suas obras e divulgadas na própria imprensa. De todo modo, a “simples” menção dos autores consiste em aspecto significativo, especialmente se levarmos em consideração que este ato pode ter sido utilizado por Bhering para conceder um status ilustrado ao seu discurso, construindo, assim, sua própria imagem de homem das letras sintonizado com o seu tempo. Talvez a recorrência a leituras como estas, consideradas em situações específicas “pouco

---

<sup>362</sup> *Idem.*

<sup>363</sup> *Idem.*

<sup>364</sup> *Idem.* Todos demais trechos entre aspas deste parágrafo pertencem ao mesmo documento.

ortodoxas”, vinculadas ao “filosofismo moderno” como designava também de forma generalizante o bispo Dom Frei José, tenha sido um contributo para a expulsão de Ribeiro Bhering do Seminário de Mariana. Mas o jovem professor de Filosofia julgava injusta a exoneração baseada no argumento de que ele agia contra a religião. Na aula inaugural em Ouro Preto e em seus escritos, ele procurou sempre deixar claro que a religião católica era um aspecto fundamental para vida em sociedade. Ser um “filósofo cristão” era também um ingrediente construtor de sua imagem de homem das letras racional. Isso porque a irreligiosidade era movida por excessos e paixões, as quais os sujeitos cultos e civilizados não deveriam se entregar. No campo filosófico e do ensino era no meio, no caminho da moderação, que Antonio José Ribeiro Bhering se colocava. Vale destacar que embora ele defendesse um ensino filosófico menos dogmático, se comparada a postura assumida pelo bispo Frei José, a religião católica não deixava de ser um elemento moralizador fundamental para vida em sociedade.

Pouco tempo depois de expor as diretrizes pelas quais ministraria o curso de Filosofia na capital da província, Antonio José Ribeiro Bhering passou a defender a congregação no prédio do Seminário de Mariana das disciplinas exigidas para o ingresso no ensino superior do Império. Tais matérias encontravam-se dispersas, organizadas a partir do modelo de “aulas avulsas”, a seguir os padrões das aulas régias criadas no período pombalino, ou através da atuação de mestres particulares.<sup>365</sup> A fragmentação era vislumbrada como um problema, pois os jovens tinham que se deslocar de uma vila a outra, caso desejassem se preparar para os exames exigidos para ingresso no curso Médico, Jurídico e Militar. Leonardo Neves ressalta que desde a instalação do Conselho provincial de Minas já era salientada a necessidade de congregar as aulas preparatórias em colégios ou liceus. No entanto, essas instituições de ensino públicas e particulares surgiram somente no fim da década de 1840. No segundo capítulo dessa dissertação destacamos esse mesmo projeto com o objetivo de ilustrar a tentativa de intervenção por parte do Conselho

---

<sup>365</sup> Carlota Boto esclarece que as reformas pombalinas instituíram as aulas régias de maneira fragmentada. “Não se dispunha – pelo modelo pombalino – de uma estrutura de instrução em rede, que viesse dar lugar a uma acepção de sistema escolar – como propugnaram posteriormente os arautos da escola pública da Revolução Francesa.” Para a autora, o modelo escolar francês após a revolução pensado como gradual e seriado teve grande ressonância no mundo ocidental no século XIX. BOTO, Carlota. Op. Cit. 2011. p. 34

provincial na organização do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Cabe agora discutir as especificidades das disciplinas abarcadas na proposta aprovado pela instância de poder provincial em dezembro de 1830.

Alegava-se que no Seminário de Mariana já eram oferecidas aulas de Gramática Latina e Retórica, sendo necessário para a congregação das disciplinas preparatórias a transferência dos cursos de Filosofia e Geometria, já providos em Ouro Preto, bem como a criação de uma disciplina de Francês. Em relação às possíveis discordâncias no campo educacional, o primeiro aspecto que nos chamou atenção consiste no fato de Bhering sugerir a mudança da aula de Filosofia da capital da província para a sede do bispado. Se no colégio episcopal já era oferecido esse curso desde a sua fundação, porque era preciso tal transferência? Seria sua própria aula filosófica instituída em Ouro Preto que ele desejava ver provida no Seminário? Não localizamos indícios suficientes para responder essas questões. Contudo, podemos afirmar com segurança que Ribeiro Bhering se opunha a maneira pela qual o curso de Filosofia era oferecido em Mariana. O mesmo era ministrado pelo franciscano Antonio da Conceição possivelmente seguindo as orientações de Frei José especificadas nos Estatutos de Regência da instituição. Ribeiro Bhering ao mencionar a demanda pela transferência da disciplina de Filosofia poderia estar referindo-se a substituição de um “modelo de ensino” o qual ele julgava pouco eficiente para ingresso nos cursos superiores do Império, por um que estivesse sintonizado com os exames exigidos para seguir no ensino superior.

Outra aula que precisava ser transferida para Mariana era a de Geometria. Uma discussão para reformar o curso dessa matéria oferecido em Ouro Preto tinha ocorrido no Conselho da província de Minas em janeiro de 1830, alguns meses antes de ser lido e aprovado o projeto de Ribeiro Bhering para que no Seminário fossem congregadas as disciplinas preparatórias. Essa proposta foi assinada por Manoel Rodrigues Jardim, sujeito que apareceu no primeiro capítulo dessa dissertação como o responsável por proferir um discurso nas festividades organizadas em Mariana para celebrar a abdicação de Dom Pedro I. Nesta ocasião, Dom Frei José, ao considerar Jardim como um dos homens “capturados pela demagogia”, escreveu ao mesmo para solicitar que ele não se excedesse em seu discurso, pois já eram grandes as perturbações que levaram o monarca a renunciar. Sem nos



prolongarmos na postura política assumida por Jardim, vale dizer que politicamente ele encontrava-se alinhado aos liberais moderados de Minas, ao menos no início da década 30 do século XIX.

O projeto de reforma nesse campo de saber ia além de transformá-lo em aulas preparatórias. Isso porque se pretendia “equiparar a cadeira de Geometria instalada em Ouro Preto com a cadeira do 1º ano da Academia Militar da Corte, a fim que os alunos que a frequentam sejam equiparados aos da Academia, e admitidos na cadeira do segundo ano, sendo ali examinados e aprovados.”<sup>366</sup> O professor da matéria ensinaria “Aritmética e Álgebra até as equações de terceiro e quarto grau, a Geometria e a Trigonometria retilínea”, a partir dos compêndios admitidos na Academia. Caso o professor fosse “militar fica[va] em tudo equiparado ao lente da 1ª cadeira da academia”, possivelmente a referência aqui vinculava-se ao ordenado. Poderiam frequentar as aulas os estudantes que desejavam seguir outras carreiras e os que ambicionavam tornarem-se militares. Estes se aprovados no curso provincial “gozariam de todas as regalias de que gozam os alunos” do segundo ano da Academia. Para aqueles, as aulas de Geometria deveriam cumprir a função de preparatórias, uma vez que para ingresso no Curso Jurídico e de Medicina era necessário ter cursado tal disciplina.

Além da transferência das cadeiras de Filosofia e Geometria, previa-se no projeto a criação da disciplina de Francês. Ao analisar a implantação das aulas do idioma em Minas Gerais, Rita Lages e Silva afirmou que as principais aptidões exigidas eram o domínio da gramática e da capacidade de tradução. Como método, em semelhança ao que se defendia para o ensino de Gramática Latina, se aconselhava a realização de analogias com a língua

---

<sup>366</sup> APM: Série 3, Subsérie 2, Notação CGP-04. Em outra sessão do Conselho provincial de Minas Gerais se discutiu projetos que pretendiam tomar providências semelhantes com os estudos jurídicos e médicos. Em relação ao campo jurídico se propôs, em 1832, que fosse criado em Ouro Preto os três anos do curso de Direito, sendo que após cursá-los os alunos poderiam dirigir-se a São Paulo ou Olinda para concluir a formação, sendo admitidos nos últimos anos das faculdades. Tratando-se da Medicina foi proposto no mesmo ano transformar uma aula de cirurgia existente em São João Del Rey em Academia Médica. Assegurava-se que as propostas eram esboçadas, pois “a Constituição do Império garante a mocidade brasileira, colégios, universidades, etc, e que os mineiros tem direito a entrar na partilha, que se há feito com as outras províncias, tanto pela sua mui crescida população, como por concorrer ela para grande parte das rendas do Estado.” Ver: APM: Registro de Propostas do Conselho entre 1830 e 1821- Série 3, Subsérie 2, Notação CGP-04.

nacional.<sup>367</sup> No campo da leitura, seja na perspectiva da censura ou da difusão, a literatura francesa exerceu impacto significativo no campo intelectual do Brasil no século XIX. Nos jornais, a publicação de excertos de autores franceses era recorrente. Nos que Ribeiro Bhering fora redator, as epígrafes escolhidas eram trechos de obras de autoria De Pradt e de Mabby. Não podemos ignorar também que a cultura francesa repercutiu no processo de definição “padrões de civilidade” e de “comportamento”, especialmente a partir da segunda metade do Oitocentos. De certo a proposta de criação das aulas de Francês no Seminário de Mariana vinculava-se a tais demandas. A mocidade que seguiria nos estudos superiores, compondo possivelmente a elite ilustrada depois de formada, deveria dominar tal idioma tanto para ter acesso à produção intelectual francesa, quanto para ostentar civilidade.

A proposta que previa a congregação das disciplinas preparatórias no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte foi encaminhada a Dom Frei José da Santíssima Trindade. No documento direcionado ao bispo pelo Conselho provincial solicitava que o mesmo acolhesse de imediato as matérias previstas no projeto. Além das aulas de Filosofia, Geometria e Francês, apontadas por Antonio José Ribeiro Bhering na proposta lida no Conselho, foi incluída mais uma no ofício localizado entre as correspondências pessoais de Frei José: a de Desenho.<sup>368</sup> Como esclarece Iara Schiavinatto,

Entre as décadas de 1750 e 1820-40, no mundo luso-brasileiro, o desenho era um saber federativo que perpassava a sociabilidade culta. Surgia no cotidiano, na educação e no trabalho letrado dos bacharéis, naturalistas, negociantes, poetas, professores régios, engenheiros-militares, riscadores, pintores, escultores, desenhistas, memorialistas. O ensino de desenho em Portugal apareceu pela primeira vez de forma mais sistemática no contexto militar, em razão da necessidade da conquista, posse e manutenção de seu Império transoceânico.<sup>369</sup>

Nas atividades militares, o domínio de tal habilidade esteve articulado à necessidade de feitura de mapas e de construções de embarcações, pontes, fortificações, o que não quer dizer que as imagens produzidas por estes profissionais não tenham extrapolado as

---

<sup>367</sup> SILVA, Rita C. L. Lages. As práticas do ensino da língua francesa em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. OLIVEIRA, Bernardo J. de; VAGO, Tarcísio Mauro (org.). *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

<sup>368</sup> AECM: Arquivo2/ gaveta 2/ pasta 2.

<sup>369</sup> SCHIAVINATTO, Iara. *Op. Cit.* 2013.

demandas do ofício. Valéria Piccoli analisou os desenhos de Carlos Julião (1740-1811), militar de origem italiana a serviço do exército português. Como constatou a autora, as imagens produzidas por ele incorporavam tipos sociais provenientes de várias partes do mundo colonial português, ultrapassando o campo estrito do desenho militar.<sup>370</sup> A atuação dos naturalistas, especialmente a relacionada à prática da História Natural, foi outro campo que agregou destaque ao ensino de desenho. Nesse caso, o desenho colocava-se como uma das formas de relato dos elementos da natureza observados *in loco*, estando associado na “sua constituição e circulação, a objetos, catálogos, jardins e textos”.<sup>371</sup>

A oferta de aulas de Desenho no Seminário de Mariana podia estar, portanto, atrelada às demandas para ingresso nas Academias, sobretudo na Militar, ou para prática da História natural na província. Em relação a este último ramo, Antonio José Ribeiro Bhering destacou em uma das sessões do Conselho provincial a urgência de se criar em Minas Gerais as matérias “científicas que servem para desenvolver as principais fontes de sua riqueza, quais são a Agricultura e a Mineração”.<sup>372</sup> Para tanto, propunha a criação de três aulas a serem instaladas em lugar conveniente. Acompanhando as duas já mencionadas, Agricultura e Mineração, encontrava-se a de Desenho. Possivelmente junto com os cursos seriam realizadas pesquisas de campo, para as quais o domínio do desenho era de suma importância. Nas instruções para expedições científicas insistia-se na utilidade do desenho. “Ele permitia duplicar em imagem o que a descrição não conseguia contar, repunha um ser quando era impraticável de ser embalada e remetida em sua totalidade mesmo para melhor apreender um animal ou planta embalada.”<sup>373</sup>

Na visão de Ribeiro Bhering e de outros membros do Conselho provincial, para o Seminário de Mariana desempenhar a função de espaço unificador das matérias preparatórias para ingresso nos cursos superiores e para abrigar disciplinas científicas não era necessário que o estabelecimento educacional deixasse de ser destinado à formação de padres. Até porque para os próprios aspirantes ao sacerdócio, que ambicionavam se tornar

---

<sup>370</sup> PICOLLI, V. *Figurinhas de brancos e negros: Carlos Julião e o mundo colonial português*. São Paulo: Tese de Doutorado FAU/USP, 2010.

<sup>371</sup> SCHIAVINATTO, *Op. Cit.* 2013.

<sup>372</sup> APM: Fundo do Conselho Geral da Província: Série 3, subsérie 2, notação CGP-04.

<sup>373</sup> *Idem*.

cidadãos úteis ao Império brasileiro, afinados com os interesses políticos e econômicos do território, os conteúdos oferecidos eram relevantes. Além disso, eles não estavam impedidos de depois de ordenados atuarem em outros campos em concomitância com o religioso. Muitos padres estavam, por exemplo, desde o fim do século XVIII envolvidos com empreendimentos da História Natural, a coletar e fazer remessas de materiais dos três reinos da natureza. Os homens que se preparavam para o ensino universitário ou que se tornavam eclesiásticos na primeira metade do século XIX compunham indiscutivelmente a elite política e letrada do Império, a qual deveria estar preparada para as funções que desempenhariam. Era sua missão contribuir para inserir o Brasil nos trilhos do progresso e entre as nações cultas e civilizadas. Por isso, no campo educacional de Minas Gerais, o Seminário de Mariana era espaço importante e disputado, especialmente se levarmos em consideração que no período estudado praticamente não existiam colégios e liceus desvinculados da Igreja não só em terras mineiras, mas em todo o Brasil.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos estabelecidos entre Antonio José Ribeiro Bhering e Dom Frei José da Santíssima Trindade, em torno do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, estiveram profundamente integrados com as dinâmicas de fundação do Império do Brasil. A partir das distintas propostas esboçadas por esses homens, foi possível identificar tensões, que iam desde o estabelecimento das relações entre poderes políticos e religiosos após a Independência, até as situadas no campo dos saberes. Tais tensões estavam atreladas aos impasses enfrentados nas décadas iniciais do processo de construção do Estado e da nação brasileiros. Nessa conjuntura, foram colocados em discussão projetos, identidades e interesses de grupos políticos instalados na corte e nas provinciais, os quais apontavam caminhos diversos a serem trilhados pelo país recém-independente.

O Seminário de Mariana era uma referência educacional em Minas Gerais no período estudado, o que justifica, ao menos em parte, o fato de ter sido tomado como espaço de disputas. Instalado na sede do bispado mineiro e tido como a primeira “casa de instrução” da localidade, o colégio contribuiu para que a cidade de Mariana ostentasse não somente o status de centro religioso, mas também o de centro educacional da província. Desde sua criação (1750), destinava-se não só para formação de padres, mas oferecia também ensino secundário, sobretudo aulas de humanidades, a quem tivesse condições de custear os estudos. Deste modo, não tinha uma função estritamente religiosa, mas se projetava como um local frequentado pelos jovens que seguiriam carreiras em outras áreas. Essa dupla atribuição relaciona-se ao recorrente envolvimento do setor eclesiástico com as práticas educativas, aspecto de longa duração na história brasileira.

Entre as décadas de 1820 e 1830, verificou-se em Minas Gerais o anseio de regular a educação oferecida à mocidade. Propunha-se, sobretudo no Conselho Geral da província e nos espaços públicos de sociabilidade, a criação de aulas, que iam das primeiras letras ao ensino de ciências, e a reforma das instituições educacionais já existentes. Não era esse um debate regional, em outras províncias e na Corte a temática também era foco de debates. A

difusão de conhecimentos e valores específicos era vislumbrada pelas elites políticas como uma possibilidade de inserir o Brasil entre as nações “cultas e civilizadas”, preparar homens para atuar na vida pública (seja no campo político, econômico ou religioso), garantir a coesão social e manter a ordem. Ademais, a partir de 1824, o acesso à instrução primária gratuita tornou-se um direito constitucional e o governo se comprometeu a criar colégios, academias e universidades. Como dissemos em mais de uma passagem desse texto, havia restrições e desigualdades na distribuição do ensino, o que pode ser atribuído à composição fortemente hierarquizada da sociedade imperial. De todo modo, o Estado brasileiro começou a se inserir em uma área que os eclesiásticos atuavam de maneira preponderante. Os poucos espaços institucionais destinados ao ensino existentes na primeira metade do século XIX estavam sob a tutela da Igreja. Se, por um lado, o poder público não desconsiderou a importância dos religiosos e de seus colégios no processo educativo, por outro, consolidou-se conflitos de jurisdição entre essas duas instâncias.

Como abordado no segundo capítulo dessa dissertação, o conflito entre poderes esteve longe de se verificar somente no campo educacional. A readequação das relações entre setores políticos e religiosos instalados no Brasil, necessária em uma nova lógica de governança, foi tarefa marcada por dissensões. As distintas perspectivas provocavam clivagens no interior do próprio corpo eclesiástico, o que pôde ser verificado nessa investigação. Em relação ao Seminário de Mariana, as cobranças e propostas provenientes do Conselho provincial, algumas vezes endossadas pela Assembleia Geral Legislativa, foram qualificadas por Dom Frei José como “intromissões em assuntos religiosos”. Para o bispo, a administração do estabelecimento, bem como a definição de suas regras de regência, conteúdos e a nomeação de mestres era um direito exclusivo seu. Para tornar seu discurso legítimo, recorreu a autoridades ligadas a Santa Sé, onde considerava residir à soberania eclesiástica, e a religiosos brasileiros, como o bispo do Maranhão Marcos Antonio de Souza, que se opunham a interferência do poder público no que consideravam ser de competência da Igreja.

Antonio José Ribeiro Bhering, por sua vez, colocava em outro patamar as relações entre os poderes. Para ele, os eclesiásticos e suas instituições deveriam estar submissos à monarquia brasileira. Diante disso, as reformas realizadas em espaços institucionais regidos

por eclesiásticos deveriam ser aprovadas pelo poder público. Essa visão o fez considerar a reformulação realizada por Dom Frei José nos Estatutos do Seminário como inconstitucionais, pois além do bispo não ter solicitado permissão para alterá-los, ele se recusava a publicizar o documento. No mais, Ribeiro Bhering considerava que o colégio deveria estar disponível para receber aulas determinadas pelo Conselho provincial. Na década de 1830, foi amplamente aceita, inclusive por eclesiásticos, a ideia de que o Legislativo seria uma instância com competência para reformar a Igreja brasileira, adequando-a às circunstâncias nacionais. Foi nesse discurso que Antonio José Ribeiro Bhering se apoiou para investir contra Frei José e idealizar propostas destinadas ao Seminário de Mariana.

As disputas travadas em torno da gerência do colégio episcopal foram marcadas por perdas e ganhos para ambos os lados. O bispo Frei José teve força política para manter-se como autoridade suprema do Seminário e não acolheu as aulas propostas por Ribeiro Bhering e pelo Conselho. Além disso, manteve em vigor os Estatutos que elaborara em 1821. Por outro lado, não conseguiu evitar que fosse efetivada uma intervenção no quadro de professores da instituição de ensino. Os mestres franciscanos de Filosofia e Teologia, nomeados pelo bispo, tiveram que se retirar de Minas Gerais em decreto assinado por Diogo Feijó e pelo Presidente da província, Manuel Inácio de Mello e Souza. A ofensiva movida contra as Ordens religiosas na primeira metade do século XIX também esteve relacionada com a readequação dos poderes. Os regulares foram tidos como insubmissos ao Estado brasileiro, em vista que respeitarem, em primeira instância, as autoridades das congregações que conformavam. Identificar os êxitos e fracassos alcançados por um e outro nos fez notar o quão importante foram as redes de relações e os diálogos estabelecidos para além do espaço do Seminário, os quais estavam diretamente ligados com o contexto no qual os homens em conflito estavam imensos.

O embate em torno do Seminário não pode ser apreendido somente no quadrante da redefinição dos poderes. Antonio José Ribeiro Bhering e Dom Frei José da Santíssima Trindade tinham também divergências a respeito dos conteúdos a serem ensinados. As disciplinas contempladas nos Estatutos do Seminário demonstram que Dom Frei José assumiu um discurso educativo marcado por “silenciamentos” diante de métodos e



conteúdos educacionais em voga. O bispo de Mariana não se preocupou em abarcar nas disciplinas temas e preceitos tidos como fundamentais para estruturação de uma moderna concepção de conhecimento e de sua transmissão. É importante dizer que consideramos essa posição como uma escolha, e não simplesmente como um desconhecimento ou atraso. O prelado elaborava estratégias para viabilizar seu principal objetivo em relação ao Seminário: formar eclesiásticos que estivessem menos envolvidos com os assuntos rotineiros e mais afinados com a hierarquia e dogmas da Igreja. Posto isto, a ação educativa tinha a função de cristalizar verdades e não de despertar a capacidade inventiva dos jovens. Isso ficava evidente, sobretudo, na postura assumida por Frei José diante do ensino de Filosofia e ao seu pouco apreço à livre circulação de ideias. Lembremos que ele recorreu ao método Silogístico – um dos aspectos mais criticados do ensino escolástico no contexto da ilustração, tido como causador de enormes danos às demais áreas do conhecimento – e não concedeu relevância aos saberes referentes ao universo natural. Além disso, o prelado sobrepunha a Teologia aos outros campos do conhecimento e considerava ser dela que provinham as bases para o entendimento do mundo.

Foi justamente na disciplina de Filosofia que residiu a mais evidente discordância entre Frei José e Antonio José Ribeiro Bhering. O fato de estar a ensinar “novidades filosóficas” foi, inclusive, um dos contributos para o início do conflito entre esses homens. Embora a religião católica continuasse sendo para Ribeiro Bhering uma das colunas de sustentação da sociedade, ele procurava ancorar seu pensamento e de seus discípulos em preceitos racionais e passíveis de serem provados. Para ele, a razão, a observação e a experiência eram condições imprescindíveis para produção de conhecimento. A base de suas aulas era, portanto, o “método investigativo”, e não a repetição e memorização de verdades preconizadas. Desde o século XVIII, a Filosofia e os conhecimentos díspares congregados por ela vinham destronando a Teologia do espaço central que ocupara por longo período na “árvore do conhecimento.”<sup>374</sup> Isso provocou uma radical mudança no campo dos saberes, pois colocava em patamar de destaque o empirismo e permitia a

---

<sup>374</sup> Aqui, fazemos menção ao artigo de Robert Darnton acerca da obra paradigmática da ilustração francesa, a *Encyclopédie*. DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. IN: *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

construção de uma “visão de mundo” secularizada, ainda que não houvesse por parte de Bhering a defesa de uma educação laica.

As demais disciplinas que Antonio José Ribeiro Bhering considerava que deveriam ser oferecidas no Seminário inseriam-se no rol das “ciências modernas”. As matérias que tornariam o colégio episcopal um curso preparatório eram permeadas de caráter pragmático e utilitário e contribuiriam para formar homens capacitados para racionalizar as atividades econômicas e para compor os quadros de governo. Para atingir esse fim, o Seminário de Mariana não deixaria de ser um espaço destinado à formação de padres. Até porque para Ribeiro Bhering os eclesiásticos não deveriam ser um segmento destacado da sociedade civil e poderiam desenvolver outras atividades que não só as espirituais. Essa percepção distinguia-se da de bispo Dom Frei José, o qual considerava que o Seminário deveria priorizar a formação de sacerdotes. Esses, por sua vez, deveriam distinguir-se socialmente, estarem submetidos às autoridades religiosas e serem profundos seguidores dos dogmas católicos.

A defesa de conteúdos disciplinares díspares estava, assim, atrelada a atuações igualmente distintas no campo político e religioso, as quais estão evidenciadas nas próprias trajetórias de Ribeiro Bhering e Frei José. Estava em jogo, portanto, o perfil do “homem público” que seria formado no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, o qual provavelmente ocuparia espaço de destaque na sociedade. Participar do mundo letrado era uma forma de distinção e garantia, em grande medida, o direito de exercício do poder. Era isso que tornava a educação e a organização dos espaços institucionais destinados a esse fim focos de debate e preocupação dos segmentos que vislumbravam nela uma forma de imprimir uma direção na sociedade. São essas questões que permitem inserir os conflitos travados em torno do colégio episcopal de Mariana a problemas mais amplos, os quais estiveram integrados – como dito – as dinâmicas de fundação do Império do Brasil.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **5.1. Fontes:**

#### **5.1.1. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AECM), Mariana/MG:**

- Arquivo pessoal de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1820-1835): Arquivo2/ gaveta 2/ pastas 1 a 34.

#### **5.1.2. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM), Mariana/MG:**

- Inventário e testamento de Antonio José Ribeiro Bhering: Códice 291-1º Ofício. /5600; Códice 44- 1º Ofício /1023.

#### **5.1.3. Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte/MG:**

- Fundo da Instrução Pública: SP434.
- Inventário do Fundo da Presidência da Província: PP 1/7- cx. 1- doc. 11; PP 1/7- cx 1- doc.19; PP 1/7- cx. 01- doc. 26; PP 1/7- cx 1-doc 45; PP 1/7- cx. 2- doc. 25; PP 1/7- cx 2- doc 54; PP 1/8- cx, 129.
- Jornal *O Telegrapho*: Digitalizado no site do Arquivo Público Mineiro (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>).
- Fundo Conselho Geral da Província: Série 1: Notação CGP 1/1, CGP 1/3; Série 2: CGP 2-Cx.1, CGP-02, CGP-03, CGP-05, CGP-06; Série 3, Subsérie 1: CGP-01, CGP3/1-Cx. 2, CGP 3/1-Cx.03, CGP 3/1-Cx.04, CGP 3/1-Cx.05, CGP 3/1-Cx.06; Série 3, Subsérie 2: CGP-04, CGP 3/2-Cx.01, CGP-07.

- Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM): CD 1; volume 4. Seminário de Mariana em 1831 (descrições dos bens).

#### **5.1.4. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro/RJ:**

- Jornal O Novo Argos, Ouro Preto 1829 a 1834. Reprodução do microfilme: PR SOR 01827/PRSOR 01828.

- Jornal O Estrela Marianense, Ouro Preto 1829 a 1834. Reprodução do microfilme: PR SOR 01827/PRSOR 01828.

- Jornal O Homem Social, Mariana 1832-1834. Reprodução do microfilme: PR SOR 01827/PRSOR 01828.

#### **5.1.5. Biblioteca da Universidade de Coimbra:**

CARVALHO, Joaquim Augusto Simões. *Memória histórica da Faculdade de Filosofia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

LEMOS, Dom Francisco de. *Memória servindo de introdução à relação do estado da Universidade de Coimbra de 1772 a 1777 apresentada ao Governo*. Introdução: Theófilo Braga. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1894.

#### **5.1.6. Outros documentos:**

AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. *Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco*. Lisboa: Na Typographia da

Academia Real das Sciencias, 1798.  
(<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4692.pdf>)

Burmeister, Hermann (1807-1892). “Seminar bei Marianne”. In: *Landschaftliche Bilder Brasiliens und Portraits einiger Urvölker; als Atlas zu seiner Reise durch die Provinzen von Rio de Janeiro und Minas Geraës entworfen und herausgegeben von Dr, Herm Burmeister.. XI Tafeln.* Berlin: Verlag von Georg Reimer, 1853.  
(<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/003612-009>)

COSTA, Lourenço (org). *Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)*. São Paulo: Paulus, 1999.

FRANCO, José Eduardo; PEREIRA, Sara Marques. “Introdução”. IN: *Compendio historico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados (1772)*. Porto: Tipografia do Carvalhido, 2008. Disponível em:  
[www.lusosofia.net/textos/20111031marques\\_de\\_pombal\\_compendio\\_historico\\_da\\_universidade\\_de\\_coimbra.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/20111031marques_de_pombal_compendio_historico_da_universidade_de_coimbra.pdf)

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1978.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Volume 2). Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira 1789.

## 5.2. Bibliografia:

ACCIOLY, Hildebrando. *Os Primeiros Núncios no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

ANUNCIAÇÃO, Ana Luiza da. *Pedagogia liberal e instrução pública na província de Minas Gerais: a Escola Normal de Ouro Preto (1835-1852)*. Universidade Federal de Ouro Preto - Mestrado em História, 2010.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio Brasília: Edumb, 1999.

\_\_\_\_. “Honra, devoção e educação: a vida nos conventos e recolhimentos femininos.” *Revista Oceanos*, nº 42 -Viver no Brasil Colônia , Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, abril/junho, pp.98-110, 2000.

\_\_\_\_. “Os estatutos do recolhimento das Macaúbas.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 161, nº 406, pp.221-251, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Antônio Alberto Banha. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva: Edusp, 2004.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A reforma do Império e a Câmara da Leal Cidade de Mariana”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo,

MAGALHÃES, Sônia Maria (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

ANDRADE, Guerra Mariza. *A educação exilada. Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANDRADE, Pablo de Oliveira. A "legítima representante": Câmaras Municipais, Oligarquias e a institucionalização do Império Liberal Brasileiro (Mariana, 1822-1836). Mariana: Dissertação de Mestrado, UFOP, 2012.

ANTUNES, Álvaro Araújo. *O espelho de cem faces. O Universo relacional de um Advogado Setecentista*. Belo Horizonte: Annablume, 2004.

\_\_\_\_\_. *"Fiat Justitia: os Advogados e a Prática da Justiça em Minas Gerais (1750-1808)"*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história da UNICAMP, Campinas, 2005.

ARAÚJO, Ana Cristina. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade (IU), 2000.

AZZI, Riolando. "Os bispos religiosos durante a época imperial no Brasil". *Revista Convergências*, Ano IX, nº 92, Maio de 1976.

\_\_\_\_\_. *O Altar Unido ao Trono. Um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BEDINTER, Elisabeth. *O infante de Parma – A educação de um príncipe iluminista*. São Paulo: Jorge Zahar, 2009.

BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica portuguesa (séculos XVIXVII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.



BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português séculos XVI a XIX*. São Paulo, Alameda, 2005.

BOSCHI, Cáo César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_. Como os filhos de Israel no deserto? (ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII). *Varia História*, Belo Horizonte, número especial. n. 21, p. 119-141, 1999.

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1996.

\_\_\_\_. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44 maio/agosto, 2010. (<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a06.pdf>)

BRANCO, Cristina Castel. *Félix de Avelar Brotero. Uma História Natural (1774-1828)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (IU), 2007.

BRASIL, Gérson. *O Regalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

BRAZÃO, Eduardo. *Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. Da Revolução Francesa a Bonaparte (1790-1803)*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1973.

CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: O bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e Defesa Ilustrada do Antigo Regime (1742-1821)*. São Paulo, Tese de Doutorado apresentada ao PPGHS. USP. 2012.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1968.

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. NEVES, Lúcia B. (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Laerte Ramos. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp/Saraiva, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida, 1959.

\_\_\_\_\_. *A atividade pedagógica da Academia Real das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1979.

CATÃO, Leandro Pena. “Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino”. Tese (Doutorado), Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2005.

CHALHOUN, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAMASCENO, Cláudia. “O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998.

DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. IN: *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005.

DINIZ, Bruno. Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830). Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da UFOP, Mariana, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. Elites Regionais e Construção do Estado Nacional. IN: *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec-Fapesp, 2003.

DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governança e Informação no Brasil Colonial*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo, Teodoro de Almeida*. Porto, Calibri, 1994.

DOMINGOS, Simone Tiago. “Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886).” Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, 2009.

DORIA, Luis. *Do Cisma ao Convênio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2001.

DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1938.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, José Eduardo; PEREIRA, Sara Marques. “Introdução”. IN: *Compendio historico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados (1772)*. Porto: Tipografia do Carvalhido, 2008. Disponível em: [www.lusosofia.net/textos/20111031marques\\_de\\_pombal\\_compendio\\_historico\\_da\\_universidade\\_de\\_coimbra.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/20111031marques_de_pombal_compendio_historico_da_universidade_de_coimbra.pdf)

FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. F. (orgs.) *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e ‘aclamar”: O Império no Maranhão (1823-1826). *Almanack*. Guarulhos. N. 01. p. 105-118. 2011.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. IN: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo, Editora Hucitec, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima S. *O Império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.), *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009. Vol. 1.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1972.

HESPANHA, António Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia (orgs). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005.

\_\_\_\_\_. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec-Fapesp, 2003.

\_\_\_\_\_. PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.).

*Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): formação: histórias.* São Paulo: SENAC, 2000. v. 1, p. 127-175.

KANTOR, Íris. “Pacto Festivo em Minas Colonial: a Entrada Triunfal de Dom Frei Manoel da Cruz.” São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado defendida junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *Itinerários de um Ilustrado luso-brasileiro – José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu.* São Paulo: Alameda, 2009.

KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Vol. 11 (suplemento 1): 109-29, 2004.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política da Brasil (1808-1842)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. IN: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Prefácio de Jacques Revel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, José Arnaldo Coelho de Aguiar; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (orgs.). *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte fundação João Pinheiro/ Centro de Estudo Históricos e Culturais, 1998.

LUSTOSA, Isabel. 2000. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_. Cairu panfletário: contra a facção gálica e em defesa do Trono e do Altar. In: NEVES, Lúcia M. B. P. & MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia M. B. da C. (Org.) *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformismo da Igreja no Brasil Império: do Celibato à Caixa Eclesiástica*. São Paulo: Loyola, 1985.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania. Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MACIEL, Guilherme de Souza. O Recriador Mineiro (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional. Dissertação de Mestrado, FAFICH/UFMG- Minas Gerais, 2005.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou: a saga do ilustrado D. Frei Cipriano e o jardim do antigo Palácio Episcopal no final do século XVIII, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, n.4, out-dez, 2009.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A Mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

\_\_\_\_. “Livros de Contas do Seminário de Mariana: fonte para análise da produção e do consumo de alimentos em Mariana na primeira metade do século XIX.” *Anais X Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte, 2002.

MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARSON, Izabel; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo. Edusp. 2013

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. Revista *Almanack Braziliense*, n. 01, maio/2005, p. 8-26.

MARTINS, João Paulo. “Política e História no Reformismo Ilustrado pombalino (1750-1777)”. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOLINA, Sandra Rita, Des (Obediência), Barganha e Confronto: A Luta da Província Carmelita Fluminense pela Sobrevivência (1780-1836). Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Os concelhos e as comunidades.” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, v. 4 (O Antigo Regime). Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 303-331.

MORAIS, Christianni Cardoso. Para o aumento da instrução da mocidade de nossa pátria: estratégias para difusão do letramento na Vila de São João Del-Rei (1824-1831). Belo Horizonte: Dissertação em História da Educação, 2002.

MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial*. São Paulo, Editora Hucitec, 2003.



NASCIMENTO, Joelma A. do. Os “homens” da administração e da justiça no Império: eleição e perfil social dos juizes de paz em Mariana, 1827-1841. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

NEVES, Guilherme P. C. Pereira das. O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos tempos modernos. Niterói: Dissertação (Mestrado em História) – UFF, 1984.

\_\_\_\_\_. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / Faperj, 2003.

NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852). Leituras de Ciências Agrícolas em Portugal*. Lisboa: Estar/ Coleção Teses, 2001.

NUNES, Tassia. Liberdade de Imprensa no Brasil Império. Os debates parlamentares (1820-40). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. “A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)”. Dissertação-Mestrado, Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

OLIVEIRA, Bernardo J. De; VAGO, Tarcísio Mauro (org.). *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo. Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875). Campinas: Mestrado em História Unicamp, 2011.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério. No laboratório da nação: poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do primeiro reinado e nas Regências, 1828-1836. Belo Horizonte: Dissertação em História, 2013.

PALARES-BURKE, Maria Lúcia. Educação das massas: uma sombra no século das luzes. IN: VIDAL, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia. *Tópicos em História da educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

PEREIRA, Gilberto Luiz Alves. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda*. Olinda: Humanidades, 1993.

PICOLLI, V. Figurinhas de brancos e negros: Carlos Julião e o mundo colonial português. São Paulo: Tese de Doutorado FAU/USP, 2010.

PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. Revista *Almanack Braziliense*, n. 11, maio/2010.

PINHO, Arnaldo (prólogo). *Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e Infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.

REVEL, Jacques. “Microanálise E construção do Social”. IN: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. “Destinos e histórias dos portugueses na historiografia”. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas: Tese (Doutorado em História) – Unicamp, 1997.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2002.

ROCHA, Antonio Penalves (org.). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001.

ROSENDO, Ana Isabel. “Inácio de Monteiro e o ensino da matemática em Portugal no século XVIII.” Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra. Centro de Matemática da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1998.

SALES, Zeli Efigênia Santos de. O conselho geral da província e a política de instrução pública em Minas Gerais (1825- 1835). Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. FILHO, Luciano Mendes Faria. “Escolarização da infância brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos.” IN: FILHO, Luciano Mendes Faria; INÁCIO, Marilaine Soares. *Políticos, literatos, professores, intelectuais. O debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Maza Edições, 2009.

SANCHIS, Pierre. “Os Brasis” da Igreja Brasileira. Revista Geraes, nº. 46, 1987.

SANTOS, Patrícia Ferreira dos. Poder e Palavra: discursos, contendas e direito de Padroado em Mariana (1748-1764). São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado defendida junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

\_\_\_\_. Cultura política no primeiro liberalismo constitucional. A adesão das câmaras no processo de autonomização do Brasil. In: Araucaria: Revista Ibero-americana de filosofia, política y humanidades, Nº 18, 2007, p. 220-235.

\_\_\_\_. A praça pública e a liturgia política. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 58, p. 81-99, dezembro/2002. (<http://www.cedes.unicamp.br>).

\_\_\_\_. Entre escritos, impressos, imagens: aspectos da cultura visual. Lisboa/Rio de Janeiro. 1770-1830. São Paulo: Anais ANPUH, 2011.

\_\_\_\_. Apontamentos sobre a ilustração científica no mundo luso-brasileiro, 1750-1820. Texto inédito, 2013.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. De *comunidades* a *nação*. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais. *Almanack Braziliense*, n. 02, nov./2005, p. 43-63.

SILVA, Diana de Cássia. O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo. A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo, Editora: Hucitec, 2009.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Do Altar à Tribuna. Os Padres Políticos na Formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841). Tese (Doutorado em História), UERJ, 2010.

TORRES, A. *Parvum Lexicon* de António Pereira de Figueiredo. Reprodução fac-similada da edição princeps de 1760 com introdução e notas por (...)]. Braga: Edições Humanitas, 1998.

TRINDADE, Raymundo. *Breve Notícia dos Seminários de Mariana*. Editada sob os auspícios da Arquidiocese de Mariana, 1951.

\_\_\_\_\_. *Arquidiocese de Mariana Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*. 2 Tomos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

VASCONCELOS, Diogo. *História do Bispado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Apolo, 1935.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduições da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século XIX.* São Paulo: Edusc/Anpocs, 2004.

VERNEY, Luis A. *Verdadeiro Método de Estudar*. Edição organizada por Antônio Salgado Junior Lisboa: Lisboa, 1949.

VIANA, Fabiana da Silva. “Estado nacional, debate público e instrução primária – Mariana/Minas Gerais, 1816-1848”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. “Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em minas gerais (1830-1840)”. Dissertação (Mestrado em educação), Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

\_\_\_\_\_. “A passos lentos, com esforços redobrados”: a atuação de políticos e intelectuais no processo de escolarização da província mineira (1830-40). IN: FARIA FILHO, L. M. (Org.); INACIO, M. S. (Org.). *Políticos, literatos, Professoras, Intelectuais- O debate público sobre educação em Minas Gerais*. 01. ed. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasil*. Virando séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. A “Torpeza Diversificada dos Vícios”: Celibato, Concubinato e Casamento no Mundo dos Letrados de Minas Gerais (1748-1801), São Paulo: Dissertação de Mestrado- FFLCH-USP, 1993.

\_\_\_\_. Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Uso do Livro na América Portuguesa. 1999. 443 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_. Educação: nascimento, haveres e gênero. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História das Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ZANON, Dalila. A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796). Unicamp, dissertação de mestrado. Campinas, 1999.

\_\_\_\_. O poder dos bispos na administração do ultramar português: o bispado de São Paulo entre 1771 e 1824. Campinas: Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação/Unicamp, 2014.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_. *A Igreja Católica no século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Editora Ática, 1987.